



CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DO HABITAR-RUA:

UMA REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO PÚBLICA
DO ESPAÇO URBANO

DIOGO VAZ DA SILVA JUNIOR

DIOGO VAZ DA SILVA JUNIOR

CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DO HABITAR-RUA:
UMA REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO PÚBLICA DO ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. DANIELE CARON

Porto Alegre, 2020

CIP - Catalogação na Publicação

Silva Junior, Diogo Vaz da
Cartografias narrativas do habitar-rua: uma
reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano /
Diogo Vaz da Silva Junior. -- 2020.
171 f.
Orientadora: Daniele Caron.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Espaço público. 2. Habitar. 3. Pessoas em
situação de rua. 4. Narrativa. 5. Cartografia. I.
Caron, Daniele, orient. II. Título.

DIOGO VAZ DA SILVA JUNIOR

CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DO HABITAR-RUA:
UMA REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO PÚBLICA DO ESPAÇO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes (PROPUR – UFRGS)

Profa. Dra. Daniela Mendes Cidade (FAU – UFRGS)

Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa (PPGAU – UFBA)

Porto Alegre, 2020

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Dina, você muito me ensina sobre escutar o outro.

Ao meu pai, Diogo, por estar junto, confiar e me apoiar.

À minha irmã, Fernanda, por me fazer acreditar e seguir os meus sonhos.

À minha irmã, Rafaela, por me ensinar sobre serenidade e respeito (uma lembrança ao futuro Mathias).

À minha companheira, Julia, por acreditar, compartilhar e me ensinar sobre amar.

Ao Charles Kiefer e ao Grupo Kadosh, pelo apoio e crescimento espiritual.

À Letícia Durlo, pela linda e sensível composição das imagens.

Aos amigos que ficaram desse percurso: Gianluca Perseu, Nathi Striebel, Rodrigo Isoppo e Natan Arend.

Ao Grupo Margem, pela construção de um espaço seguro e de pesquisa.

À Rosany Rodrigues, pelo olhar crítico e sensível durante o processo de escrita.

À Sissi Malta Neves, pela escuta e por me ajudar a sustentar esse processo.

Ao João Lazaro, Walkiery Raimundi, Daniel Postal e Matheus Klanert, pela amizade que segue por anos.

Ao Bruno Barros, pela amizade e por me ensinar a estar atento aos processos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

À CAPES, pelo financiamento de meus estudos.

Ao César Bastos de Mattos Vieira, por me orientar durante o primeiro ano de mestrado.

Em especial à Daniele Caron, por ter compartilhado esse intenso processo de pesquisa, por ter iluminado a narrativa e os estudos de tempos-espacos possíveis, por ter me acolhido e orientado com muita sensibilidade.

A todos e todas que de alguma forma me ajudaram: agradeço!

porta

*a porta
como toda fronteira
é apenas para se atravessar
rapidamente ela já não serve mais
um corpo a corpo
e já se está do outro lado
dela nascem o fora e o dentro
ela que é seu vazio*

Ana Martins Marques
em A vida submarina (2009)

RESUMO

Inspirada na narrativa como perspectiva teórico-metodológica, esta dissertação busca problematizar a dimensão pública do espaço urbano a partir da narratividade das pessoas em situação de rua. Entendendo que o público é sempre plural, que está em permanente confronto e que toda a ordem política é baseada em alguma forma de exclusão, reconhece-se como necessária a escuta e o encontro com esse modo de viver na cidade, por se apresentar dissensual e à margem das ações de projeto e planejamento urbano. O ponto de partida do território da pesquisa é a região central de Porto Alegre, e o processo metodológico da cartografia define a conexão entre a experiência do pesquisador no espaço público e os participantes. Através do registro das cenas acompanhadas e dos encontros vivenciados com o habitar-rua, a narrativa intermedia a produção de conhecimento e a experiência em campo. Assim, a narratividade expressa pelas pessoas em situação de rua, corporificadas por suas ações de habitar, anunciam a heterogeneidade desse modo de vida na cidade provocando um conflito na dimensão pública do espaço urbano. Destaca-se ações da sociedade e dos agentes do Estado que buscam apagar a agência política dessa população, as dissonâncias entre as experiências urbanas de quem habita a rua e de quem habita uma residência como referência domiciliar, e o tensionamento na dicotomia público-privado. Como observações finais advindas do processo de pesquisa, realiza-se uma consideração à diferença, em que o habitar-rua revela um desafio às formas de pensar e planejar a cidade baseadas no estabelecimento da ordem e da resolutividade. Faz-se necessário reconhecer a rua como espaço possível à existência, o dissenso estabelecido no espaço público, a agência política e os direitos humanos da população em situação de rua.

Palavras-chave: Espaço público. Habitar. Pessoas em situação de rua. Narrativa. Cartografia.

ABSTRACT

Inspired by the narrative approach as a theoretical and methodological perspective, this dissertation aims to discuss the public extent of urban space through homeless people's narrativity. Considering the public plurality, their permanent struggles, also that the basis for every political system is somehow excludent, I regard it as necessary to listen to and be attentive to this way of inhabiting the city, since it comes as a dissensus, peripheral to the urban planning acts. The primary location for this research is Porto Alegre's inner city suburbs, while the methodological process for this cartography unfolds the connection between my experience on communal spaces and the subjects. Based on recordings of on site observations and interaction with their way of street-inhabiting, the narrative approach mediates both knowledge production and field experience. Hence, the voice expressed by stray people, embodied by their means of inhabiting, utters the heterogeneity of such way of living in the city, in addition to building a conflict on the public dimension of urban space as well. Remarkably, the actions performed by society and the state public officials that seek to erase these people's political voice, the contrast between the urban experience of those living on the streets and those living in a residence of their own, regarded as the standard one, also the growing tension of the public-private dichotomy. The last observations retrieved from this research bring about a consideration on diversity, when street-inhabiting exposes and challenges the resolute, order-establishing ways of thinking and planning the city. It is imperative to recognize the dissensus in the public space, alongside with the political voice and human rights of the people inhabiting the streets.

Keywords: Public space. Housing. People inhabiting the streets. Narrative. Cartography.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	18
Imagem 2	19
Imagem 3	20
Imagem 4	20
Imagem 5	21
Imagem 6	23
Imagem 7 – Postagem do Prefeito de Porto Alegre	27
Imagem 8	37
Imagem 9	71
Imagem 10 – Processo metodológico	74
Imagem 11 – Cartografia das andanças e das pausas no território da pesquisa	78
Imagem 12 – Caderno da rua	80
Imagem 13 – Diário de campo digital	81
Imagem 14 – Narradores e leitores no processo cartográfico	84
Imagem 15 – Perceber o outro	91
Imagem 16	93
Imagem 17	96
Imagem 18	96
Imagem 19	105
Imagem 20	105
Imagem 21	106
Imagem 22	106
Imagem 23	110
Imagem 24	110
Imagem 25	114

Imagem 26	114
Imagem 27	118
Imagem 28	118
Imagem 29	130
Imagem 30	136
Imagem 31	138
Imagem 32	142
Imagem 33 – Cartografias narrativas em cronotopos e temas-índice	147
Imagem 34 – Cartografias narrativas na dimensão do corpo-território	148
Imagem 35	149

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Urbanismo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PROPUR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
RS	Rio Grande do Sul
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	23
2.	CAMINHOS TEÓRICOS: O PÚBLICO, O HABITAR-RUA, AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A NARRATIVA	37
2.1	O público.....	38
2.2	O habitar-rua	44
2.3	As pessoas em situação de rua: uma compreensão histórica e política	53
2.4	A narrativa: perspectiva teórico-metodológica	60
2.4.1	Narratividade e temporalidade: rubricas, cronotopos e temas-índice	64
3.	AS NARRATIVIDADES DO HABITAR-RUA NO MÉTODO CARTOGRÁFICO.....	71
3.1	Território de pesquisa e diário de campo	77
3.2	As operações com o <i>corpus</i> narrativo	83
3.3	Atravessamentos singulares e o dar-se conta do outro	86
4.	CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DO HABITAR-RUA	93
4.1	O cronotopo do umbral: tempo-espço do parar-repousar	96
4.2	O cronotopo do carrinho: tempo-espço do movimentar-deslocar	110
4.3	O tema-índice da (in)visibilidade: presença-ausência e remoções no espaço público	121
4.4	O tema-índice dos (des)encontros: tempos-espços dissonantes.....	137
5.	CONSIDERAÇÕES À DIFERENÇA	149
	REFERÊNCIAS.....	159



Imagem 1. Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 2. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

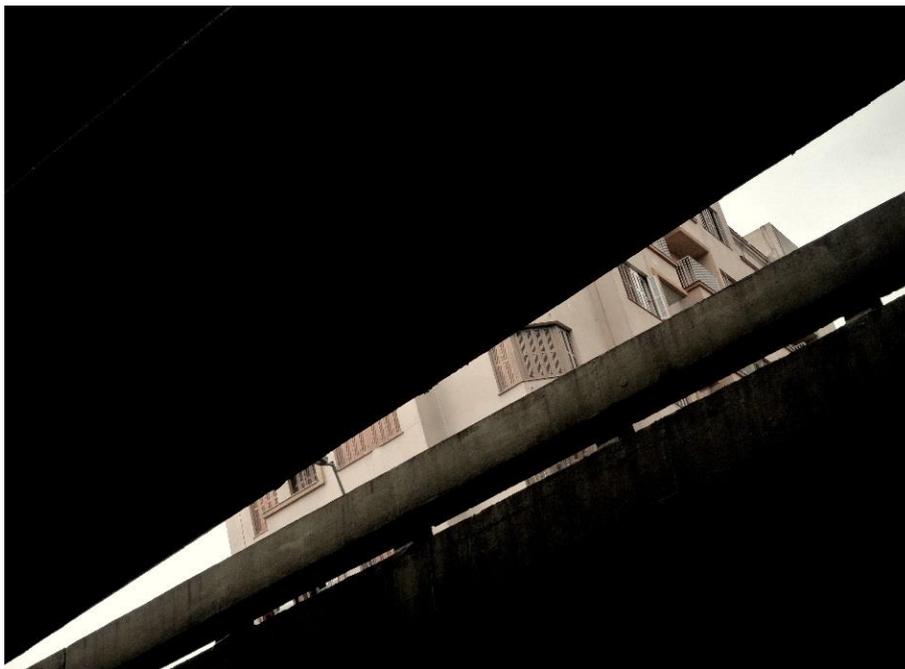


Imagem 3. Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 4. Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 5. Fonte: Vaz (2018).



1. INTRODUÇÃO

Imagem 6. Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Viver na cidade envolve configurar tempos e espaços de acordo com o nosso modo de habitar. Sendo alguém que sempre morou em casas ou apartamentos, estabeleci¹ relações partindo desse espaço considerado seguro, que está ligado ao que nos é particular, íntimo e familiar. Dali, do nosso lugar de referência, ao sair pela porta vamos ao mundo, ao encontro das atividades públicas, deslocando-nos ao que buscamos nas relações externas, do trabalho ao lazer, com o outro. Desde a infância vivendo em Chapecó, uma cidade média no oeste de Santa Catarina, constituí essa relação em um ambiente que, embora cercado, dificilmente tinha os portões trancados, onde a rua era praticamente uma extensão do pátio em que brincava e encontrava os amigos. Quando me mudei para Porto Alegre, em 2013, já graduado em Medicina Veterinária e buscando reencontrar o campo de atuação profissional, deparei-me com uma cidade que exigia atenção e cuidados sempre que se andava na rua, algo nunca antes requisitado.

Em meio às expectativas e estranhamentos que atravessavam a nova experiência de habitar em uma cidade grande, passava uma sensação desconfortável em ver tantas pessoas que faziam da rua um espaço de moradia e sobrevivência. Com o tempo, o olhar foi se acostumando sem que a situação fosse naturalizada. Em 2015, inicio uma Residência em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), onde tive a oportunidade de trabalhar no Consultório na Rua de Canoas (cidade da região metropolitana da capital), um serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) que atende pessoas em situação de rua. Esse serviço não possuía uma unidade fixa onde as pessoas atendidas se dirigiam para verificar questões de saúde; o processo de trabalho se realizava a pé ou em deslocamentos em uma unidade móvel. Resumidamente, o

¹ Optamos realizar a escrita do presente trabalho na primeira pessoa do plural (nós). Contudo, em alguns momentos, o uso da primeira pessoa no singular (eu) representa situações diretamente relacionadas à minha experiência como habitante e pesquisador da cidade.

cuidado ofertado acontecia através da busca e do reconhecimento dos territórios da cidade ocupados por essa população.

Essa experiência me levou a conhecer profissionais de saúde muito implicados em uma produção de cuidado que considerava as diferenças, algo que fazia repensar as minhas concepções sobre o que era saúde, cuidado e escuta². O processo com as pessoas atendidas também me fez conhecer histórias e vivências que questionavam a maneira como me relacionava com a rua e a cidade. Ainda, as demandas de saúde nos levavam a conhecer espaços bastante estigmatizados, como cenas de uso de drogas, ocupações em imóveis abandonados e outros espaços em que a situação de rua frequentemente habitava. Esse processo de trabalho no Consultório na Rua me fez desejar estudar a cidade através das pessoas, de compreender essa complexa trama de relações configuradas pela experiência e pela narratividade de histórias temporais e espaciais atravessadas pelos modos singulares de habitar a rua.

Nesse sentido, ingressar no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, me fez realinhar os desejos de pesquisa provenientes das motivações pessoais à intenção de produzir um conhecimento reflexivo sobre o habitar no espaço público urbano, a partir da experiência dos habitantes da rua. Esse modo de habitar a cidade constitui seus tempos-espacos de sustento e de sobrevivência na própria rua, sem a condicionalidade de um espaço privado que delimite propriedade nem intimidade.

Nosso estudo teórico parte da dimensão agonística do espaço público (MOUFFE, 2013), compreendendo que este é sempre plural, está em permanente confronto e é lugar de uma multiplicidade de superfícies discursivas. Esta pluralidade de disputas pelo destino dos espaços urbanos é administrada pelo Estado através de um conjunto de instituições e disciplinas, dentre elas a de Planejamento Urbano. Esse campo prático de saberes técnicos surge como responsável por gerir o conjunto territorial da cidade “sob o signo da ordem, da racionalidade e da eficiência”

² No Trabalho de Conclusão da Residência proponho uma reflexão tanto sobre a invisibilidade e a produção de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, quanto às possibilidades de produção de vida e cuidado na experiência urbana (SILVA JUNIOR; BELLOC, 2018; VAZ, 2018).

(ROLNIK, 2019, p. 24). Nesse sentido, as lentes planificadoras, normativas e dominantes, organizam o espaço em um paradigma político e econômico homogeneizador. Todos aqueles corpos, práticas e territórios que transbordam sua regulamentação são, constantemente, violentados e removidos por políticas, gestões, práticas de planejamento, policiamento “e suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão” (ROSA, 2018, p. 188).

Consideramos que tudo aquilo que transborda as fronteiras regulamentadas pelas instituições e disciplinas como zonas de tensão e dissenso, são margens (ROSA, 2018) e lógicas de vida (ROLNIK, 2019). Estas margens fogem à espetacularização urbana e à lógica do planejamento que opera na perspectiva da mercantilização do território e das próprias práticas sociais. A pessoa em situação de rua – por não habitar uma casa, não trabalhar nem produzir de maneira formal, não se relacionar com um família tradicionalmente entendida, por estabelecer relações sociais baseadas na mobilidade permanente e no uso temporalizado do espaço (PALOMBINI, 2015) – desestabiliza as fronteiras entre público-privado e as lentes planificadoras da ordem que buscam consenso no espaço público.

Conscientes da natureza hegemônica de qualquer consenso, buscamos constituir o habitar-rua como uma das superfícies discursivas que compõem a dissensualidade do público. Para que seja possível revelar os tensionamentos produzidos pelas pessoas em situação de rua na dimensão pública do espaço urbano, nos baseamos na narrativa com perspectiva teórico-metodológica, justamente por ela operar “pelas diferenças, pelo reconhecimento dos dissensos, pelo entendimento da realidade como um fluxo processual e pela valorização das subjetividades como geradoras da complexidade que se manifesta hoje nas cidades contemporâneas” (CARON; REYES, 2018, p. 84, tradução nossa). Por meio da narrativa, queremos ter acesso ao conhecimento, às contingências do tempo e às experiências vividas (CARON, 2017) pelas pessoas que habitam a rua. Nessa perspectiva, associamos a cartografia como método de pesquisa-intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), a qual coloca o eu-pesquisador em relação com as pessoas em situação de rua, ao que pode surgir no entre, na implicação e nas diferenças entre o meu mundo e o mundo do outro.

Assim, para contextualizar a construção do tema da presente pesquisa, que envolve os tensionamentos provocados pelas pessoas em situação de rua na dimensão pública do espaço urbano, é importante referir duas publicações bastante emblemáticas a respeito do posicionamento de agentes do poder público municipal quanto à presença dessa população em Porto Alegre. A primeira delas, diz respeito a uma postagem do atual prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, no seu perfil do *Facebook*:

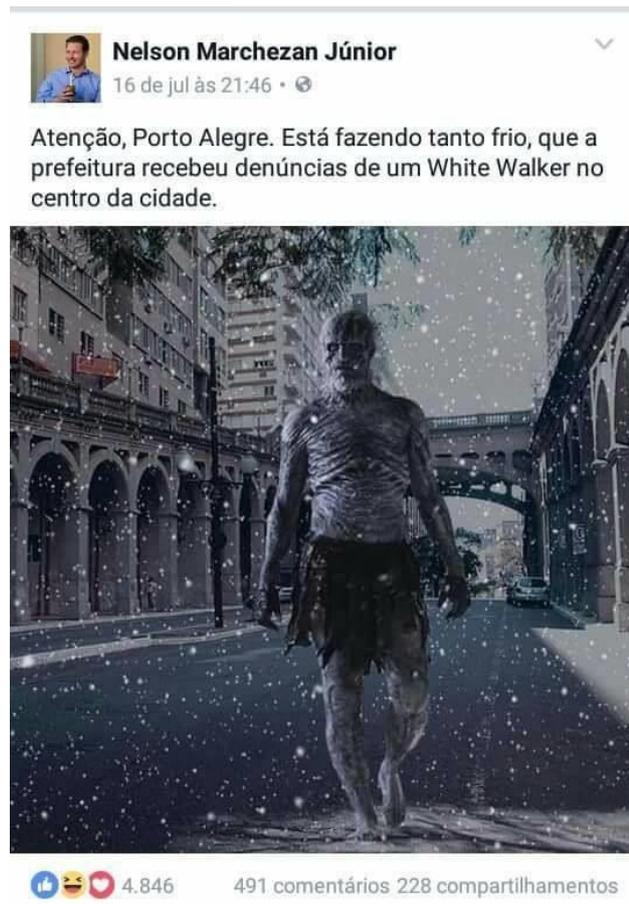


Imagem 7 – Postagem do Prefeito de Porto Alegre. Fonte: Longo (2017).

A montagem acompanha a seguinte mensagem de alerta: “Atenção Porto Alegre. Está fazendo tanto frio, que a prefeitura recebeu denúncias de um *White Walker* no centro da cidade.” Na imagem está o zumbi personagem da série *Game of Thrones* vagando pela Avenida Borges de Medeiros, próximo ao viaduto Otávio Rocha, enquanto neva. Na referida série, tais criaturas representam uma ameaça aos habitantes humanos do continente chamado *Westeros*. O zumbi é definido como “cadáver reanimado usualmente de hábitos noturnos, que vive a perambular e agir de forma estranha e instintiva; um morto-vivo; um ser privado de vontade própria, sem personalidade” (ZUMBI, 2019). Ademais, o cenário porto-alegrense utilizado na montagem, não por acaso, é o viaduto da Borges (como é popularmente conhecido o viaduto Otávio Rocha), espaço frequentemente ocupado pela população em situação de rua. A postagem em tom de piada reforça e alimenta a discriminação a essas pessoas, sugerindo que representam uma ameaça aos cidadãos. Comparando-os a zumbis, transmite que não possuem vontades e desejos próprios, que são corpos sem personalidade humana. Além do mais, referindo-se à frase que acompanha a postagem, insinua que essas pessoas sejam insensíveis ao frio e que não reagem às condições a que estão submetidas. Vale ressaltar que na semana que a postagem foi realizada, uma pessoa em situação de rua que habitava o viaduto morreu por hipotermia (LONGO, 2017).

A segunda publicação está relacionada à declaração da vereadora e, na época, secretária de Desenvolvimento Social e Esporte, Nádia Gerhard, quando questionada a respeito da postura do Poder Executivo Municipal com relação às pessoas em situação de rua que não aceitassem integrar os programas assistenciais da capital, implementados na sua gestão:

Morador de rua não tem o direito de ter cadeira, cama, mesa, banho, tudo na rua. [...] Nós não vamos admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público e as pessoas não podem levar seus filhos, seus pets. Não têm condições de caminhar nem em uma calçada, porque uma pessoa se acha no direito de morar na rua. (NÃO VAMOS..., 2019).

A declaração da ex-secretária evidencia um tensionamento na dimensão pública do espaço urbano, sugerindo quais pessoas podem ou não ter direito de ocupá-lo. Compreendemos que há uma tentativa de promover práticas consensuais sobre o uso dos espaços públicos, através

de intervenções políticas e institucionais (SILVA JUNIOR; CARON, 2019). Sua fala, além de invisibilizar a agência política das pessoas em situação de rua da discussão do direito à cidade, coloca uma separação entre essa população e os demais cidadãos – aqueles que perdem o direito de transitar no espaço público, segundo a secretária, por uma pessoa achar que tem o direito de morar na rua. Percebemos que ambas as publicações localizam as perspectivas de ações do poder público porto-alegrense com relação à população em situação de rua. Além disso, também reproduzem um processo de estigmatização que se agrava “de maneira não materializada no espaço, através de uma desqualificação do sujeito, ao qual se atribui uma condição desumanizada que gera uma separação entre este modo de vida e os demais sujeitos sociais” (SILVA JUNIOR; CARON, 2019, p. 7-8). Nesse sentido, o habitar-rua é invisibilizado não somente por ações diretas produzidas pelos agentes do Estado (como as remoções, por exemplo), mas também pela produção de subjetividades.

Para introduzir o campo de ações do poder público de Porto Alegre em relação à população em situação de rua, é relevante apresentar o Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, lançado em maio de 2018 (PORTO ALEGRE, 2018a). Embora a perspectiva de produção de conhecimento da pesquisa seja as narrativas do habitar-rua e não a análise de planos e políticas públicas, faz-se necessário referir brevemente o contexto de apresentação do plano e referenciar um dos seus eixos estratégicos. O plano pode ser acessado através de dois documentos em formato *PowerPoint* (PORTO ALEGRE, 2018b; MDS, 2019), ambos são compostos por diagramas, tabelas e informações curtas que explicam como se constitui, sem que haja textos descritivos que elaborem suas referências conceituais, nem mesmo que caracterizem de forma elaborada a população em questão. Dentre os seus eixos³ o que mais nos chama a atenção é o de “Revitalização do Espaço Urbano”, o qual é descrito por duas ações: “Cuidado com a cidade

³ Qualificação da Abordagem, Programa Moradia Primeiro, Ampliação da Rede de Saúde Mental, Aumento da Oferta de Oportunidades, Revitalização do Espaço Urbano e Monitoramento da Assistência (PORTO ALEGRE, 2018b).

(pintura, capina, etc.)” e “Cuidado com Espaços Públicos (eventos ou comércio)” (PORTO ALEGRE, 2018b, p. 12).

Conforme nos aponta Rolnik (2019), os projetos de reestruturação urbana, pela via das remoções e revitalizações, são tomados por um processo de financeirização da cidade que vincula o modelo econômico neoliberal à atuação do Estado. Esse modo atualizado de penetrar na produção contemporânea do espaço urbano se expressa “nas chamadas paisagens para a renda” (ROLNIK, 2019, p. 20). Pouco mais de um ano após o lançamento do plano foi aprovada a Lei Municipal 12.559/19, a qual autoriza “o poder executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças e parques urbanos” (PORTO ALEGRE, 2019). A título de contrapartida, as empresas concessionárias desses espaços públicos poderão explorá-los economicamente desenvolvendo atividades com fins comerciais.

Em certa medida, podemos traçar uma relação entre a estigmatização da presença do habitar-rua no espaço público, com o eixo estratégico de revitalização urbana do Plano e as concessões de praças e parques urbanos à iniciativa privada. A situação de rua, como algo a ser superado pelo campo de atuação do poder público municipal, tensiona a dimensão pública do espaço urbano por se configurar como uma existência que conflita com os desejos consensuais do modo contemporâneo de planejar a cidade.

Questão de pesquisa

Compreendendo o habitar-rua como um modo de viver à margem, que questiona as práticas do planejamento urbano que opera na perspectiva da financeirização e mercantilização do território, a pesquisa busca responder a seguinte questão:

Como as narratividades das pessoas em situação de rua, em seus aspectos temporais e espaciais, tensionam a dimensão pública do espaço urbano?

Tema de pesquisa

O tema que busca ser aprofundado na presente pesquisa diz respeito às narratividades expressas pelas pessoas em situação de rua que, ao corporificar suas ações de habitar, tensionam a dimensão pública do espaço urbano. Entendendo que o público é sempre plural e que está em permanente confronto, que toda a ordem política é baseada em alguma forma de exclusão reconhecemos como necessária a escuta e o encontro com esse modo de viver na cidade que se apresenta dissensual e à margem das ações de projeto e planejamento que incidem sobre o espaço urbano.

Objetivo

Problematizar a dimensão pública do espaço urbano, a partir de cartografias do habitar-rua que investiguem a narratividade das pessoas em situação de rua na região central de Porto Alegre.

Objetivos específicos

Investigar distintas abordagens teóricas para o conceito de público e de habitar, relacionando-os às práticas cotidianas das pessoas em situação de rua no espaço urbano;

Cartografar a narratividade das pessoas em situação de rua na região central de Porto Alegre, buscando visibilizar as relações espaço-temporais que compõem o habitar-rua;

Produzir reflexões textuais relacionando a narratividade das corpografias do habitar-rua à dimensão pública do espaço urbano.

Território de pesquisa

A fim de contextualizar a cidade de Porto Alegre como espaço onde esse estudo é realizado, faremos uma breve apresentação com dados que consideramos importantes e que são referentes à população em situação de rua. Essas informações foram levantadas por pesquisas e censos que caracterizaram essa população em termos sociais e demográficos. Além disso, delimitaremos o ponto de partida para o campo da presente pesquisa.

Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sua população estimada em 1.483.771 habitantes segundo o IBGE (2020). A cidade é a quinta mais populosa do país e faz parte da maior concentração urbana da região Sul (a região metropolitana de Porto Alegre), com mais de 4 milhões de habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Referente à população em situação de rua adulta, Porto Alegre realizou até então três pesquisas: 2007-8, 2011 e 2016⁴, nas quais foram identificadas, respectivamente, 1.203, 1.347 e 2.115 pessoas em situação de rua – o que representa um aumento de 75,8% (PIMENTA, 2019).

Na pesquisa mais recente, intitulada “Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua de Porto Alegre/RS” (FASC et al., 2016), referente ao total de pessoas registradas, temos: 85,7% do sexo masculino e 13,8% do sexo feminino. Com relação à raça/cor autodeclarada, a pesquisa aponta que 34,4% são brancos, 24,6% negros, 12,4% pardos, 2,8% indígenas, entre outras⁵. Dentre as principais motivações que os levaram a estar na rua, 32,5% envolvem questões e conflitos familiares ou comunitários – entre elas estão conflitos e/ou maus tratos na família (violência), separação/decepção amorosa, morte de algum familiar, não ter família/não se sentir bem na família, expulsão de casa, sofrer ameaças/ser jurado pela comunidade. Ainda, 24,9% pelo uso de álcool e outras drogas, 8,9% por desemprego, 5,1% porque gosta/opção, entre outros. Podemos perceber que as motivações para se estar em situação de rua é multicausal, e o que mais nos chama a atenção é que boa parte das variáveis são situações relacionadas à instabilidade, ruptura e conflitos nas relações familiares e/ou comunitárias.

Com relação à distribuição territorial dessa população, a maior concentração de pessoas cadastradas no censo se encontrava no Centro de Porto Alegre, 39,7% (FASC et al., 2016). Se

⁴ A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros, “fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar” (QUIROGA; RODRIGUES, 2009, p. 17). Essa é uma questão importante, pois fica a cargo dos gestores municipais a articulação de parcerias – com universidades, por exemplo – para a realização das pesquisas.

⁵ Aparecem ainda 0,7% de autodeclarados amarelos e 24,5% na categoria “outra”. Nesta última se destacam as categorias moreno (10%), sarará (2,9%), moreno claro(a) (1,6%) e misto (1,3%), o que “sugere que o percentual da população negra e parda seja ainda maior do que a autodeclaração indica” (FASC et al., 2016, p. 32).

considerarmos a Região 16 do Orçamento Participativo, a qual inclui 18 bairros que estão geograficamente nos arredores da região central, esse índice chega a 80,8% (FASC et al., 2019). Nesse sentido, levando em consideração essa relativa concentração de pessoas em situação de rua no centro expandido da cidade, justificamos essa região como ponto de partida para o campo da presente pesquisa de mestrado. Além desse índice de distribuição, o Centro foi escolhido por ser relativamente próximo de onde mora o pesquisador (bairro Bom Fim), o que facilitou os deslocamentos.

Metodologia

A partir da perspectiva teórico-metodológica da narrativa (CARON, 2017) como intermediadora da produção de conhecimento e da experiência vivida por quem habita na rua, estabelecemos nosso processo metodológico através da cartografia como pesquisa-intervenção. Nesse sentido, a cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015) define a conexão entre a experiência do pesquisador no espaço público da cidade e os participantes (pessoas em situação de rua), configurando uma posição ético-política que experimenta a troca de forças produzidas no encontro, no entre, no mundo compartilhado entre os sujeitos.

Tendo consciência da realidade dissensual do espaço público urbano, nossa pesquisa constitui sua força performática-pragmática no plano das diferenças, um mapa em movimento, vivo, em processo. Buscamos, durante esse processo, trabalhar a metodologia revertendo a lógica de metá-hódos para hódos-metá, no sentido de que o método “não será aplicado, mas experimentado e assumido enquanto uma atitude de pesquisa” (COSTA, 2014, p. 70). Nos dedicamos à abertura para encontros com diferentes territórios que possibilitem a emergência de novas/outras realidades e narrativas, que desestabilizam os pontos de vista do pesquisador e o discurso que coloca as pessoas em situação de rua como sujeitos sem agência política.

Estrutura dos capítulos

Iniciamos a escrita desenvolvendo caminhos teóricos (seção 2) que representam a nossa abordagem às dimensões e perspectivas do público, do habitar-rua, das pessoas em situação de

rua e da narrativa. Com relação ao público (2.1), apresentamos que sua concepção está estreitamente associada ao seu oposto privado, fazendo uma crítica às ideias de consenso e racionalidade delimitadas por Abrahão (2008), Arendt (2003) e Habermas (1984). Através de Mouffe (2013), Dardot e Laval (2017) e Rolnik (2019), fazemos uma discussão com relação à lógica neoliberal que vem operando as relações sociais urbanas, expressa por um modelo político implantado por técnicas e instituições. Ademais, trataremos da subordinação do Estado as exigências do sistema de acumulação de capital, cujas ações no espaço público são tomadas por interesses privados.

O habitar-rua (seção 2.2) diz respeito as relações estabelecidas pelas pessoas em situação de rua em seus territórios urbanos, configurados principalmente pela busca de sobrevivência no espaço público. Por se constituir sem a materialidade de um núcleo domiciliar privado, a presença dessa população na cidade tensiona a dicotomia público-privado, o que nos leva a constituir uma reflexão pela perspectiva do pensar por margens (ROSA, 2018). O habitar-rua, enquanto margem, estabelece uma zona móvel que transborda a estabilidade temporal e espacial na experiência urbana, configurando territórios flexíveis, descontínuos e de forma paradoxal (PALOMBINI, 2015; SOUZA, 2000). Através da corpografia urbana (BRITTO; JACQUES, 2008) e da performatividade política (BUTLER, 2019), constituímos a dimensão do corpo-território do habitar-rua, anunciado por ações expressivas de um corpo que é o próprio território.

Com o intuito de contextualizar a utilização do termo pessoas em situação de rua (seção 2.3), realizamos uma discussão histórica e política a respeito de como vêm sendo constituídas as tentativas de dominação dos corpos e das práticas que fazem da rua seu espaço de vida (CUNDA, 2018). Esse termo se refere a uma situação social apoiada na promoção de direitos e na implementação de políticas públicas no Brasil desde 1980 (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Além do mais, apresentamos outras formas de definir essa população que acabam por reforçar a individualização dos sujeitos (compreendendo que os mesmos necessitam passar por intervenções dos poderes institucionais) ou que levam a discussão a uma esfera estrutural (entendendo essas pessoas como sujeitos da falta – casa, trabalho, família etc.).

Para a reflexão proposta em nosso estudo, apostamos olhar para as narratividades temporais e espaciais intrínsecas da relação entre a pessoa em situação de rua e seus territórios. Nesse sentido, assumimos a narrativa como uma perspectiva teórico-metodológica (seção 2.4) intermediadora da produção de conhecimento e da experiência vivida por quem habita a rua. Assim, evidenciamos conceitos da teoria da narrativa baseados principalmente nas autoras Caron (2017), Arfuch (2018), Ribeiro (2017) e Piglia (2005), para repensarmos os processos urbanos a partir dos dissensos, da pesquisa com narrativas subalternizadas e suas relações entre narrador e leitor. Além disso, abordamos também a narratividade e a temporalidade a partir de operações – prefiguração, configuração e refiguração (RICOEUR, 2002; CARON, 2017) – e de estruturas – temas-índice (BARTHES, 2011; CARON, 2017) e cronotopos (BAKHTIN, 1988) – da narrativa.

Na seção 3, descrevemos o processo metodológico baseado na cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), que prefigura a conexão entre o pesquisador no espaço público e as pessoas em situação de rua participantes. Através de caminhadas e paradas, de encontros e desencontros ao longo do território da pesquisa, configuramos essa experiência por meio da escrita implicada (HESS; WEIGAND, 2006) em registros textuais e audiovisuais no diário de campo. Esses registros captam aquilo que emerge dos diálogos e das cenas vivenciadas, atuando como uma coleção de fragmentos sobre a qual será realizada uma leitura do espaço público urbano. As reflexões a respeito desse *corpus* narrativo acontecem com base nas operações e nas estruturas da narrativa.

A partir da experiência no território da pesquisa e da reflexão sobre o *corpus* narrativo, refiguramos nossa problematização em cartografias narrativas (seção 4). Nelas, revelamos as tensões provocadas pelo habitar-rua na dimensão pública do espaço urbano através de quatro subseções baseadas naquilo que emerge dos fragmentos narrativos: o cronotopo do umbral (4.1) e o cronotopo do carrinho (4.2) anunciam a heterogeneidade do habitar-rua a partir dos seus tempos-espacos do parar-repousar e do movimentar-deslocar; o tema-índice da (in)visibilidade (4.3) destaca ações de estigmatização e remoções promovidos tanto pela sociedade como pelos agentes do Estado; e o tema-índice dos (des)encontros reflete a respeito das dissonâncias

temporais e espaciais experienciadas pelas pessoas em situação de rua em relação ao eu-pesquisador, dos dissensos na dicotomia público-privado e das ações do planejamento urbano excludente. Tanto os cronotopos como os temas-índices são atravessados por uma dimensão que permeia toda a reflexão: o corpo-território.

Como observações finais advindas do processo de pesquisa, realizamos uma consideração à diferença (capítulo 5), em que o habitar-rua revela um desafio às formas de pensar e planejar a cidade baseadas no estabelecimento da ordem e da resolutividade.



**2. CAMINHOS TEÓRICOS:
O PÚBLICO, O HABITAR-RUA,
AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A NARRATIVA**

2.1 O público

Para a construção da dimensão pública do espaço urbano a ser aprofundada na presente pesquisa, iniciamos pelo entendimento de que a concepção de público está estreitamente associada ao seu oposto privado (MOUFFE, 2013). A partir desta dicotomia, faremos uma crítica às ideias de consenso e racionalidade vinculadas ao espaço público, delimitadas por Abrahão (2008), Arendt (2003) e Habermas (1984). Com o auxílio dos estudos de Mouffe (2013), Dardot e Laval (2017) e Rolnik (2019), desenvolvemos uma discussão com relação ao processo de subordinação do Estado às exigências do sistema de acumulação de capital, expresso por um modelo político implementado por instituições e técnicas, cujas ações no espaço público passam a ser influenciadas por interesses privados.

Referente à concepção dicotômica entre público e privado, Mouffe (2013) aponta que o significado de público está diferenciado em três contextos principais:

1 - público – como o que é comum, geral, oposto ao privado como o que é particular e individual; 2 - público – no sentido de publicidade, como o que é visível e manifesto, oposto ao privado como o que é secreto; 3 - público – como acessível e aberto, oposto ao privado como fechado. (MOUFFE, 2013, p. 182).

A partir dessas três acepções, a autora compreende que o estabelecimento dos diversos usos do termo público têm variado ao longo da história desde a polis grega, “em que o comum, o visível e o aberto estavam unidos na constituição do significado de ‘o público’ para estabelecimento, por meio da construção do Estado, de um novo tipo de separação entre o público e o privado” (MOUFFE, 2013, p. 182). Assim, podemos compreender que nesse sentido dicotômico os espaços públicos urbanos estão associados ao uso das ruas, calçadas, parques, praças, viadutos, ao contrário dos espaços privados que são as edificações destinadas à moradia, comércio e serviços.

O entendimento de que o público é construído através do consenso e da racionalidade é aprofundado por Abrahão (2008), ao apontar que este seria o espaço físico onde se desenvolvem as relações dos sujeitos em sociedade, onde acontece a vida social e cívica dos cidadãos. Tomando como modelo a democracia ateniense, Arendt (2003) refere que a vida pública se constituía a partir das atividades políticas, sendo a ágora o espaço público em que os homens adultos (mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos) praticavam o exercício libertário da política e decidiam os temas da cidade por meio das palavras e das ações.

Complementarmente, a teoria de ação comunicativa de Habermas (1984) demonstra que a ação no espaço público não seria apenas política e envolveria também o entendimento recíproco entre as pessoas pela via da comunicação racional, através da troca de argumentos de uns com os outros. Assim, percebemos que a ação política do espaço grego e a comunicação com base na noção na razão pública, conferem uma crença que se apoia na possibilidade da criação de consenso através do diálogo entre os cidadãos no espaço público. Conforme referem os autores (ABRAHÃO, 2008; ARENDT 2003; HABERMAS, 1984), seria no espaço público que as pessoas chegariam a decisões políticas por meio da comunicação, acreditando que todas elas teriam acesso à liberdade e à decisões públicas racionais.

Contudo, Mouffe (2013) critica a abordagem racionalista e liberal baseada na possibilidade de criar consenso racional e moral na esfera política/pública por meio da discussão livre, principalmente por entender que ela está relacionada a espaços de poder, conflito e antagonismo. Assim, considerando que o espaço público não é único nem consensual, e que toda a ordem política é baseada em alguma forma de exclusão, a autora revela a dimensão agonística do público, compreendendo que este é sempre plural, está em permanente confronto e é lugar de uma multiplicidade de superfícies discursivas. A natureza hegemônica de qualquer discurso consensual impossibilita a erradicação do antagonismo, e é por isso que a confrontação agonística tem por objetivo “revelar tudo o que é reprimido pelo consenso dominante” (MOUFFE, 2013, p. 190). Além disso, como também é assinalado pela autora, não podemos deixar de relevar que o

entendimento de público tem sido intensificado pelas relações econômicas na esfera da gestão Estatal.

Notadamente, a partir do século XIX, a ordem liberal democrática veio balizando o arranjo dos territórios através de organizações econômicas, as quais estabeleceram um modelo hegemônico que se consolida na forma de Estados-nação como matriz conceitual e prática da noção de espaço público (ROLNIK, 2019). Esse modelo foi sendo implantado por meio da instalação de “sistemas de circulação, saneamento, manutenção, lazer, entre outros”⁶ (ROLNIK, 2019, p. 24), marcando o espaço público como propriedade privada do Estado. Conforme o conceito de governamentalidade, trabalhado por Foucault (2008), esse modelo político de Estado é também implementado por meio de um conjunto de instituições, técnicas, disciplinas e racionalidades que passam a mediar as relações na sociedade.

Assim, no campo prático dos saberes técnicos, o Planejamento Urbano surge como disciplina responsável por “construir uma administração territorial do conjunto da cidade sob o signo da ordem, da racionalidade e da eficiência – e não mais por meio de intervenções embelezadoras pontuais” (ROLNIK, 2019, p. 24). Com início do século XX, o espaço público passa a ser gerido por um sistema estatal e burocrático, cujas intervenções nos territórios soblevam o aumento da velocidade de circulação de mercadorias nas cidades, essencial para o avanço dos grupos sociais privilegiados. Acompanhado dos pactos políticos desse período, mediados pelo ideário da universalidade de direitos, igualdade e justiça político-culturais, o Estado passa a atuar estrategicamente como redistribuidor de bens e serviços.

Ao longo das décadas finais do século XX, com o auxílio de um arsenal de políticas públicas, o neoliberalismo estendeu a lógica da concorrência como “um novo sistema de normas que se apropria das atividades de trabalho, dos comportamentos e das próprias mentes. Esse novo sistema estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo

⁶ Como eram identificadas as modificações urbanas do início do século XIX, que marcaram diversas cidades brasileiras por via de um discurso de modernização e higienização.

e com os outros” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12). Esse sistema de normas, baseado na concorrência, é efeito de uma política precisa, que atua com o auxílio do Estado, pela acumulação do capital que atua nas sociedades, nas suas relações sociais e na produção de subjetividades. Conforme explicam os autores:

Estamos na época do *cosmocapitalismo*, no qual, muito além da esfera do trabalho, as instituições, as atividades, os tempos de vida são submetidos a uma lógica normativa geral que os remodela e reorienta conforme os ritmos e objetivos da acumulação do capital. É esse sistema de poder da finança de mercado, que gera as desigualdades crescentes e a vulnerabilidade social da maioria, e acelera a nossa saída da democracia. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12).

O avanço dos grupos econômicos e classes sociais dominantes, que não abrem mão de seus privilégios e poderes, marca a multiplicação do desemprego, do nacionalismo, da xenofobia, da necessidade paranoica por segurança e do cercamento dos espaços, elementos diretamente atravessados pela subordinação do Estado às exigências do mercado e da competição econômica. Esses fatores aceleram a crise da democracia, dando “fim à ideia de que o Estado poderia ser o recurso da sociedade contra os efeitos desastrosos do capitalismo” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15).

Nesse sentido, Dardot e Laval (2017) nos trazem a emergência de pensarmos o comum como estratégia, princípio de lutas e movimentos que vêm resistindo e opondo-se à dinâmica dominante do acúmulo de capital, conduzindo a formas de ação e de discurso. Assim, o termo comum designa “o *surgimento* de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação” (DARDOT; LAVAL, p. 17). Para compreender como o processo global da financeirização do espaço urbano se expressa através do modelo econômico neoliberal vinculado à atuação do Estado, utilizamos o que Rolnik (2019) chama de “paisagens para a renda” (p. 20).

Segundo a autora, essas paisagens tomam os projetos de reestruturação urbana pela via das remoções e revitalizações, como um modo atualizado de penetrar na produção contemporânea do espaço urbano. Podemos dizer que esse é o novo poder que “ocupa as cidades, especializa-se

em paisagens para a renda capazes de garantir um fluxo de remuneração futura relacionado ao lugar” (ROLNIK, 2019, p. 21)⁷. O que nos interessa nesse processo, é verificar que o poder normativo-burocrático do Estado deixa de significar uma proteção às propriedades públicas, que passam “a ser uma forma ‘coletiva’ de propriedade privada reservada à classe dominante, que podia [e continua podendo] dispor dela como bem entendesse e espoliar a população conforme seus desejos e interesses” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 17).

Em contraposição às paisagens para a renda, Rolnik (2019) aponta que os territórios e vivências constituídos na lógica da sobrevivência se instalam permanentemente em localizações disponíveis e escassas de recursos, denominando-as de paisagens para a vida. Essas espacialidades demarcadas por lógicas de vida, as “periferias distantes, áreas declaradas pelas normas do planejamento como impróprias, terrenos e construções abandonadas” (ROLNIK, 2019, p. 26), desafiam permanentemente o desejo de crescimento ordenado pelo e para o mercado.

A estratégia dos agentes estatais, sob lentes planificadoras, normativas e dominantes, busca organizar o espaço em um paradigma político e econômico específico. As experiências que excedem seu planejamento acabam sendo o foco de uma

destruição-remoção-erradicação [...] feita, frequentemente, com o emprego da violência, em nome da salubridade, da legalidade e da preservação ecológica e, também, muitas vezes, como instrumento da guerra às drogas, associando a presença do tráfico de drogas ou a de outras atividades ilícitas a estes territórios. (ROLNIK, 2019, p. 28).

Dessa forma, tudo o que transborda as regras normativas de ocupação espacial na cidade é deslegitimado pela régua da ambiguidade: são estabelecidas categorias do que é legítimo/ilegítimo, legal/ilegal, autorizado/não autorizado, utilizando instrumentos e linguagens hegemônicas para demarcar as fronteiras que antagonizam com os interesses do sistema. Identificamos que o ideário deste modelo atravessa os espaços e as políticas urbanas, vai

⁷ Para citar exemplos desse processo de financeirização das cidades, referimos às privatizações que transferem da mão do Estado reservas de petróleo (como é o caso do Brasil) às oligarquias econômicas, assim como as antigas áreas portuárias que são reconfiguradas sob o discurso de revitalização (vide o caso do Cais Estelita em Recife, e o Cais do Porto em Porto Alegre).

capturando territórios, colonizando espaços, pensamentos e formas de viver. Podemos compreender que o espaço público, como lugar de consenso e racionalidade, se transforma em ficção, e “a propriedade de Estado é menos o contrário dessa ficção do que sua transposição e complemento, visto que o Estado, não contente em integrar-se às normas do privado, frequentemente toma a iniciativa” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 18). É nesse sentido que compreendemos a relação apontada por Mouffe (2013), em que a política está conectada ao poder, ao conflito e ao antagonismo, criticando a abordagem liberal baseada na possibilidade de criar consenso através da razão e da moral na esfera pública. Se as cidades são pensadas e planejadas por um olhar hegemônico, as pessoas não ocupam posições equitativas para o debate público.

A partir dessas reflexões teóricas sobre o conceito de público e suas relações com a produção das cidades contemporâneas, tomamos as expressões confrontação agonística, comum e paisagens para a vida para discutir o tensionamento da dimensão pública do espaço urbano a partir da presença de pessoas em situação de rua. Assim sendo, a confrontação agonística (MOUFFE, 2013) revela os dissensos e confrontos do público, daquilo que é omitido pelo consenso dominante; o comum (DARDOT; LAVAL, 2017) é o princípio que convoca um agir que se vê emergente para além do capitalismo e da propriedade pública do Estado; e as paisagens para a vida (ROLNIK, 2019) são territórios configurados pela sobrevivência, como margens que estão na sombra de um sistema burocrático estatal – atuante pela via da violência e das remoções – que ilumina o que é legal, autorizado e legítimo.

Entendemos que a presença das pessoas em situação de rua nos espaços públicos excede a lógica neoliberal e privada que alicerça as ações de reestruturação do Estado. Essa presença convoca uma dimensão de espaço público agonístico, justamente por criar dissenso e atribuir outros sentidos aos territórios da cidade. A dinâmica cotidiana da população em situação de rua é complexificada pelo fato dela não estar localizada em uma fronteira territorial visível e específica, ocupando o espaço de maneira efêmera e em permanente deslocamento. É possível vê-las mesmo nas paisagens para a renda, configurando uma margem que está permanentemente confrontando a noção de público a do seu oposto privado. Por sabermos que o público é gerido por um sistema

de normas que compreende este espaço como propriedade do Estado, estabelece-se uma lógica de vida e sobrevivência que cria rupturas e fraturas na concepção dicotômica entre espaço público e privado.

2.2 O habitar-rua

Trabalharemos a relação das pessoas em situação de rua com seus territórios na cidade pela noção do habitar-rua, configurada a partir da sobrevivência no espaço público urbano. Se o espaço privado edificado é destinado, em princípio, à habitação (e relações individuais/familiares), ao comércio e aos serviços, o espaço público é tido como lugar da passagem, do trânsito e das relações sociais. Nesse sentido, por constituir-se sem a materialidade de uma casa-residência, sem o núcleo domiciliar privado, o habitar-rua tensiona a dicotomia público/privado. A partir desse tensionamento, constituímos o processo de reflexão pela perspectiva de um pensar por margens (ROSA, 2018), estabelecendo uma zona móvel que transborda a estabilidade temporal e espacial na experiência urbana. Assim, assumimos a noção de que as relações territoriais das pessoas em situação de rua se configuram mediante territórios flexíveis, descontínuos e de forma paradoxal (PALOMBINI, 2015; SOUZA, 2000), para então chegar à dimensão do corpo-território do habitar-rua. Esta dimensão, por sua vez, será desenvolvida pela corpografia urbana (BRITTO; JACQUES, 2008) e a performatividade política (BUTLER, 2019), conduzindo a uma consideração à precarização da vida.

O espaço privado é, em princípio, destinado a morar/viver, como um dentro, onde se afirma o processo individual e familiar; ao passo que a rua, o espaço público, é destinado ao espaço social, da passagem e do trânsito. Concomitante à ideia de público como a extensão de um interior (privado), podemos refletir sobre o quanto a rua atua, culturalmente falando, como representação do fora, do externo; e a casa, da mesma maneira, como símbolo do habitar, do espaço protegido, do interno. Para Bachelard (1978), a casa é vinculada à função de cobrir e

proteger, como representação da constância. Bollnow (2008), por sua vez, coloca a casa como ponto de referência do homem para mundo, o ponto central para qualquer distância, e o habitar seria a maneira como o este vive sua casa, assim como habita a cidade. Nesse sentido, o habitar estaria intrinsecamente ligado a um sentimento familiar e cultural no qual se busca a proteção e o aconchego de uma casa – um espaço privado, separado do fora, da rua, do outro.

Baptista (2005) problematiza essa contraposição entre lar e rua. A naturalização da concepção de lar como a casa burguesa e seu sonho de idílica felicidade e segurança – e aqui não se pode deixar de pensar nos modelos midiáticos como a popularizada família do comercial de margarina –, o lugar protegido onde tudo vai bem, enquanto a rua teria a significação do perigo e do mal. O autor ainda faz pensar que essa concepção do morar se constitui a partir do século XIX, estando em jogo um modelo de sociedade baseado na propriedade e no consumo, que constrói o estigma da rua – do fora – como sinal de perigo e barbárie.

Tal modelo naturaliza uma concepção em que habitar confere a necessidade de um espaço edificado para tal função. Para refletir e pincelar um contraponto, usamos um relato de Sarlo (2014), que constrói uma etnografia urbana percorrendo diferentes espaços de Buenos Aires.

Todas as noites preparam seu dormitório na esquina de um edifício público, que já não funciona como entrada para parte alguma. É um espaço suficientemente amplo para que duas pessoas possam deitar-se para dormir. A não ser que a chuva venha do sul e seja com vento, a água respinga apenas nos cinquenta centímetros da frente do refúgio. Como a esquina foi uma entrada importante, tem-se acesso a ela por meio de três degraus que contribuem para a sensação de isolamento e permitem traçar uma espécie de umbral imaginário entre os que ocupam e a rua. (SARLO, 2014, p. 54).

A autora narra a cena de duas pessoas que vivem na rua, nos momentos antecedentes a se recolherem para dormir. Há um cuidado na escolha do espaço aproveitado do edifício público, um estudo da estrutura física em relação à proteção das intempéries. Estamos apontando para uma territorialidade afirmada pela interação entre sujeito e espaço. A noção de habitar, diante disso, transcende o espaço construído e privado. Nessa perspectiva,

[...] habitar não é estar passivamente em um lugar, habitar pressupõe criar sentidos, criar relações, desdobramentos e aprofundamentos na espacialidade onde se inscreve um homem. Habitar é uma experiência de amorosidade, de afetividade, é um processo de imaginação. O ato de habitar não se resume somente à casa como objeto de construção. (VIECELI, 2014, p. 147).

No caso das pessoas em situação de rua, conforme trabalhado por Silva Junior e Belloc (2018), há um mosaico de composições que atravessam o processo de habitar o espaço da cidade. A própria transformação dos sentidos atribuídos aos espaços urbanos é visivelmente percebida no momento em que essa população os ocupa, deixando evidente que a sua presença interfere “diretamente na paisagem urbana” (PALOMBINI, 2015, p. 153). Dentre as condições que podem influenciar na constituição dos diversos cotidianos e nas consequentes relações do habitar-rua, estão as escolhas daquele que “busca renda, a segurança/proteção dos locais que opta permanecer/dormir, a preferência por estar em grupo ou viver desacompanhado, as rotinas mais itinerantes ou em locais mais fixos, [...] a escolha por bairros mais centrais ou marginais” (SILVA JUNIOR; BELLOC, 2018, p. 6). Esses diversos elementos configuram um modo de habitar a rua que é heterogêneo em suas ações expressivas⁸.

Assim, as pessoas em situação de rua desestabilizam a dicotomia público/privado por estar/permanecer/habitar o espaço definido para se estar/passar/transitar. Por não habitar uma casa, não trabalhar nem produzir e consumir de maneira formal, passam a estabelecer outras relações com a cidade e a sociedade, baseadas na mobilidade permanente, no uso temporalizado e circunstancial do espaço e por não se relacionar com uma família (tradicionalmente entendida), formando vínculos alternativos, pelos quais, por vezes, os próprios companheiros da rua passam a ser considerados como família (PALOMBINI, 2015). Essa população tensiona o modelo normativo hegemônico que o próprio Planejamento Urbano determina como destino à cidade, não habitando os produtos imobiliários destinados à base domiciliar. É importante assinalar que o fato de pessoas habitarem a rua não é, necessariamente, uma questão de escolha, “ninguém sofre pela

⁸ Trataremos especificamente das ações expressivas do habitar-rua através dos conceitos de corpografia urbana (BRITTO; JACQUES, 2008) e da performatividade política (BUTLER, 2019).

falta de moradia sem que haja uma falha, um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa” (BUTLER, 2019, p. 27).

Nesse sentido, constituímos a reflexão a respeito do habitar-rua em relação com os espaços públicos urbanos sob a perspectiva do pensar por margens (ROSA, 2018). Essa perspectiva leva em consideração a retomada contemporânea da noção de margem para pensar determinadas situações urbanas. A compreensão relacional desse pensar “permite evidenciar novos nexos e relações de sentido frente às dinâmicas socioespaciais em curso” (ROSA, 2018, p. 183), além de reconfigurar os fenômenos e os processos urbanos a partir das relações que os produzem. Buscamos, assim, nos distanciar da articulação entre marginalidade social⁹, como também da ideia da ausência e da exclusão, justamente por estas perspectivas acentuarem

aquelas interpretações das favelas e periferias a partir do que elas não têm. A ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de cidadania, ausência de ordem, ausência de planejamento – em última instância, ausência de cidade propriamente dita. (ROSA, 2018, p. 181).

Com relação às pessoas em situação de rua, a ideia equivocada de que são sujeitos a quem tudo falta está relacionada à ausência da casa, de trabalho, de família e da própria cidade. Assim, compreendemos que essa população à margem está em coemergência nas relações sociais urbanas, não estando totalmente excluídas; apesar de compreendermos que elas são invisibilizadas e submetidas a processos de estigmatização. Ao assumir o viés crítico e político do pensar por margens queremos revelar as tensões provocadas ao sistema burocrático estatal, recusando a noção de que seriam necessariamente zonas de fronteiras periféricas em contraposição a um centro normativo e organizado. Rosa (2018) complexifica a dimensão dicotômica entre centro/periferia, demonstrando que o pensamento sobre os processos à margem não busca fixá-los como periféricos, não havendo a necessidade de associá-los a espaços fixos, unificados e homogêneos. A autora foca na reflexão sobre “suas implicações simbólicas e

⁹ Como fizeram as primeiras reflexões acadêmicas sobre favelas e periferias no Brasil, compreendendo-as como fenômenos urbanos avessos, territórios à parte, sem Estado, sem urbanidade – os quais seriam o extremo oposto da formalidade e da ordem da cidade (ROSA, 2018).

materiais complexas e de sua ambiguidade em relação às fronteiras” (ROSA, 2018, p. 185), as quais estão reiteradamente sendo reconfiguradas pela geopolítica contemporânea.

O que se torna relevante para este trabalho é que populações, práticas e territórios continuam sendo invisibilizados, deslegitimados e criminalizados por um sistema de normas e dinâmicas que perpassam a atuação dos agentes do Estado sobre o espaço público. Rosa (2018) sintetiza três proposições conceituais que fazem repensar a atuação do Estado a partir de margens:

margens da legalidade oficial; margens da legibilidade estatal – associadas à documentação escrita –; e margens da normalidade – relação entre corpos, lei de disciplina, tendo por referência o conceito de biopoder foucaultiano. A partir da etnografia de práticas, lugares e linguagens consideradas à margem do estado-nação, as margens são pensadas não como espaço periférico, lugar-fora estático, mas como dinâmicas que perpassam e atravessam o Estado por dentro. (ROSA, 2019, p. 186).

Por assim dizer, as margens se configuram como uma dimensão central na experiência urbana. São zonas móveis que transbordam as fronteiras e embaralham as dicotomias dentro/fora, legal/ilegal, norma/transgressão. Não sendo estáticas em suas espacialidades e temporalidades, estabelecem uma zona de tensão e dissenso em permanente relação e processo; são bem mais do que espaços em desordem em que a política do Estado não impõe seu controle. Podemos fazer uma relação entre o pensar por margens e as paisagens para a vida, compreendendo as margens como territorialidades que fogem à espetacularização urbana globalizada e da organização do espaço pelo planejamento urbano, focalizando na “relação com os territórios que não se organizam sob esta lógica, e, que, na verdade, constituem a maior parte do mundo contemporâneo: suas margens, suas contradições” (ROLNIK, 2019, p. 22-23).

Contudo, evidenciamos que diversas práticas de violência e remoção recaem sobre essas zonas, corpos, práticas e territórios, “dentre as quais destacam-se políticas e gestões, práticas de planejamento e policiamento e suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão” (ROSA, 2018, p. 188). Nesse sentido, repensamos criticamente o espaço público a partir do habitar-rua, compreendendo-o como uma prática política de vida que tensiona a regulamentação e o disciplinamento. Ao refletir a respeito do habitar-rua como margem, temos a intenção de torná-lo

central na compreensão crítica sobre as políticas normativas dos agentes do Estado, justamente por tensionar e transbordar as operações hegemônicas que perpassam a regulação e o disciplinamento do planejamento urbano.

Na tensão e transbordamento daquilo que é estabelecido como hegemônico, constituímos o habitar-rua como um território habitado por uma população que estabelece suas relações a partir de um corpo-território à margem. Por considerarmos que esse habitar outro é atravessado pela corporalidade da pessoa em situação de rua em relação ao espaço urbano, vemos como necessário o aprofundamento a respeito do conceito de território e na constituição desse ambiente como um espaço onde sobrevive aquele que habita a rua.

Entendemos território como “*campos de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade*” (SOUZA, 2000, p. 86). Isso nos possibilita pensar em territórios mais instáveis (ao invés de estáveis e delimitados por fronteiras físicas e geográficas), considerando uma existência constituída por diversas temporalidades. Por vezes, a relação da pessoa em situação de rua com os espaços da cidade tem uma duração de instantes (como, por exemplo, ao ocupar/estabelecer-se em um banco de praça ou mesmo em uma calçada para repousar), o que caracteriza, como aponta Souza (2000), uma territorialidade flexível que “*forma-se e dissolve-se, constitui-se e dissipa-se de modo relativamente rápido*” (p. 87). Relacionado a esta territorialidade flexível, podemos pensar nas ocasiões em que a população em situação de rua é vista carregando seus objetos-pertences em carrinhos movidos pela força do próprio corpo. O transporte desse carrinho auxilia em deslocamentos ao longo de diversos pontos na cidade, dependendo de sua rotina de ocupação. Isso assinala que essas pessoas estabelecem uma “*espécie de território descontínuo*” (PALOMBINI, 2015, p. 172), evidenciando que seus limites são móveis e estabelecidos pela movimentação do corpo ao longo do espaço e do tempo.

Tanto a utilização de espaços em momentos de repouso como o movimento por territórios descontínuos reafirmam o caráter efêmero da ocupação do espaço pela pessoa em situação de rua. Nesse sentido, “*a territorialização desse espaço não se dá exclusivamente por uma imposição de*

poder por parte dos moradores de rua [...], mas sim pelas próprias relações entre si (os companheiros de vivência) e com aquele espaço” (PALOMBINI, 2015, p.29). Isso deixa evidente que é na prática de ocupar e de se movimentar que o espaço passa a ter um significado. A descontinuidade dos territórios relacionados ao habitar-rua funciona em rede (território-rede), uma territorialização estabelecida por temporalidades sem a necessária pressuposição de uma continuidade espacial (SOUZA, 2000). Esse território em rede se associa à noção de descontínuo por ser concebido através da ligação entre nós: cada nó disperso pelo território estará ligado a outro através da movimentação dos sujeitos, onde o que interessa não é a continuidade do espaço entre cada nó, mas sim a rede necessária que articula dois ou mais pontos de referência. À noção de territórios flexíveis e territórios-rede, adicionamos a ideia dos territórios flutuantes ou móveis, os quais tendem a ser instáveis,

com áreas de influência deslizando por sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças; a criação de identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional que afetiva. O que não significa, em absoluto, que ‘pontos’ não sejam às vezes intensamente disputados. (SOUZA, 2000, p. 88).

A territorialização do habitar-rua não se dá pelo estabelecimento de propriedade, mas pelas próprias relações entre os sujeitos e o espaço; assim, a ocupação passa a ter um significado que garante temporariamente sua utilização (PALOMBINI, 2015). Contudo, não podemos afirmar a inexistência de disputas e conflitos, seja entre os próprios companheiros de vivência (através de uma espécie de códigos de conduta entre a população em situação de rua), seja com os agentes do Estado ou com os moradores domiciliados e instituições/estabelecimentos privados.

O contingenciamento do uso do espaço público, as normas associadas a quem e como se pode utilizá-lo, não opera apenas pela proibição da circulação, mas também pelo constrangimento causado através do olhar do “outro sobre o indivíduo que não se adequa às normas do lugar” (PALOMBINI, 2015, p. 33). O autor auxilia na compreensão das interdições espaciais contingenciadas às pessoas em situação de rua que circulam pela cidade, em que sua presença, por vezes, não passa sem que seja questionada. Isso ocorre tanto pelo próprio medo, desagrado e constrangimento que sofrem por conta do desprezo provocado pelas pessoas adequadas às

normas, como o contrário: quando estes “evitam de passar por um local onde haja um acampamento de moradores de rua, por medo e preconceito sobre o que é diferente” (PALOMBINI, 2015, p. 34). Esse paradoxo experienciado pelo habitar-rua em seus territórios, perpassa pelas maneiras de vestir, de habitar, de se comportar e pelos tipos de atividade que desenvolvem na cidade. Esses elementos extrapolam as normas morais e sociais, também por contrariarem as regras da base domiciliar, do trabalho e da forma de ocupar o espaço e o tempo.

Dessa forma, compreendemos que o território do habitar-rua é configurado de maneira processual e relacional, de forma descontínua (território-rede) e através de uma territorialidade flexível e paradoxal. Esses territórios existem na cidade em diversos tempos-espacos, sendo eles efêmeros e funcionais. O habitar-rua está intimamente vinculado ao corpo da pessoa em situação de rua em sua relação com o espaço público, justamente por não haver a posse de uma estrutura material, física, que defina algo como propriedade, sequer como moradia. Talvez, a única e última propriedade dessa população seja o próprio corpo, um corpo que é o próprio território. Esse corpo-território se expressa por meio de ações que confrontam a espetacularização e a privatização da cidade. Portanto, para auxiliar na constituição do que compreendemos como corpo-território do habitar-rua, utilizaremos a noção de corpografia urbana (BRITTO; JACQUES, 2008) e das formas corporificadas de ação política (BUTLER, 2019), relacionadas às ações expressivas dessa população no espaço urbano.

Britto e Jacques (2008) trabalham o conceito da corpografia urbana como o estudo das possibilidades de relação entre corpo e cidade, “seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, [...] uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta” (p. 79). Para as autoras, através do conhecimento dos gestos, movimentos e práticas, podemos apreender as existências espaciais registradas no corpo de quem experiencia a cidade. Assim, utilizamos o estudo das experiências urbanas que são inscritas no corpo do habitante para revelar o dissenso no espaço público, entendendo que as relações entre o corpo da pessoa em situação de rua e a cidade podem manifestar o que vai além da lógica normativa, do que é oposto ao corpo como produto da espetacularização contemporânea.

Butler (2019), por sua vez, aponta a performatividade política como uma forma de ação, especificamente a respeito do caráter corpóreo das contestações em assembleias (reuniões de pessoas com finalidade comum e específica, como, por exemplo, nas greves e nas ocupações de espaços públicos). Nesse sentido, a performatividade dos corpos significa para além do que é dito, falado. A autora afirma que o agir em concordância não passa necessariamente pelo discurso, mas também por uma “forma corporizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política” (BUTLER, 2019, p. 15), revelando o caráter corpóreo do questionamento em manifestações estimuladas pelas condições precárias da vida¹⁰.

Apesar de Butler (2019) estar se referindo à teoria performativa da assembleia (dos corpos em aliança), nos interessa a noção de que o corpo, no campo político, tem “sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (p. 20). O corpo-território da pessoa que habita a rua, mesmo não estando diretamente em assembleia¹¹, expressa uma condição política no sentido de que sua existência no espaço público é significativa e transmite exigências aos campos políticos, sociais e econômicos.

O fato de visualizarmos pessoas em situação de rua configurando territórios na cidade, nos parece uma forma de performatividade política (BUTLER, 2019) que acontece em ato, a qual coloca a sua possibilidade de vida e sobrevivência a “dizer” que não são descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Queremos enunciar que consideramos o habitar-rua uma ação expressiva que tem valor político em si, evidenciando uma situação biopolítica “na qual diversas populações estão cada vez mais sujeitas ao que chamamos de ‘precarização’. Geralmente induzido e reproduzido por instituições governamentais e econômicas, esse processo adapta populações [...] à insegurança e à desesperança” (BUTLER, 2019, p. 21).

¹⁰ Butler (2019) se refere às precariedades da vida provocadas de forma induzida, por violência a pessoas vulneráveis ou pela ausência de políticas protetivas.

¹¹ Faz-se necessário mencionar que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) estabelece um movimento social que luta a favor de melhores condições às pessoas em situação de rua.

A relevância que o corpo-território configura nesta pesquisa está na direção de compreender o habitar-rua tanto como uma corpografia urbana, expressa em gestos, movimentos e práticas inscritas em um corpo que compõe sua existência espacial ao que é diferente do esperado pela lógica normativa urbana, como, também, uma performatividade política que manifesta, em si, a precarização induzida pelas instituições governamentais e econômicas. A partir dessa reflexão teórica, nos perguntamos: como essa corpografia e suas ações expressivas tensionam o público através das relações territoriais estabelecidas na cidade? Como esse tensionamento pode ser refletido a partir das relações do habitar-rua? Que performatividades políticas o habitar-rua manifesta? O que vai além da noção de precarização da vida no habitar-rua?

Estas questões auxiliaram a orientar a perspectiva teórico-metodológica da presente pesquisa, a qual envolve a narrativa e a cartografia como possibilidades de alcançar as ações expressivas do corpo-território das pessoas em situação de rua na cidade, através da coemergência entre a experiência do pesquisador e o campo de pesquisa¹². Tendo apresentado os conceitos que compõem a noção do habitar-rua e suas relações corpo-territoriais com a cidade, daremos sequência a uma consideração a respeito da compreensão histórica e política do conceito pessoas em situação de rua.

2.3 As pessoas em situação de rua: uma compreensão histórica e política

O intuito desta seção é contextualizar e conceituar o uso do termo pessoas em situação de rua em uma perspectiva histórica e política sobre as denominações referentes às condições e às práticas daqueles que fazem da rua seu espaço de sobrevivência. Nesta pesquisa, escolhemos

¹² Para a leitura da narrativa como perspectiva teórico-metodológica e da cartografia como método de pesquisa-intervenção ir para as seções 2.4 e 3, respectivamente.

utilizá-lo por se referir à situação social das pessoas que vivem nas ruas, além dele ter sido adotado durante a implementação de políticas públicas que vêm buscando garantir e promover direitos a essa população. De modo geral, as outras formas de definir a população em situação de rua (como, por exemplo, moradores de rua, sem-teto, sofrendores da rua, entre outras) acabam reforçando a individualização dos sujeitos (que necessitam passar por algum tipo de intervenção a partir dos poderes institucionais) ou ampliando a uma esfera macroestrutural (que entende essas pessoas como sujeitos da falta).

Conforme estudado por Cunda (2018), vemos que a figura da pessoa nômade – aquela que não carrega posses e habita as bordas da cidade – é notada desde as cidades antigas. Essa figura passa, ao longo da história, por várias tentativas de personificação/caracterização, desempenhando papéis variados e sendo objeto de muitos métodos de intervenção, seja para a sua proteção ou estigmatização. O autor investiga arquivos e registros desde as cidades medievais, passando pelos tempos modernos e contemporâneos, a respeito dos planos históricos que buscam, de alguma maneira, incidir sobre essas pessoas. Seu estudo se propõe a “acompanhar os sentidos que orientam a relação entre as pessoas e a urbanidade, bem como entender o surgimento e o desaparecimento de instituições que tentaram, de alguma maneira, ordenar a vida rueira” (CUNDA, 2018, p. 13). O autor chama essa personagem da vida na cidade como rueiro, estudando os desdobramentos dos diversos nomes e corpos que contornam a vida na rua e também convocando a ação de políticas públicas e institucionais.

O que interessa para este estudo é demarcar que, ao longo desses diversos planos históricos, foram se estabelecendo diferentes padrões morais, estéticos, modos de sobrevivência e trabalho, estratégias de cuidado e proteção, linguagens e códigos, valores e jogos de poder, que se manifestaram de muitas formas nos corpos e nas instituições (CUNDA, 2018). Fica evidente que a atuação sobre os corpos nômades, ou sobre aqueles que fugiam às normas esperadas pelas estruturas institucionalizadoras (sejam as religiosas, as governamentais e as econômicas), sempre estiveram presentes.

Mesmo quando nenhuma ação específica era relacionada a esses sujeitos de “identidade fugida” (CUNDA, 2018, p. 19), a ancoragem destas pessoas não era permitida nas grandes cidades do mundo antigo, empurrando-os para mais adiante ou mesmo à morte. O autor demonstra que a composição dos métodos de intervenção varia por diversos eixos discursivos, “como o assistencial, o filantrópico, o público, o da cidadania e do direito à cidade” (CUNDA, 2018, p. 13), ou, ainda, o da não ação (que também caracteriza um posicionamento). A questão que chama atenção é que há muito tempo essas pessoas são alvos de práticas atravessadas pela implementação política que busca a normalização dos modos de vida e, para aqueles que fogem às normas, são concebidas formas de administrá-los, geri-los, controlá-los. Podemos dizer “que as cidades sempre procuraram gerenciar seus habitantes” (CUNDA, 2018, p. 13), e faz parte dessa prática de gerenciamento dos corpos a definição dos mesmos, a procura por um nome que evidencie um campo de ação para enquadrá-los.

No Brasil, conforme assinalam Schuch e Gehlen (2012), desde a década de 1980 vem se constituindo uma preocupação pública de gestores institucionais a respeito do que foi denominado morador de rua, e que, aqui, chamamos de pessoa em situação de rua. Há uma diversidade de termos que denominam o “conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente, e/ou utilizam serviços diversos destinados à sua proteção e à promoção de direitos” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 13). É interessante analisarmos que algumas dessas definições (KASPER, 2006; SCHUCH; GEHLEN, 2012) deram visibilidade para as questões e problemas sociais envolvidos, e, ao mesmo tempo, alimentaram estigmas através de sua produção. São elas: *chochard* e *sans domicile fixe* (ambos do francês, vagabundo¹³ e sem domicílio fixo, respectivamente), *wohnungsloser* (do alemão, aqueles que perderam a moradia), *homeless* (do inglês, sem teto); ou ainda, no Brasil, sem-abrigo, sem-teto, sem domicílio fixo, sofredores da rua, morador de rua, pessoa em situação de rua,

¹³ “A figura do vagabundo, sob a mácula da improdutividade e do perigo, [...] se consolidou com a regulamentação do trabalho, mas sua fama se afirmou pela associação de diversas existências desadaptadas à ordem vigente” (CUNDA, 2018, p. 32).

mendigo, maloqueiro, entre outros. Parte dessas expressões focam na falta de um espaço doméstico, de um lar, uma casa, ou ainda a falta de um conforto pessoal dado pelo domicílio fixo/material; outras se referem à condição produtiva da pessoa (vagabundo, mendigo) e a respeito do estado mesmo da pessoa (sofredores da rua).

Conforme apontam Schuch e Gehlen (2012), a perspectiva das iniciativas filantrópicas e religiosas atendiam aos chamados sofredores das ruas, ainda em um período em que estavam surgindo as políticas de assistência social e as progressivas formas de caracterização e proteção a essa população no Brasil. O termo mais comumente utilizado no país (ao menos popularmente e em alguns meios de comunicação), conforme nos aponta Kasper (2006), é morador de rua. Ele se destaca por manifestar uma oposição característica da cultura brasileira (DAMATTA, 1985), em que a casa seria o lugar das pessoas morarem e morar na rua denotaria um estado de privação de direito¹⁴. Por sua vez, Schuch e Gehlen (2012) afirmam que essa terminologia invisibiliza a heterogeneidade de formas de estar, ser e viver na rua, as quais apontam para uma diversificação das situações em relação à permanência na rua. Essa denominação naturaliza a condição da pessoa a ser alguém que mora na rua – e assim permanecerá – tanto por vontade própria, como por falta de incentivo em buscar outras condições.

Percebemos que há uma tendência à essencialização da questão, associada a duas fortes perspectivas a respeito do assunto. A primeira delas está pautada na individualização, em que permanecer na rua é um problema pessoal que requer intervenções mediadas pelas instituições governamentais, geralmente relacionadas à remoção (como se retirar, uma a uma, fosse solucionar a questão); a segunda, é atravessada por um diagnóstico causal na esfera macroestrutural, que subentende as pessoas que vivem na rua como sujeitos da falta (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Os autores apontam que ambas retiram a complexidade e a agência das pessoas e de suas práticas,

¹⁴ Referindo-se à privação do direito à moradia, conforme Artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

tornando a rua um espaço da exclusão e/ou que é vivida exclusivamente pela lógica da necessidade e da falta. Essa visão essencialista faz da rua um espaço a ser governado por uma política higienista, tendo o planejamento urbano como um saber-poder remodelador associado à polícia, pautado na profilaxia, na privatização, no controle e na família (tradicionalmente entendida) como núcleo fundamental; um olhar de anormalidade e de suspeita à rua como espaço possível de existência social.

Paralelamente a esse processo, temos no Brasil a constituição de movimentos de luta por direitos e por políticas de proteção, configurados pela própria população em situação de rua. É a partir de então que, ao menos institucionalmente, houve a ruptura da terminologia moradores de rua, tornando manifesta a utilização do conceito de pessoas/população em situação de rua

significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência das ruas e, de outro, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-se a partir de uma concepção do habitar a rua como forma possível, e não através de uma falta ou carência – de casa ou local de moradia fixa. Vistos, em geral, como vítimas ou algozes, o conceito de “pessoas em situação de rua” também busca reconstituir certa agência dessa população, apontando que o enrijecimento de uma categoria explicativa – “moradores de rua” – esconde a pluralidade dos usos e sentidos da rua. (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 17).

Nesse sentido, é importante referenciar a agência política dessa população, que até então não era protagonista em suas classificações estigmatizantes e homogeneizadas pela falta. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), oficializado em 2005¹⁵ (MNPR, 2010), torna-se a expressão dessa população organizada em diversas cidades brasileiras. No ano de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome “institui a Política Nacional para a

¹⁵ Conforme MNPR (2010), desde a década de 1960, já havia iniciativas organizadas em cidades brasileiras. Em décadas seguintes, “apoiadas por organizações sociais, pessoas em situação de rua realizaram mobilizações e manifestações por melhores condições de vida e por políticas públicas que assegurassem sua autonomia” (idem, p. 28-29). Nesse momento, pessoas que trabalhavam na catação de materiais recicláveis formaram as primeiras associações e cooperativas de catadores, de onde surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento” (BRASIL, 2009a). O Decreto 7.053/2009 considera a

população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a).

Considerando a fundamental importância da política nacional que institucionaliza um instrumento que visa a defesa dos direitos dessa população, vê-se que a situação de rua é definida por ser um grupo populacional heterogêneo. Contudo, acaba por vinculá-lo à pobreza extrema, à interrupção de vínculos familiares e à inexistência de moradia convencional (atributos da despossessão, da falta). É possível que esses elementos estejam associados às pessoas em situação de rua, porém evidenciamos que defini-las sob elementos da falta reafirma o estigma. Essa delimitação contrasta com a proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua:

O Movimento Nacional da População de Rua [MNPR] é formado por homens e mulheres em situação de rua ou trajetória de rua, comprometidos por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social. (FALARUA, 2012 apud SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19-20).¹⁶

Tomamos a importância em assinalar a diferença de conceituação entre o texto do Decreto nº 7.053 (BRASIL, 2009a) e a do MNPR, “porque [a definição do movimento social] coloca em questão a luta política constante que é realizada em torno dos significados legítimos para esse conjunto diverso de pessoas” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 20). Além do que, acima de uma disputa conceitual, é importante referenciar e considerar a autodefinição, que nesse caso, deixa evidente a agência política de uma população que define a vivência na rua não só como espaço

¹⁶ A citação de Schuch e Gehlen (2012) referencia o site <http://www.falarua.org> em consulta datada de 27 jul. 2012, o qual está atualmente fora de serviço (acesso em 28 jul. 2020).

da falta e da carência, mas de luta pela melhoria de sua situação social. O termo trajetória, conforme referido na citação direta acima, evidencia os elementos processuais e relacionais que envolvem a situação de rua como coprodução, “que não prescindem dos próprios sujeitos e não podem ser completamente entendidos a partir de causalidades macroestruturais” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 20).

Ainda no campo da autodefinição, a partir da nossa experiência em espaços de educação e movimento social, percebemos que essa população utiliza muito a autodenominação de povo da rua, moradores de rua, andarilhos, trecheiros, entre outras. Nesse sentido, é importante ressaltar que a escuta e o reconhecimento da autodefinição é de extrema relevância, justamente por revelar a agência política dessa população. Apoiamos nosso estudo no conceito de pessoas em situação de rua, tanto por apontar uma situação de multicausalidades, assim como por considerar o contexto histórico brasileiro de lutas por direitos e políticas que reconheçam a rua como um espaço de vida e de práticas possíveis – sem, contudo, romantizá-las¹⁷.

Através da noção do habitar-rua, conforme trabalhamos na seção anterior, buscamos considerar que as relações das pessoas em situação de rua com o espaço urbano envolvem ações expressivas relativas a diversas temporalidades, em corpografias e performatividades políticas que vão além das normalizações vigentes estabelecidas por saberes-poderes institucionalizados. É nesse sentido que apoiamos a nossa escolha conceitual, histórica e política, da utilização de pessoas em situação de rua. Assim como Kasper (2006), que se propõe a estudar o habitar a rua como uma definição de “prática habitante” (p. 48), compreendemos o habitar como um processo, para além de sua função relacionada à casa como infraestrutura necessária à vida.

A partir da contextualização histórica e política do termo pessoas em situação de rua, compreendemos sua relação com a implementação de políticas públicas no Brasil e com a luta dessa população pela garantia de direitos sociais. Nesse sentido, o habitar-rua, enquanto margem, é a noção que acolhe as práticas dessas pessoas ao constituírem nos espaços urbanos o seu

¹⁷ Faremos uma crítica à romantização de populações subalternizadas na seção 2.4.

território de sobrevivência, superando a ideia da falta de uma casa, de um trabalho ou uma família (tradicionalmente entendida). Como forma de agenciar essas experiências do habitar-rua como conhecimento na presente pesquisa, evocamos a narrativa como perspectiva teórico-metodológica que medeia a produção científica e a experiência de quem habita a rua.

2.4 A narrativa: perspectiva teórico-metodológica

Pensando o habitar-rua como margem, é relevante reconhecer que populações, práticas e territórios estão passando por processos de invisibilização e deslegitimação, causados por um sistema de normas que perpassa a atuação das instituições governamentais e econômicas. Nesse sentido, assumimos a narrativa como uma perspectiva teórico-metodológica intermediadora da produção de conhecimento, justamente por esta apresentar qualidades relacionais (CARON, 2017). Nesta seção abordamos conceitos da teoria da narrativa, baseados principalmente nas autoras Caron (2017), Arfuch (2018), Ribeiro (2017) e Piglia (2005), para repensarmos processos urbanos a partir dos dissensos, da pesquisa com narrativas subalternizadas e suas relações entre narrador e leitor. Fazemos também, na subseção 2.4.1, uma abordagem sobre a narratividade e a temporalidade a partir de operações e estruturas conceituadas por Ricoeur (2002), Caron (2017), Barthes (2011) e Bakhtin (1988).

Neste trabalho, a narrativa é a lente utilizada para compreender os conflitos e as tensões provocados pelo habitar-rua. Ouvir o que é narrado permite o acesso a histórias que não se baseiam em dados sistematizados ou pontos demarcados em mapas. A narrativa “opera pelas diferenças, pelo reconhecimento dos dissensos, pelo entendimento da realidade como um fluxo processual, e pela valorização das subjetividades como geradoras da complexidade que se manifesta hoje nas cidades contemporâneas” (CARON; REYES, 2018, p. 84, tradução nossa).

Rememorando o pensamento de Mouffe (2013) sobre a dicotomia entre público e privado, é importante constar que os meios de produção nas cidades contemporâneas são permeados pela lógica econômica neoliberal. Essa lógica, além de precarizar a vida de populações vulneráveis através da violência ou pela ausência de políticas protetivas (BUTLER, 2019), geralmente invisibiliza as diferenças e as narrativas que não resultam em valor econômico (CARON; REYES, 2018, tradução nossa). A abordagem narrativa atua na perspectiva de confrontar a produção hegemônica da cidade por meio da leitura do público centrada em uma visão de mundo que valoriza e opera pelas diferenças. “Isso significa que não estamos preocupados em encontrar uma verdade expressa no território, e sim, produzir e respaldar diferentes visões do mesmo” (CARON; REYES, 2018, p. 84, tradução nossa).

Nesse sentido, a narrativa se diferencia

do pensamento lógico-científico, já que no lugar de elucidar condições realmente universais, requer uma atenção às conexões particulares entre personagens, lugares e temas da história narrada. Ao contrário da fria explicação positivista do mundo, a narrativa se abre às ambiguidades próprias das relações entre o sujeito e seu entorno por meio da experiência vivida. (CARON, 2017, p. 141, tradução nossa).

Sendo o planejamento urbano a disciplina responsável pela administração dos territórios públicos da cidade, e por sabermos que, de maneira geral, é vista a partir de dados quantitativos baseados no pensamento científico positivista, buscamos uma perspectiva teórico-metodológica que leve em consideração uma outra maneira de se conectar à experiência urbana, principalmente por sabermos que as pessoas em situação de rua acabam por não participar da constituição do planejamento sobre a cidade.

Contudo, declarar que esse grupo social não tem direito à voz sobre seus destinos na cidade é afirmar que sua cidadania não é reconhecida. Nesse sentido, Ribeiro (2017) desenvolve uma discussão a respeito das narrativas subalternizadas, fazendo compreender que o “subalterno evidencia um lugar silenciado” (p. 74). A autora também revela que validar o discurso de que os grupos subalternos nunca rompem o silenciamento, seria “legitimar a norma colonizadora, [...] significaria também acreditar que grupos oprimidos só podem se identificar com o discurso

dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos” (RIBEIRO, 2017, p. 74). Essa reflexão leva a pensar que o modo de produção da cidade estabelece um distanciamento estrutural a determinados grupos sociais (como é o caso das pessoas em situação de rua), mantendo-os a uma distância opressora do direito à voz nas decisões a respeito de si e da sua condição na cidade, desconsiderando que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros lugares e geografias” (RIBEIRO, 2017, p. 75).

A autora também alerta de forma crítica à “romantização dos sujeitos que resistem” (p. 75). A tomada de posição de não romantizar os subalternos revela um processo estrutural das políticas urbanas que silencia as vozes e as ações expressivas das pessoas em situação de rua. É por isso que apostamos na narrativa como perspectiva teórico-metodológica, que opera pelas diferenças e dissensos como possibilidade de leitura a confrontar a produção hegemônica e normativa da cidade. Sendo assim, ao assumirmos a narrativa como perspectiva intermediadora entre a produção de conhecimento e a experiência vivida na cidade, tomamos como referência o estudo de Caron (2017), em que “a paisagem não é somente o cenário de fundo para a narrativa, mas também a figura que gera as histórias, de modo que é possível encontrar a paisagem através da estrutura das histórias” (p. 148, tradução nossa).

A analogia entre narrativa e paisagem, elaborada pela autora, auxilia na compreensão de que a cidade não é somente uma teia onde se desenvolvem as relações sociais, mas também é onde se sucedem histórias e vivências, de tal modo que é possível encontrar territórios na escuta das narrativas. Podemos também relacionar a narrativa com a corpografia (BRITTO; JACQUES, 2008), no sentido de que a experiência territorial do habitar-rua está enunciada nas ações expressivas (gestos, movimentos e práticas) das pessoas em situação de rua. Assim, o compartilhamento das experiências vivenciadas pelo corpo-território dessa população pode ser transmitido no momento em que elas são narradas.

A investigação através da narrativa “requer antes de tudo uma posição de escuta atenta: não somente o que mas também o *como* do dizer, não somente o ‘conteúdo’ de uma história mas os modos de sua enunciação, não somente o contorno de uma imagem mas sua profundidade” (ARFUCH, 2018, p. 58, tradução nossa). Pensando que a expressão das pessoas em situação de rua são também formas de narrar a experiência urbana, a escuta e o olhar atentos são essenciais para pensar a complexidade e os tensionamentos das relações do habitar-rua. Nesse sentido, entendemos a narrativa como um tipo de conhecimento advindo da experiência, onde o narrador “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada por outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Assim, a narrativa no estudo da cidade “possibilita o acesso à experiência, conhecimento, contingências do tempo e outros aspectos do fenômeno, geralmente não acessível por outros meios” (CARON, 2017, p. 148, tradução nossa).

Pensar a cidade a partir da narrativa remete a uma dialética entre quem narra sua experiência (o/a narrador/a) e quem lê/escuta essas histórias (o/a leitor/a, o/a ouvinte). Conforme apresenta Benjamin (1994), o narrador relata suas experiências a partir de suas memórias, das histórias contadas por outros e mesmo das experiências dos seus ouvintes. Em nosso estudo, os narradores serão as pessoas que habitam a rua, e o pesquisador, ao escutar essas histórias de vida e acompanhar os cotidianos, será o leitor/ouvinte, atravessado pela pergunta de pesquisa: como as narratividades das pessoas em situação de rua, em seus aspectos temporais e espaciais, revelam o tensionamento da dimensão pública do espaço urbano? Dessa forma, o leitor (que é também pesquisador) se vê imerso em uma trama de histórias e relatos que nem sempre serão referências explícitas e diretas. O que pretendemos com a intermediação entre corpo-território e narrativa é explorar a narratividade dos relatos e das práticas cotidianas que configuram o habitar-rua, buscando qual sentido de público é apreendido e elaborado pela experiência vivida das pessoas em situação de rua.

Considerando o importante papel do leitor nesse processo de pesquisar pela via da narrativa, aproximamos o estudo de Piglia (2005) a respeito de autores literários como Jorge Luis

Borges, Franz Kafka, Miguel de Cervantes, entre outros. “Quem lê, de onde, por quê, quando, em que situação?” (PIGLIA, 2005, p. 19, tradução nossa). Assim, o leitor é aquele que está “perdido em uma rede de signos” (idem, p. 16, tradução nossa), em que procura dialogar e agenciar uma forma de construir sentidos por meio da leitura.

Dessa forma, vemos que através da narrativa sempre haverá essa troca dialética entre narrador e leitor. O que será narrado pelo habitar-rua, será lido pelo pesquisador, que, por sua vez, narra novamente em suas escritas. Estas escritas possibilitam novas leituras a partir do momento em que a dissertação de mestrado passar a ter acesso público, como instrumento de conhecimento científico. Os novos leitores poderão produzir outras narrativas a partir desta, o que produz um processo dialético e em espiral, que acontece permanentemente. Ele não é circular porque, sempre que se faz a narração do que foi lido, o processo parte de um novo lugar, nunca do mesmo. Assim, produzimos um trabalho que não parte diretamente do lugar social da pessoa em situação de rua, mas sim, do lugar social de pesquisador que opera pela lente da narrativa, buscando ler a narratividade e as corpografias do habitar-rua.

2.4.1 Narratividade e temporalidade: rubricas, cronotopos e temas-índice

Para aprofundar o processo espiral da narrativa que envolve a relação narrar-ler, utilizaremos os estudos de Ricoeur (1994, 2002) e as investigações de Caron (2017). Esse processo entre narratividade e temporalidade relaciona-se com as três rubricas (também chamadas de movimentos e mímeses) de Ricoeur (1994, 2002): prefiguração, configuração e refiguração. Elas nos auxiliam a traçar uma relação conceitual e operativa entre narrativa e tempo, elementos que serão essenciais em nossa discussão a respeito do habitar-rua em seus tensionamentos. Além disso, também no intuito de evidenciar as temporalidades narrativas de quem habita a rua, delinearemos os conceitos de temas-índice (BARTHES, 2011; CARON, 2017) e de cronotopos

(BAKHTIN, 1988), ambos como estruturas da narrativa que serão decifradas nos relatos e corpografias das pessoas em situação de rua.

No que concerne à narrativa, existe uma correlação entre a atividade de narrar e o caráter temporal da experiência humana. Nas palavras de Ricoeur (1994), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (p. 85). É de grande importância para este trabalho a conexão entre tempo e narrativa, uma vez que as relações territoriais do habitar-rua são atravessadas por temporalidades outras, que superam a lógica cronológica hegemônica de disciplinamento (espacial e temporal). Se a experiência das pessoas em situação de rua, através de seus processos de territorialização, pode servir para tensionar o entendimento da dimensão pública do espaço urbano, significa que essa população demanda o reconhecimento de suas narrativas e de suas ações expressivas ao habitar a cidade. Reconhecer essas narrativas “significa atravessar o abismo que separa, frequentemente, as regras de ordenação do território das regras de receptividade por parte da comunidade” (CARON, 2017, p. 149, tradução nossa).

Para o entendimento a respeito dos três movimentos da relação tempo-narrativa, é importante lembrar que Ricoeur (1994) parte do estudo a respeito da narrativa no campo da literatura, para assim transpor reflexões sobre a arquitetura e a narratividade (RICOEUR, 2002). Caron (2017), em seu estudo, propôs uma analogia entre paisagem e narratividade, aplicando a relação desses movimentos como método de pesquisa. Assim, as rubricas de Ricoeur (2002) e as investigações de Caron (2017) aportam questões teóricas a partir das quais buscamos compreender as relações entre a narratividade e a expressividade das tensões do habitar-rua na dimensão pública do espaço urbano. Isso indica que os tempos e espaços do habitar-rua estarão associados à noção relacional entre corpo e o território.

As três rubricas, prefiguração, configuração e refiguração estão permanentemente cruzando um paralelismo, em que “a arquitetura seria para o espaço o que o relato é para o tempo, [...] uma operação configuradora” (RICOEUR, 2002, p. 11). Assim como o ato de narrar na

literatura configura o tempo, o ato de construir/habitar configura o espaço na arquitetura. Nesse paralelismo, (1) a prefiguração da narrativa é o relato antes de adotar uma forma literária, é “uma dissolução do relato na vida real, baixo a forma de conversação ordinária. [...] relatos de vida que nós trocamos” (RICOEUR, 2002, p. 14). O autor faz referência ao ato de habitar como uma prática constituída de sentido que agencia o tempo e o espaço de forma intrínseca, de modo que tomamos a prefiguração como uma operação que permite entrar em relação com o campo do habitar-rua.

No relato literário, (2) a configuração é o ato de narrar quando liberado “do contexto da vida cotidiana e penetra no campo da literatura” (RICOEUR, 2002, p. 17). Se refere à técnica narrativa em suas diversas formas: novelas, ficção, romance, entre outros. Esse segundo movimento é composto por uma progressão em três etapas:

a *intriga*, que é definida como a síntese [temporal] do heterogêneo [significa reunir a trama de acontecimentos, ações, causas, razões e aleatoriedades, colocando-as em concordância e discordância]; por outra parte a *inteligibilidade* – a intenção de esclarecer o inexplicável – e, finalmente, a confrontação de vários relatos, colocados ao lado de outros, frente ou atrás deles, quer dizer a *intertextualidade*. (RICOEUR, 2002, p. 20, tradução e grifos nossos).

Para o campo teórico narrativo da pesquisa, a configuração se expressa no reconhecimento da polifonia de elementos discordantes existentes em continuidade no espaço urbano, que se condensam nas experiências do corpo-território do habitar-rua (*intriga*). Envoltos pelas discordâncias e dialéticas que evidenciam os aspectos tensionadores do público, o habitar-rua, mesmo que efêmero, confere uma constituição material e física (através do corpo-território) que o torna compreensível como ato e prática na ocupação dos espaços da cidade (*inteligibilidade*). Por sua vez, a trama de histórias e vivências dessa população evidencia a configuração do habitar-rua, na qual sempre é possível inserir um novo elemento ou olhar de outra perspectiva (*intertextualidade*).

Finalmente, (3) a refiguração, corresponde à leitura do relato, em que aparece o protagonismo do leitor. É o ato de ler, a resignificação “que leva o texto para além de si mesmo” (RICOEUR, 2002, p. 26). A terceira rubrica vincula a narrativa e a arquitetura “por meio do

intercâmbio de significados entre o tempo narrado e o espaço construído” (CARON, 2017, p. 152, tradução nossa), evidenciando o protagonismo do leitor como um elemento ativo a partir do olhar de quem lê. Essa é “a possibilidade de ler e reler nossos lugares de vida a partir de nossa maneira de habitar” (RICOEUR, 2002, p. 27, tradução nossa). Assim, a refiguração possibilita habilitar narrativas a respeito do habitar-rua como prática constituidora do público na cidade, permitindo reler a vida urbana por meio do corpo-território da pessoa em situação de rua.

A conexão teórico-metodológica das rubricas trabalhadas por Ricoeur (2002), aprofundadas e aplicadas por Caron (2017) no campo dos estudos urbanos, enunciam relações operativas entre narratividade e tempo. A escala temporal da narrativa pode acompanhar a constituição de uma expressão dos territórios que vai além da representação espacial da cidade. Ao incluir a noção temporal, a narrativa expõe a capacidade que tem o território de expressar elementos dialéticos possíveis de serem considerados pela produção de conhecimento sobre a cidade (CARON, 2017). Assim, para auxiliar na exploração da intriga como processo fundante da configuração da narratividade do habitar-rua, utilizaremos conceitos estruturadores da narrativa: os temas-índice (BARTHES, 2011; CARON, 2017) e os cronotopos (BAKHTIN, 1988), a fim de refigurar novos argumentos que visibilizem e legitimem o habitar-rua como elemento dissonante e ao mesmo tempo constituinte da cidade.

Barthes (2011) explica índice como sanção paradigmática do relato, ou seja, uma unidade semântica que atravessa a história e a dota de sentidos. O índice corresponde às relações metafóricas da narrativa que implicam uma atitude de deciframento (BARTHES, 2011). Para Caron (2017), os temas-índice seriam transversalidades dialéticas da narrativa, que podem ser exploradas em suas múltiplas vias de compreensão para refletir e operar sobre a cidade contemporânea. Portanto os temas-índice não aparecem explicitamente nas narrativas, mas podem ser lidos como uma camada de sentido que constitui o habitar-rua como ato configurador do espaço urbano. Uma interpretação feita por meio da lógica da narrativa busca encontrar os temas-índice que compõem o corpo-território da pessoa em situação de rua, para assim colocá-los em diálogo, refigurá-los para o entendimento do espaço público como dissensual e agonístico.

Nas observações a respeito da literatura e da estética na teoria do romance, Bakhtin (1988) associa o cronotopo como a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, como uma metáfora que expressa a indissolubilidade de espaço e tempo. No cronotopo ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais, em que o tempo revela-se no espaço e o espaço recobre-se de sentido com o tempo. O autor define o cronotopo em seu significado temático, figurativo e de composição, onde “criam-se os nós das intrigas, [...] os entrelaçamentos, os indícios” (BAKHTIN, 1988, p. 352). Para Caron (2017), “o cronotopo é a base que sedimenta o tema que se quer desenvolver. Ao recordar um acontecimento, no marco da experiência vivida, a memória exige um cenário, um suporte espacial no qual subjaz” (p. 143, tradução nossa). Nesse sentido, ao observar as narrativas do habitar-rua, entendemos que as relações cronotópicas nos permitem explorar vestígios temporais em uma concretização espacial. Uma vez que os relatos são realizados em um tempo-espaço que é outro em relação a quando sucederam-se, eles estão povoados de referências e memórias do narrador. É por isso que “o tempo-espaço narrado é outro, afetado sempre pelo momento presente, o que indica diferentes valorações dos mesmos elementos componentes da história” (CARON, 2017, p. 144, tradução nossa).

Tendo consciência do significado temático e figurativo do cronotopo, temos a possibilidade de apresentar os tempos de vida e de memória advindos do habitar-rua a partir de espaços decantados das narrativas dessas pessoas; assim, partindo dos espaços concretos da cidade podemos identificar cronotopos para refletir a respeito de questões simbólicas, subjetivas e expressivas dos acontecimentos, transversalizando-as por temas-índice na intenção de apresentá-los de forma dialética. Cada cronotopo pode incluir em si uma quantidade ilimitada de outros cronotopos, “podem incorporar um ao outro, coexistir, se entrelaçar, permutar, confrontar-se, se opor ou se encontrar nas inter-relações mais complexas” (BAKHTIN, 1988, p. 357) – esse é o caráter dialógico dos cronotopos. Como forma de expressar a emergência dos cronotopos nos registros do habitar-rua em nossa pesquisa, é interessante trazer a reflexão do autor a respeito dos cronotopos do encontro, da estrada e da soleira.

No cronotopo do encontro “predomina a matiz temporal. [...] um forte grau de intensidade de valor emocional” (BAKHTIN, 1988, p. 349), revelando elementos constituintes da composição das histórias narradas, “como uma espécie de nó ou ponto culminante” (CARON et al., 2019, p. 14). O cronotopo da estrada está vinculado ao do encontro, pois no romance os encontros ocorrem frequentemente na estrada. Ele é a representação dos acontecimentos regidos pelo acaso, “falando em distâncias sociais não superadas e em metaforização do caminho-estrada onde o sustentáculo principal é o transcurso do tempo” (CARON et al., 2019, p. 14). Na estrada

cruzam-se num único ponto espacial e temporal os caminhos espaço-temporais das mais diferentes pessoas, [...] Aqui podem se encontrar por acaso, as pessoas normalmente separadas pela hierarquia social e pelo espaço, podem surgir contrastes de toda espécie, chocarem-se e entrelaçarem-se diversos destinos. (BAKHTIN, 1988, p. 349-350).

O encontro e a estrada dialogam em seus temas. A estrada como espaço, se faz metáfora para a passagem do tempo, do acaso, do encontro entre pessoas diversas. A estrada seria o ponto de enlace, o caminho da vida, o ingressar em uma nova estrada, tendo seu sustentáculo no transcurso do tempo. Por sua vez, o cronotopo da soleira surge como figura associada à intensidade e a valores emocionais. “A própria palavra ‘soleira’ já adquiriu, na vida da linguagem (juntamente com seu sentido real), um significado metafórico; uniu-se ao momento da mudança da vida, da crise e da decisão que muda a existência ou da indecisão” (BAKHTIN, 1988, p. 345). A soleira, como espaço, sintetiza os tempos da crise, das mudanças e decisões da existência.

A perspectiva teórico-metodológica da narrativa auxilia o estudo do habitar-rua como um modo possível de existência no espaço público urbano, justamente por viabilizar a leitura temporal-espacial dos relatos e corpografias das pessoas em situação de rua. O reconhecimento do corpo-território dessa população em sua agência política, articula o fio condutor da investigação. Assim, a narrativa auxiliará a identificar questões simbólicas, subjetivas e expressivas no processo de pesquisa, tendo como intermediação a tensão que o habitar-rua provoca na dimensão pública do espaço urbano.



3. AS NARRATIVIDADES DO HABITAR-RUA NO MÉTODO CARTOGRÁFICO

Imagem 9. Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

A partir da perspectiva teórico-metodológica da narrativa, como intermediadora da produção de conhecimento e da experiência vivida por quem habita a rua, estabelecemos nossa conexão metodológica através da cartografia como pesquisa-intervenção. Lembramos que a narrativa tem a intenção de produzir diferentes visões de mundo, justamente por dar acesso relacional às experiências, ao conhecimento e às contingências do tempo (CARON, 2017). Dessa forma, a narrativa e a cartografia estão em íntima relação na constituição do processo metodológico. Assim, o presente capítulo trata da cartografia como método (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015) que define a conexão entre a experiência do pesquisador no espaço público da cidade e a das pessoas em situação de rua, além de estabelecer uma posição ético-política que experimenta a troca de forças produzidas no encontro, no entre, nos mundos compartilhados entre os sujeitos.

As três rubricas de Ricoeur (2002) são operações da narrativa que fazem uma analogia ao processo metodológico: a prefiguração se refere à experiência no território da pesquisa (o espaço público da região central de Porto Alegre) e aos encontros com os participantes (as pessoas em situação de rua); a configuração se constitui no registro desses encontros no diário de campo, formando uma coleção de fragmentos que compõem o *corpus* narrativo da pesquisa; e a refiguração corresponde à reflexão realizada a partir desse *corpus*, produzindo a escrita das cartografias narrativas como resultado do processo. Lembramos que o nosso estudo acompanha uma situação em movimento (o habitar-rua e suas tensões no público) sem a pretensão de descrevê-la e de compreendê-la como estado de objeto. Isso nos anuncia a necessidade de utilizar uma metodologia com ênfase no processo: a cartografia como prática singular de pesquisa (COSTA, 2014).

Por entendermos a realidade urbana como um plano composto de elementos heterogêneos, buscamos acompanhar processos e percursos, nos empenhamos nas conexões em

redes rizomáticas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA; 2015) que vão surgindo ao longo da relação com o território. Tendo consciência da realidade complexa e dissensual do espaço público urbano, pensado no plano das diferenças, nossa pesquisa procura estabelecer sua força performática-pragmática em um mapa com múltiplas entradas: em constante movimento, vivo, em processo.

Neste método, as narrativas se constituem dos relatos registrados no diário de campo, do envolvimento no território, nos encontros e nas experimentações no plano coletivo entre pesquisador e pessoas em situação de rua. Os encontros gerados entre o pesquisador e os participantes se sustentam na troca de forças entre as diferenças. As personagens da pesquisa (o pesquisador e os participantes) e os espaços (a cidade, o espaço público) que integram o estudo, não são considerados como polos opostos, dicotômicos, mas que se compõem mutuamente em coemergência entre sujeito e mundo (PASSOS; EIRADO, 2015). É nessa diferença, no entre, que são experienciados encontros, escutadas histórias e vivências permeadas pelo tempo-espaço do corpo-território de quem habita a rua.

Como uma prática de pesquisa-intervenção, a cartografia atua através da “experimentação no plano coletivo, construção de comum, experimentação pública” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 270). Assim, buscamos, durante todo o processo de pesquisa, trabalhar a metodologia revertendo a lógica de metá-hódos para hódos-metá, por compreendermos que o método “não será aplicado, mas experimentado e assumido enquanto uma atitude de pesquisa” (COSTA, 2014, p. 70). Conforme propõe a cartografia, o que guia o pesquisador-cartógrafo são referências que o mantém em uma atitude aberta ao que vai se produzindo no próprio caminhar (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Essa reversão faz uma aposta na experimentação do pensamento, acompanhando e mantendo o pesquisador-cartógrafo em uma atitude ético-política que vai se produzindo no próprio processo.

Considerando as diferenças entre a posição social privilegiada que ocupa o pesquisador e as pessoas em situação de rua, em conjunção com a proposta de experimentação no campo coletivo e público, temos dois apontamentos a fazer antes de prosseguir o desenvolvimento do caminho metodológico: (1) há diferenças socioespaciais na relação pesquisador-cidade, quando comparado em relação a pessoas em situação rua-cidade; (2) há uma transversalidade e uma coprodução das relações dos sujeitos nos espaços urbanos. Considerando esses apontamentos, esperamos que se possa desterritorializar a dicotomia entre os polos e considerar que o pesquisador-cartógrafo esteja atento aos “diversos pontos de vista que habitam uma mesma experiência de realidade, sem que ele se deixe dominar por aqueles que parecerem ser verdadeiros em detrimento de outros que parecem falsos” (PASSOS; EIRADO, 2015, p. 110).

Em uma publicação que discute o papel de educadores sociais no trabalho com meninos e meninas em situação de rua, Freire (1989) traz a importância de uma pedagogia que não atue como uma sobreposição de realidades. Para o autor, sabe-se que haverá um choque entre o mundo de cada um, o da gente, e o mundo dos outros, “e que este mundo da gente, explícita, expressa uma determinada posição de classe na qual nascemos e explica por isso também os nossos valores” (FREIRE, 1989, p. 18). Assim, ao vivenciar o compartilhamento com o mundo do outro, se tende a convertê-lo, por contraste, ao nosso: não há como o pesquisador-cartógrafo ir a campo levando em consideração somente a maneira como habita a cidade – na perspectiva do seu modo de vida – escutando as narrativas dessa população a partir dos valores que constituem o habitar privado, masculino e branco. A partir dessas diferenças, desse conflito entre mundos, nos damos conta de que a relação entre pesquisador e habitar-rua será desterritorializante e não neutra.

A tradição científica positivista, conforme Passos e Eirado (2015), defende a neutralidade e a objetividade do conhecimento, separando sujeito e objetos, constituindo uma perspectiva de terceira pessoa: “conheço à distância, conheço porque me distancio” (p. 115). Tal política de produção de conhecimento pressupõe tanto uma prática de comunicação quanto uma prática de pesquisa que se hegemonizam, traçando uma dicotomia entre pesquisador e sujeitos/objetos pesquisados. Na perspectiva cartográfica, há uma transversalidade que não se define nos limites

de uma individualidade, mas experimenta a troca de forças que se produzem a partir de encontros entre os diferentes, no mundo que se arrisca a ser compartilhado entre sujeitos, na produção de um território compartilhado.

Entendemos que o pesquisador-cartógrafo – consciente das diferenças sociais que possui o seu modo de vida e o modo das pessoas em situação de rua – precisa escapar da tentação em buscar soluções e hipóteses para as questões encontradas em campo. O que queremos é a abertura para encontros com diferentes territórios que possibilitem a emergência de novas/outras realidades e narrativas, que desestabilizem os pontos de vista do pesquisador e o discurso que coloca as pessoas em situação de rua como sujeitos da falta e sem agência política.

A cartografia, como prática de pesquisa-intervenção, está relacionada ao exercício de operação sobre o território, não somente por meio da “verificação, levantamento ou interpretação de dados. O cartógrafo, aqui assumido enquanto pesquisador, atua diretamente sobre a matéria a ser cartografada” (COSTA, 2014, p. 67). Essa perspectiva de pesquisa compreende os territórios de forma relacional, considerando que eles podem ser subjetivos, afetivos, políticos, desejantes, sociais e assim por diante (COSTA, 2014). O autor afirma que é na possibilidade dos encontros produzidos, ao se habitar e percorrer esses territórios que a pesquisa constrói seu corpo. Assim, não bastará um sobrevoo conceitual em relação ao já produzido a respeito da realidade investigada, será sempre uma busca de composição com o território, em um processo de aprendizado do próprio pesquisador.

Compreendendo a cidade como uma teia onde se desenvolvem as relações sociais, onde acontecem diferentes histórias e vivências, a associação da narrativa e da cartografia busca estabelecer uma atitude ético-política do pesquisador ao cartografar a experiência das pessoas em situação de rua. Essas corpografias e performatividades políticas, em suas experiências territoriais, serão registradas no diário de campo através das narrativas e das ações expressivas do habitar-rua, possibilitando uma leitura dissensual e agonística do público.

3.1 Território de pesquisa e diário de campo

As aproximações com os espaços públicos da cidade (o território da pesquisa) e com as pessoas em situação de rua iniciam, conforme planejado, por caminhadas no Centro de Porto Alegre. Durante os primeiros dias em campo, estivemos mais ocupados em reconhecer os fluxos e permanências dos habitantes da rua. Esse reconhecimento foi relativo à busca de ações expressivas que indicassem a corpografia do habitar-rua: a presença de pessoas paradas em calçadas, viadutos, praças, parques, em frente a imóveis desocupados ou a condomínios e estabelecimentos comerciais, ou em movimento, acompanhadas por carrinhos empurrados pela força do próprio corpo, carregando sacos com materiais recicláveis, assim como pela ausência dos mesmos. Nesse último caso, a não presença de alguém ocupando os espaços era marcada pelos rastros deixados nos espaços (objetos como papelões, colchões, materiais recicláveis, entre outros).

Com as andanças iniciais, passamos também a parar durante algum tempo em espaços onde o habitar-rua estava presente, o que facilitou a produção de momentos de conversa. Como o habitar-rua se estabelece em deslocamento pela cidade, o território da pesquisa se expandiu para além das fronteiras geográficas do Centro, nos levando a percorrer outros bairros que se relacionavam com os territórios e as redes de cada uma das pessoas que aceitaram participar da pesquisa.

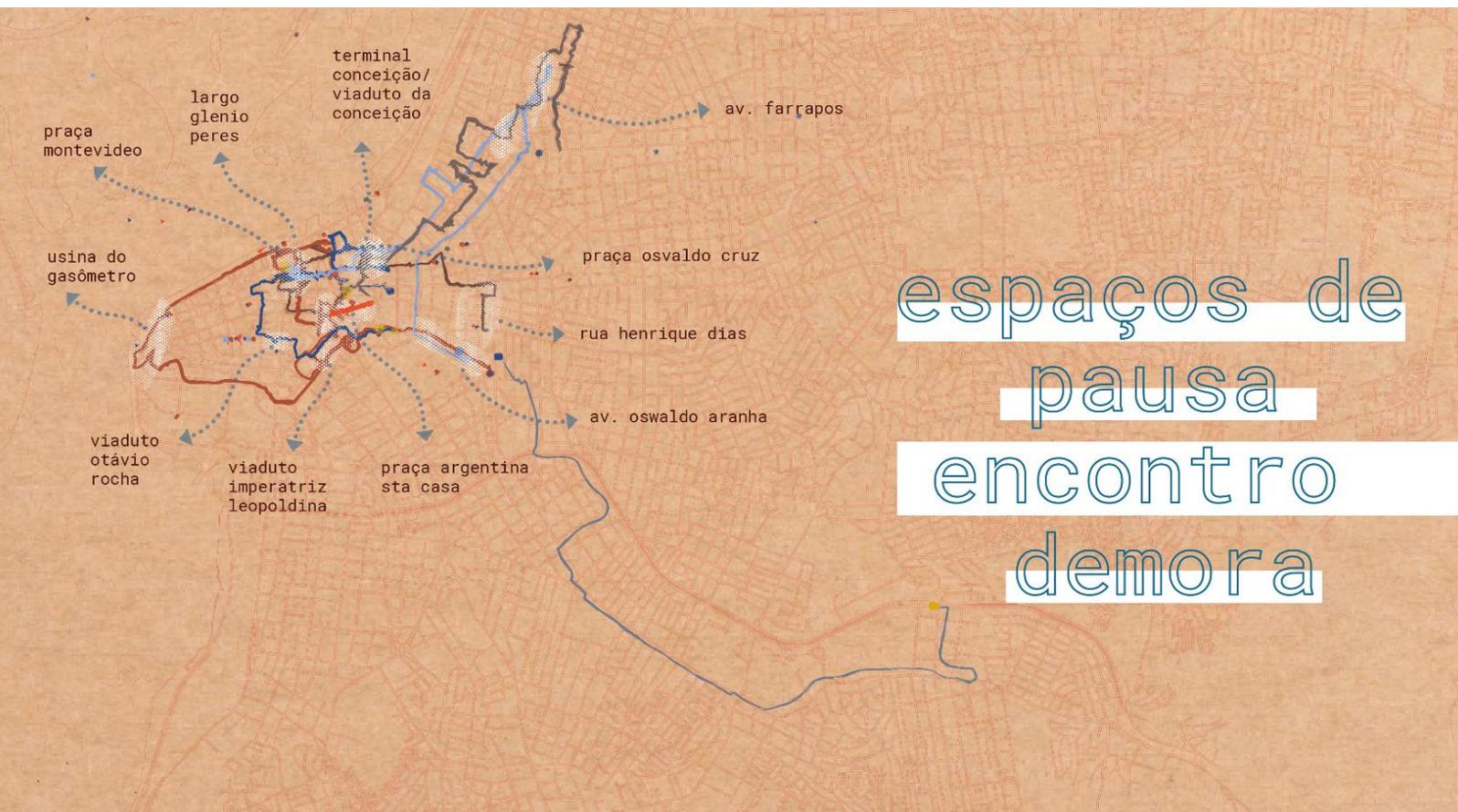


Imagem 11 – Cartografia das andanças e das pausas no território da pesquisa.
Fonte: Elaborada pelo autor em parceria com Letícia Durlo (2020).

Na experiência adquirida através das andanças e das paradas, o campo de pesquisa foi tomando corpo e os (des)encontros passaram a ser mais frequentes. Esses momentos com os participantes foram realizados sempre com a concessão de cada pessoa em conversar. Falamos em (des)encontros porque nem sempre a presença, o encontro com o outro, foi possível. Por vezes, mesmo tendo combinado antecipadamente um espaço-tempo para a reunião com os participantes, nos desencontrávamos. No processo, isso revelou uma divergência entre a temporalidade vivida pelo pesquisador e a temporalidade vivida pela pessoa em situação de rua. Quando os encontros aconteciam, as conversas se constituíam como um espaço aberto, sem um roteiro a seguir, levando em consideração as singularidades de cada momento. O principal mediador dos encontros foi a criação de vínculos, a partir da escuta das vivências narradas pelas pessoas, uma dimensão que segue a pista cartográfica de tomar como objeto de pesquisa os encontros com os sujeitos, aquilo que acontece entre pesquisador e sujeitos (PASSOS; BARROS, 2015).

Durante o trabalho no território de pesquisa, as andanças pelos espaços públicos, os encontros e os desencontros com os participantes foram registrados no diário de campo, através da escrita e da tomada de imagens (fotográficas e audiovisuais). Os registros no diário de campo se configuraram pela escrita implicada que, em sua proposta, “capta, no dia a dia, as percepções, as experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do concebido que emergem” (HESS; WEIGAND, 2006, p. 16). A proposta do diário

aparece como uma ferramenta particularmente adaptada para articular a exploração das relações entre campo de intervenção e análise. Construir um diário é uma prática antiga, uma forma de coleta de dados, que utiliza-se para agrupar, no dia a dia, registros e reflexões sobre experiências (vividas), as ideias que ocorrem (concebido), os encontros, as observações (percebido). (HESS; WEIGAND, 2006, p. 16-17).

Assim, o diário de campo teve a forma de um caderno da rua (Imagem 12), que sempre nos acompanhava nas andanças. Cada saída a campo foi identificada por números sequenciais (dia 1, dia 2, dia 13, dia 24), seguidos por anotações sistemáticas (data, horário, clima, dia da semana e localização) e escritas que tinham a finalidade de servir como registro e lembrança do que era experimentado, vivenciado, observado, sentido, percebido. “O objeto de um registro do

dia pode ser um pensamento, um sentimento, uma emoção, a narração de um evento, de uma conversa, de uma leitura, etc.” (HESS; WEIGAND, 2006, p. 20). Como forma de sistematizar os fragmentos narrativos do diário, transcrevemos as anotações em uma tabela no programa *Excel*, compondo o diário de campo digital da pesquisa.

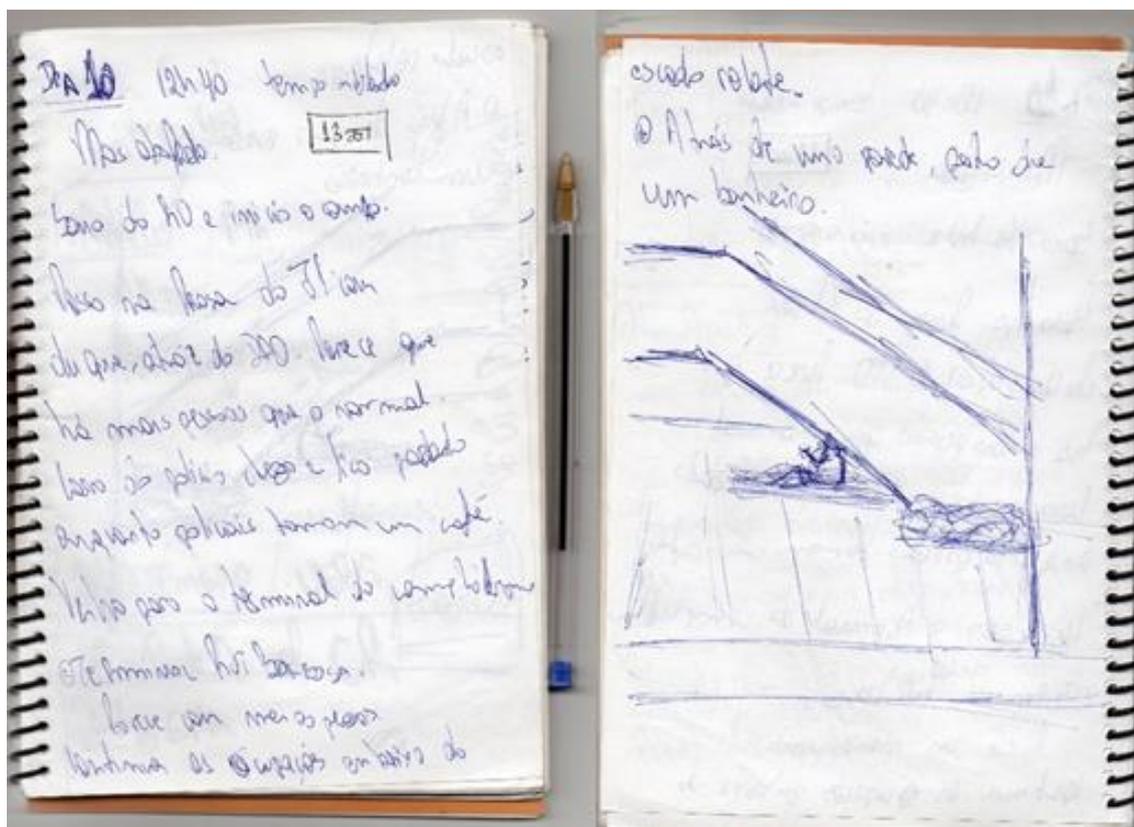


Imagem 12 – Caderno da rua.

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Dia	Data	Clima	Início/Final	Geral	Reflexões gerais da andança	Localização	Relato
10	13 set. 19	Tempo nublado, abafado	12h40 Saída do RU centro			Terminal Camelódromo	Sigo para o terminal do camelódromo, onde me informo com um segurança que o Terminal se chama Rui Barbosa. Tenho a impressão de que há menos pessoas em situação de rua ocupando o espaço, ao mesmo tempo que continuam algumas embaixo da escada rolante, próximo ao banheiro (atrás de uma parede).
25	07 nov. 19	Sol pós muita chuva. 23°C		Reencontro com Davi			Me aproximando, observo que Davi permanece na calçada lateral da imóvel [...] Pergunto a ele como foi a ida para o centro, e ele responde que foi a pé, carregando suas coisas nas costas, e por isso teve que jogar algumas coisas fora (referiu o travesseiro), pois não conseguia carregar tudo, "estava difícil". [...] Quando fala da ida para o centro ele diz que "não é fácil essa vida de trecheiro/trincheiro".

Do corpo	Do espaço	Do tempo	Do Sensível	Da Expressão	Observações
	A relação das ocupações e corpos das pessoas em situação de rua com seus posicionamentos do espaço: embaixo da escada, atrás de uma parede, no costar dos pilares.		Escada rolante. Que rola. Leva de baixo para cima e vice-versa. É acesso do terminal ao camelódromo. Enquanto isso, pessoas vivem embaixo dela, sem subir.	Uma das pessoas que está embaixo da escada rolante se alimenta. Na estrutura da escada tem a propaganda de uma lanchonete.	Desenho no caderno de campo!
O corpo trecheiro/trincheiro	O espaço-deslocamento do trecheiro. O espaço-fixa do trincheiro		Interessante observar a minha ideia de "ir embora", "saiu, voltou" do espaço. Como se ele saísse e voltasse para um ponto específico, como uma casa (ou o local onde mora).		AQUI COMEÇO A UTILIZAR A GRAVAÇÃO DE AUDIOS NO WHATS [...].

Imagem 13. Diário de campo digital.
Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Cada linha da tabela do diário de campo digital (Imagem 13) representa um dia de saída a campo. As oito primeiras colunas (autoexplicativas) sistematizam as informações advindas do caderno da rua. As demais categorias, funcionaram como uma forma de pré-organizar elementos que chamassem a atenção no momento da transcrição do caderno da rua para o diário digital. Tais categorias auxiliaram o processo de encontrar os temas a serem discutidos nas cartografias narrativas, possibilitando a criação de um espaço para anotar elementos significativos que começavam a decantar dos relatos. Para explicar a que estavam relacionadas cada uma dessas categorias, temos anotações referentes ao corpo, tanto a respeito à percepção do corpo do sujeito-pesquisador em relação à experiência, como dos corpos de outras pessoas que transpassavam os relatos; ao espaço, a respeito dos acontecimentos e elementos que compunham os espaços; ao tempo, sobre o tempo cronológico dos acontecimentos e dos vestígios de temporalidades outras (para além do cronológico); ao sensível, reflexões sobre o que é convocado pela experiência, que toca o sensível, o sensitivo acessado pela matéria líquida, gasosa, rarefeita, diluída (não material); à expressão, observações daquilo que se apresentava, que se expressava em movimentos, ações, falas, cenas e gestos; e, por fim, à observações, a respeito dos fragmentos, de referências ao caderno da rua, a fotos e registros audiovisuais realizados durante as saídas de campo, a imagens encontradas na internet, ou mesmo a palavras e questionamentos a serem pesquisados posteriormente.

Os nomes dos participantes no diário de campo digital foram alterados como forma de atender à solicitação para que tivessem sua identidade preservada. Em algumas situações, como foi o caso de Davi e Ilhéu (participantes que aparecem nas cartografia narrativas – seção 4), as localizações dos encontros também foram protegidas – por compreendemos que indicar a rua ou referências próximas aos espaços onde os participantes costumam permanecer ou frequentar, poderiam facilitar o reconhecimento dos mesmos. Em alguns momentos no território de pesquisa, além dos relatos escritos no caderno da rua, utilizamos a ferramenta de áudio do aplicativo *Whatsapp*. Nele, gravávamos áudios também como forma de registro. Ao todo, o diário de campo é composto por 33 dias de saídas a campo, realizadas de agosto a dezembro de 2019.

3.2 As operações com o *corpus* narrativo

A partir da experimentação no território da pesquisa, configuramos o *corpus* narrativo através dos registros no diário de campo. As reflexões sobre esse *corpus* acontecem com base nas operações – prefiguração, configuração e refiguração (RICOEUR, 2002; CARON, 2017) – e nas estruturas – temas-índice (BARTHES, 2011; CARON, 2017) e cronotopos (BAKHTIN, 1988) – da narrativa, conceitos que auxiliam a reflexão sobre o material produzido.

Conforme apontou Piglia (2005) ao referir a relação narrador-leitor, há uma constante troca nas composições de narradores e leitores durante o processo de pesquisa. Nos encontros, os narradores que habitam a rua fazem conexões com suas vivências para contar histórias acontecidas em outros espaços e tempos, assim como para se referirem ao momento presente de cada encontro. Nesse primeiro momento, o pesquisador-cartógrafo em seu exercício de escuta, lê essas narrativas (pesquisador-leitor) e as narra em seu diário como forma de registrar o que vivenciou (ao escrever, se torna pesquisador-narrador). Uma vez constituído o diário, o pesquisador utiliza esse *corpus* formado por fragmentos narrativos para realizar a leitura das cenas e situações acompanhadas (constitui-se novamente o pesquisador-leitor).

Além da permanente troca entre os papéis de leitores e narradores no processo metodológico, conforme já apontamos, podemos referenciar as três rubricas (RICOEUR 2002; CARON, 2017) como operações que nos permitem configurar o andar da dissertação (desde o campo até chegarmos à escrita final do trabalho). Especificamente referente a configuração dos registros das andanças e dos (des)encontros no diário de campo, estivemos imersos pela intriga, inteligibilidade e intertextualidade das narrativas.



Imagem 14 – Narradores e leitores no processo cartográfico.

Fonte: Elaborada pelo autor em parceria com Letícia Durlo (2020).

Nesse sentido, a intriga é expressa pelas mensagens polifônicas de cada situação vivenciada, envolta por uma dialética discordante que nos demonstra elementos tensionadores do público a partir dos gestos, movimentos e práticas do habitar-rua. Nosso desafio é configurar uma inteligibilidade, criar relações entre o que a experiência coletiva na rua nos traz e a nossa pergunta de pesquisa. A intertextualidade, por sua vez, caracteriza a configuração do habitar-rua como trama de histórias, em que sempre é possível incorporar outros elementos ou olhar de outras perspectivas. De alguma maneira, esse processo de configuração necessita um distanciamento da experiência, para que o pesquisador-cartógrafo possa reler e refigurar o processo de pesquisa-intervenção em uma reflexão que faça sentido aos objetivos do trabalho.

Esses movimentos evidenciam a nossa responsabilidade ético-política, uma vez que não podemos utilizar de forma arbitrária as experimentações coletivas e os (des)encontros com os participantes-narradores. Compreendendo que o habitar-rua se compõe de ritmos, pausas, fixações e deslocamentos, compondo-se em um verdadeiro sistema de interações com o espaço-tempo urbano, buscamos nos fragmentos narrativos os temas-índice e os cronotopos. Essas duas estruturas, conforme explica Caron (2017), não estão explícitas nas narrativas que compõem o corpo-território dos narradores. Nossa intenção é buscar por esses vestígios que povoam de referências indiciais e espaço-temporais o que é narrado, a fim de refigurar a narratividade do habitar-rua e a experiência do próprio processo de pesquisa em cartografias que ampliem a reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano.

3.3 Atravessamentos singulares e o dar-se conta do outro

Esta seção se destina à situações singulares da pesquisa relacionadas com questões que me atravessaram durante o processo¹⁸. Quando a pesquisa se constituía ainda como projeto, tínhamos a proposta de realizar gravações (em áudio e vídeo) dos encontros com os participantes. Para isso, submetemos o projeto no Comitê de Ética da Universidade. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) representava o direito institucional-acadêmico de utilizar as imagens dos participantes com as devidas autorizações. Com o início do campo de pesquisa, me deparei com a dificuldade de criar situações de encontro e conversas com as pessoas em situação de rua. Esse atravessamento esteve relacionado a um processo de adaptação pessoal em estabelecer os ritmos das saídas a campo e de perceber a intensidade que seria percorrer os espaços habitados da rua. Não foi simples criar oportunidades para realizar os encontros, tanto pelo fato de haver um estranhamento, um receio de adentrar em um mundo ao qual não pertencço, como por ter percebido que estava direcionando o trabalho às tentativas de realizar os registros audiovisuais.

Com o tempo, compreendi que a disponibilidade em estar integralmente presente aos encontros ultrapassava a necessidade de obter as gravações das conversas, até por que boa parte dos encontros eram efêmeros, aconteciam durante conversas relativamente rápidas que não possibilitaram a criação de vínculo suficiente para sugerir às pessoas que gravássemos esses momentos. Seguindo as pistas cartográficas de acompanhar processos (BARROS; KASTRUP, 2015) e de habitar o território existencial que se constrói entre os sujeitos envolvidos (ALVARES; PASSOS, 2015), essas dificuldades demonstraram a importância em me disponibilizar aos momentos de trocas – estar disponível ao outro, ao que pudesse surgir.

Isso levou a fortalecer a importância do diário de campo, de modo que, durante os encontros, eu ficasse inteiramente comprometido com a escuta. Em relação à efemeridade dos

¹⁸ Pelas implicações pessoais envolvidas, utilizamos a primeira pessoa do singular para nos referirmos às situações decorrentes do território de pesquisa.

encontros, pude efetivamente entender que a temporalidade do meu modo de vida é outra em relação à temporalidade do habitar-rua. Muitas vezes, tive a oportunidade de conhecer pessoas que, aparentemente, se interessavam por estabelecer encontros regulares para conversamos, porém era comum não encontrá-las novamente. Mesmo marcando horários e locais definidos para nos reunirmos, percebi que as dinâmicas da rua exigem uma cronologia que vai além das horas, dos espaços combinados e dos meus desejos de pesquisa. Mesmo assim, quando os encontros não aconteciam, a experiência foi resignificada como narrativa, possibilitando refletir sobre o quanto a vivência na rua está pautada sob aspectos que vão para além da vida de alguém que tem como base um domicílio privado, ultrapassa as rotinas programadas pelo relógio e as combinações baseadas em endereços fixos do mapa.

Durante o desenvolvimento do território da pesquisa, foi possível produzir algum vínculo com duas pessoas, Ilhéu e Davi. Ambos não aceitaram realizar gravações (nem assinar o TCLE). O motivo apresentado por Ilhéu se relacionava a uma remoção ocorrida dias após ter gravado uma entrevista com um repórter de um veículo midiático da capital. Para ele, a abordagem policial acompanhada do recolhimento de seus pertences teve relação com a visibilidade da reportagem. Ainda que eu tenha deixado claro que as gravações não seriam veiculadas na forma de uma reportagem em mídias, concordamos que essa não seria a melhor maneira de registrar nossos encontros. Davi, por sua vez, conta que estava em juízo com a mãe e com a comunidade onde morava antes de passar a viver na rua. Pude compreender que, em função de frequentes discussões com a mãe, a comunidade interveio pela proteção da mulher, pressionando Davi a sair de casa. Por esse motivo, ele preferia não ser reconhecido nem assinar qualquer tipo de documento. Essas situações me levaram a compreender que o estabelecimento da ética com esses participantes ia além da assinatura do TCLE, instrumento que estava distante das singularidades e subjetividades desse habitar a cidade. Ambos, por razões protetivas, exigiram permanecer invisíveis para participar da pesquisa.

Dessa forma, reafirmei o uso do diário de campo como via possível de registro aos acontecimentos no campo. Contudo, não deixei de registrar os processos em fotografias e vídeos,

passando a utilizá-los como uma ferramenta complementar na discussão a respeito dos tensionamentos a partir do habitar-rua, atuando na perspectiva de preservar a identidade de qualquer pessoa que transpassasse pelas imagens registradas. Essa adaptação fez parte do aprendizado e da constituição do fazer-pesquisador, possibilitado pela perspectiva narrativa e cartográfica.

Outro atravessamento importante foi o reconhecimento do processo de dar-se conta do outro. Mesmo considerando as narrativas subalternizadas (RIBEIRO, 2017) e o cuidado ao vivenciar o mundo do outro sem convertê-lo ao nosso (FREIRE, 1989), foi apenas com a vivência da pesquisa, experienciando a rua, que pude perceber o que Morrison (2019) refere como “a origem do outro”. Para a autora, sempre que idealizamos um outro – a narrativa da pessoa em situação de rua, por exemplo – é lançado luz sobre aquele que sustenta e se beneficia pela criação desse outro, daquele que é estrangeiro. De alguma maneira, é uma necessidade nossa a criação de uma denominação que identifique aquele que vive na rua, para que assim se estabeleça uma diferenciação entre eu (o meu modo de vida) e ele (o modo de vida do outro). Morrison (2019) afirma que a manutenção dessa diferença demonstra que “o risco de sentir empatia pelo outro é justamente a possibilidade de se tornar estrangeiro” (p. 54). Nesse sentido, denominar a pessoa em situação de rua como alguém que não possui uma casa, por exemplo, é a tentativa de valorizar e idealizar o status da propriedade domiciliar privada como algo que nos diferencia.

Conforme fez Morrison (2019) ao relatar uma história pessoal para exemplificar o quanto “estamos suscetíveis a nos distanciarmos e impormos nossa própria imagem aos outros” (p. 55), trago uma situação vivenciada com Davi. A maioria dos encontros realizados com ele aconteceram na calçada próxima a uma instituição religiosa na região do bairro Bom Fim. Ele relatou que um dos motivos que o fazia movimentar sua estrutura ao longo da cidade era o desejo de visitar Lia, uma mulher com quem se relacionava esporadicamente. Conforme compreendi, Lia vivia em situação de rua no Centro de Porto Alegre. Dessa forma, de tempos e em tempos, Davi recolhia sua estrutura, colocava-a nas costas e se encaminhava para encontrá-la.

Conforme Davi relatava suas histórias, fui criando uma identificação com os elementos trazidos, o que fazia com que fôssemos estreitando os vínculos e enriquecendo os momentos de troca. Em um dos encontros, Davi relata sobre o dia em que se separou pela primeira vez de Lia, fato acontecido quando a mulher conseguiu um emprego, passando a não depender do auxílio dele para sobreviver. Perdendo a condição do seu papel provedor na relação, Davi relata a tristeza que sentia, o que o fazia permanecer sentado na calçada de onde trocava olhares e conversava com Lia, através da janela do seu novo emprego. Com esse relato, compreendi que Davi não se encontrava pessoalmente com Lia, mas sim à distância, através de olhares de fora (da calçada) para o dentro (local de trabalho de Lia).

Em um primeiro momento, me senti frustrado com a história da relação entre Davi e Lia, pela possibilidade de que fosse algo imaginado por ele – o que me levaria a desacreditar nas suas histórias. Com certo distanciamento da situação, percebi que eu o idealizava com minhas expectativas, podendo compreender algumas limitações a respeito da minha experiência como pesquisador. A imagem dele sentado do lado de fora, na rua, mirando a mulher pela janela – no dentro –, representa a impossibilidade de estarem se relacionando/encontrando. Pensar nessa cena, agora transposta à minha situação como pesquisador, percebo que sou alguém que habita um dentro – vivo em um domicílio privado – buscando mirar o habitar-rua pela janela, aquilo tudo que está fora. Por mais óbvio que isso possa parecer, essa justaposição de imagens fala da dificuldade de alcançar o fora sendo alguém que está distante dessa realidade, por não vivê-la com meu próprio corpo. Pude identificar com maior nitidez que, independente dos movimentos que fizesse por adentrar nesse outro mundo, sempre estarei falando de um habitar ao qual vivencio de longe. Minha identificação com os movimentos urbanos baseados nos relatos de Davi, acabam sendo sempre uma leitura do outro, uma leitura do fora.

Assim, para compreender o tensionamento causado no espaço público a partir das narrativas e do corpo-território do habitar-rua, foi necessário reconhecer as limitações que o meu lugar social apresenta ao acessar o que compete a esse outro mundo. De alguma maneira, assim como aponta Morrison (2019), percebi que o outro é sempre uma versão de nós mesmos –

estamos, enquanto sujeitos urbanos, sempre em uma relação de implicação entre os mundos (FREIRE, 1989), em coemergência (PASSOS; EIRADO, 2015). A identificação com o habitar-rua é baseada, em parte, pela representação que eu mesmo faço dele, a partir da minha experiência com a cidade. Ao me aproximar desse cotidiano, estou sempre mediado pelo que constitui a minha realidade. O exercício constante, tanto no território de pesquisa, como durante a leitura dos fragmentos narrativos, acaba sempre passando por dentro dos meus espelhos (das minhas maneiras de viver e habitar a cidade). Essa pesquisa se faz, então, por reflexões sobre tramas narrativas do habitar-rua, as quais provocam tensionamentos à dimensão pública do espaço, a partir do olhar e da experiência de um pesquisador que habita uma casa como propriedade privada. A narração dos participantes da pesquisa, consideradas como uma forma de transmitir suas experiências urbanas, montam uma cidade a partir de suas subjetividades. O compartilhamento de histórias e a narração da experiência estão diretamente relacionadas à questão da alteridade, que atua como forma de cartografar “uma compreensão mais complexa da cidade” (JACQUES, 2015, p. 81).

Assim como referimos, o processo metodológico pela via da narrativa como perspectiva teórico-metodológica associada à cartografia como pesquisa-intervenção, busca uma abertura aos encontros com os diferentes territórios do habitar-rua, possibilitando a emergência de outras narrativas que desestabilizem os pontos de vista do pesquisador, dos futuros leitores e do discurso que coloca as pessoas em situação de rua como sujeitos da falta e sem agência política.



4. CARTOGRAFIAS NARRATIVAS DO HABITAR-RUA

Nesta seção do trabalho, desenvolvemos as cartografias narrativas do habitar-rua a partir da vivência no território da pesquisa, trazendo elementos importantes para compreender os tensionamentos provocados na dimensão pública do espaço urbano, a partir dos relatos e das ações expressivas das pessoas em situação de rua, em suas ocupações na região central de Porto Alegre. Dessa forma, a seção está dividida em quatro partes, tendo como eixo principal os encontros realizados com Davi, um dos participantes da pesquisa. Para fomentar a discussão, utilizamos também outros fragmentos narrativos do diário de campo que relatam tanto encontros com outros participantes (Ilhéu e Serrano), como cenas que foram registradas durante a vivência no território. As duas primeiras partes, as seções 4.1 e 4.2, estão baseadas no cronotopo do umbral e no cronotopo do carrinho, respectivamente. Em ambas, consideramos a heterogeneidade das configurações do habitar-rua na cidade, evidenciando os seus tensionamentos na dimensão pública e privada do espaço urbano a partir dos tempos-espacos do parar-repousar e do movimentar-deslocar. Nas seções seguintes, 4.3 e 4.4, abordamos os temas-índice da (in)visibilidade e dos (des)encontros. Ambos surgiram nos fragmentos narrativos como indícios que atravessam a narrativa do habitar-rua.

Na seção 4.1, o cronotopo do umbral: tempo-espaco do parar-repousar, partimos dos relatos dos encontros com Davi e Ilhéu para demonstrar as relações estabelecidas pelos corpos-territórios do habitar-rua em relação aos espaços públicos e privados da cidade. Com eles, elaboramos uma reflexão a respeito da configuração das ocupações, o que está intimamente associado ao tempo-espaco do parar-repousar e à busca pela sobrevivência. Além dos relatos destes dois participantes, trazemos três fragmentos narrativos que evidenciam as relações do habitar-rua com a ocupação de imóveis privados desocupados, a ocupação de espaços públicos com intervenções de arquitetura hostil e a ocupação de terminais urbanos.

Na seção 4.2, o cronotopo do carrinho: tempo-espaço do movimentar-deslocar, evidenciamos o movimento como uma circunstância necessária à existência na rua. Veremos que a necessidade do corpo-território em se deslocar pela cidade pode estar envolvida com a constituição e rompimento de vínculos, com o contingenciamento do uso do espaço público estabelecido pelos estabelecimentos privados e com a busca pelo sustento. Assim, além do relato de algumas situações vivenciadas por Davi e Ilhéu, trazemos fragmentos narrativos que revelam os processos de territorialização de pessoas em situação de rua que sobrevivem da catação de materiais recicláveis.

Na seção 4.3, o tema-índice da (in)visibilidade: presença-ausência e remoções do espaço urbano, trazemos fragmentos narrativos que apresentam o indício da (in)visibilidade como um processo dinâmico entre poder ser-estar visível, poder ser-estar invisível e ser invisibilizado. Assim, relatamos uma situação de violência vivenciada por Davi e apresentamos duas práticas de remoção realizadas por agentes do Estado, uma no Viaduto Otávio Rocha e outra no Parque Urbano da Orla do Guaíba. Estas práticas estão associadas ao discurso de revitalização urbana e à concessão de espaços públicos à iniciativa privada em Porto Alegre.

Na seção 4.4, o tema-índice dos (des)encontros: tempos-espaços dissonantes, apresentamos o indício que reflete sobre as dissonâncias temporais e espaciais experienciadas pelas pessoas em situação de rua em relação ao eu-pesquisador, aos dissensos na dicotomia público-privado e às ações do planejamento urbano excludente.

É interessante observarmos que tanto os cronotopos como os temas-índice são permanentemente atravessados pela dimensão do corpo-território do habitar-rua. A experiência territorial da pessoa em situação de rua está inscrita no seu corpo, nas suas ações expressivas. Assim, a leitura dos relatos e dos fragmentos narrativos indicam as corpografias das pessoas em situação de rua, possibilitando o acesso à experiência urbana dessa população.

4.1 O cronotopo do umbral: tempo-espço do parar-repousar



Imagem 17. Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 18. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Em volumosos sacos nas cores preta e branca, próximo a uma esquina movimentada, um homem permanecia sentado, estendendo as mãos aos passantes. Seu corpo e seus pertences, à frente da vitrine que ostentava vestimentas masculinas, ocupavam boa parte da calçada. A disposição da sua ocupação no passeio fazia com que os pedestres precisassem contorná-lo para continuar o caminho. Eram poucos os que estendiam a mão ou lhe direcionavam a palavra, dando a impressão de que o homem falava sozinho. “Um real para o almoço? Uma moeda?”, dizia. Mesmo percebendo sua concentração em intervir com os pedestres, me aproximamos para iniciar o processo de construção de vínculo com Davi.

Na maioria dos nossos encontros, em frente a uma instituição religiosa no bairro Bom Fim, Davi estava sentado sobre os volumes compostos de sacos plásticos, cobertores e lençóis, que conformavam uma espécie de poltrona. Os sacos plásticos e as trouxas de tecido eram utilizados para armazenar seus pertences, o que fazia da poltrona também um armário. Dependendo das condições do clima, o volume e o desenho da estrutura que o acompanhava era alterado. Devido às constantes chuvas, as pernas de Davi estavam cobertas por um plástico de colchão (encontrado em uma lixeira próxima de uma loja na mesma avenida), protegendo-o dos pingos de chuva que rebatiam da calçada. Além disso, a marquise construída pela fachada da instituição religiosa compunha a proteção contra as intempéries do tempo.

A ocupação de Davi e seus pertences alteravam o sentido da calçada, da passagem de pedestres para o tempo-espaço do parar. A marquise da igreja era utilizada como abrigo, transformando o uso do espaço público e interferindo diretamente na constituição do espaço urbano. O habitar de Davi se configurava pela criação de relações e sentidos naquele espaço, caracterizando uma territorialidade funcional (SOUZA, 2000) que garantia temporariamente sua ocupação.

As funções do espaço se refiguravam conforme a organização de seus pertences, ao transformar seu armário-poltrona em uma cama. Conforme o movimento de pedestres diminuía, suspendendo o tempo de permanecer sentado pedindo dinheiro aos passantes, Davi iniciava a modificação no seu espaço. Levantando da poltrona, ele envolve os sacos contendo diversos

objetos com um lençol, formando uma trouxa. Um segundo tecido é sobreposto a esse volume, transformando-se em um enorme travesseiro. Cobertores e edredons são apanhados um a um, sacudidos e então estendidos novamente, todos sobre um plástico que estava em contato com o chão, protegendo a cama da umidade da calçada. Terminada a transformação, Davi permanecia acordado até a madrugada escutando o seu companheiro rádio, conforme relatou. Esta cena acontecia na calçada à beira de uma grande avenida, e nada separava/protegia o corpo de Davi da rua, das outras pessoas e dos carros que passavam. Não havia uma separação material entre ele e a rua, colocando em evidência que esse habitar tem como única separação do fora/externo o próprio corpo.

A partir da ocupação do umbral como espaço-tempo do parar e do repousar, podemos refletir o quanto a presença da pessoa em situação de rua pode tensionar a relação dicotômica público-privado. Nesta dicotomia, conforme vimos a partir de Mouffe (2013), o privado está associado ao que é particular, secreto e fechado, e o público ao que é comum, aberto e acessível. Nesse sentido, compreendemos que o habitar-rua tensiona essa dicotomia justamente por não haver um espaço privado onde se possa estabelecer e assegurar segurança, privacidade e intimidade, comumente realizadas dentro das moradias. Nesse sentido, sua corpografia dissonante desorganiza as concepções de uso do espaço público urbano e as representações corporais idealizadas, justamente por exercer publicamente tudo o que seria privado (FRANGELLA, 2004). Esse processo de territorialização não acontece pela imposição de poder, mas pelas relações das pessoas com aquele espaço (PALOMBINI, 2015). Assim, o que delinea a experiência do corpo do habitar-rua no espaço público é a criação de sentidos a partir do corpo-território.

Através da corpografia de Davi, na cena em que ele refigura seus pertences na marquise da instituição religiosa, é revelada uma experiência espacial urbana inscrita no corpo (BRITTO; JACQUES, 2008) do habitante da rua, a qual vai além da lógica que predetermina o público como espaço de passagem e das atividades públicas. Através do acompanhamento das ações expressivas e dos relatos de Davi passamos a compreender a rua como espaço possível à existência, ao habitar.

Ao conversamos sobre as atividades que desenvolve para sobreviver, Davi responde: “só mendigo”. Complementa essa informação dizendo que prefere permanecer em grandes avenidas (sem entrar nos bairros), pois quanto maior o movimento de pedestres passando pelas calçadas, maior a chance de conseguir arrecadar a quantidade necessária de dinheiro, que é revertido principalmente para sua alimentação. Dessa forma, compreendemos que o cronotopo do umbral de Davi é também utilizado como tempo-espaço da busca pela sobrevivência. Além das doações feitas pelos pedestres, Davi estabelece um território-rede (SOUZA, 2000) na região da instituição religiosa, pois ele também conta com o auxílio de uma rede de pessoas que trabalham e moram nos arredores. Quanto ao acesso à água, por exemplo, ele preenche os recipientes plásticos vazios na torneira de uma funerária próxima à instituição religiosa. Ainda, o restaurante onde costuma comprar suas marmitas lhe oferece café e pão gratuitamente, assim como alguns membros da comunidade religiosa que também lhe doam alimentos.

O umbral de Davi configurado na calçada permanece na fronteira com a instituição religiosa. Ao perguntar a ele se havia algum acordo com ela para que pudesse permanecer ali, Davi responde: “eles sabem que eu protejo a igreja durante a noite”. Sua fala indica a existência de uma relação de troca na ocupação desse umbral: ao mesmo tempo que a presença do habitar-rua em sua fachada é aceita, Davi oferece uma proteção ao espaço privado. Essa presença em relação ao privado é condicionada, pois há momentos em que o responsável pela instituição solicita que Davi não permaneça na marquise (conforme narramos na seção 4.2). Podemos compreender que, além do habitar-rua alterar os usos do espaço público, existe também uma tensão que condiciona o uso desses espaços de fronteira com o privado.

Nesse sentido, para abordarmos a complexidade implicada na permanência do habitar-rua no espaço público, traremos fragmentos narrativos do diário de campo que revelam elementos heterogêneos da configuração do cronotopo do umbral. Assim, seguimos esta seção da cartografia narrando os encontros com Ilhéu, outro importante participante da pesquisa.

Localização: estacionamento-ilha.

RELATO/CENA: Ilhéu parece um tanto relutante em conversar comigo. Fala que não confia muito em dar entrevistas. Explica que houve um homem que o entrevistou (não indicou quando) e dois dias depois suas coisas foram removidas do espaço pela Guarda Municipal. [...] Nossa conversa não é contínua, fomos diversas vezes interrompidos por outras situações que acontecem no entorno, assim como pelo próprio Ilhéu que manobra os carros que chegam e saem do estacionamento.

Fragmento narrativo do diário de campo

O espaço habitado por Ilhéu faz parte da área de um estacionamento público, próximo ao bairro Bom Fim. Nossos encontros aconteciam entre as breves paradas enquanto Ilhéu atendia os proprietários dos carros, estacionava os automóveis e conversava com os comerciantes do entorno. Para referir sobre a relação de confiança com os diversos atores do entorno, construídas ao longo dos 6 anos de trabalho no estacionamento, ele mostra os molhos de chaves que estavam pendurados em sua cintura. Um deles continha as chaves dos automóveis estacionados: “aqui manobro carros de 15 a 200 mil reais”, comenta, orgulhoso. No segundo molho, estavam as chaves dos portões que dão acesso aos entregadores de insumos dos restaurantes e das lojas, sendo o responsável por abri-los quando são repostos alimentos e mercadorias.

Ilhéu relata que o estacionamento é a sua ilha, e para explicar o porquê utilizava essa expressão referencia o filme *Alcatraz, fuga impossível* (1979), complementando que trabalha muito naquele espaço, sem descanso. Na sequência, reitera que tanto as pessoas que utilizam o estacionamento, como os proprietários das lojas e restaurantes, confiam no desenvolvimento de suas atividades e que essa credibilidade foi alcançada através do esforço e responsabilidade. O filme (ALCATRAZ, 1979) conta a história real da fuga de três detentos da prisão de segurança máxima existente na Ilha de Alcatraz, pertencente à Baía de São Francisco nos Estados Unidos, em 1962. O personagem principal, Frank Lee Morris, foi um ladrão de bancos e reputado fugitivo de presídios. Na trama, a prisão é apresentada através da mínima privacidade destinada aos seus

ocupantes, além da rigidez e punição em seus processos com os criminosos. Morris, por sua vez, mantinha relações com os colegas presos e os carcereiros sob muito respeito, o que lhe permitia o privilégio de acesso ao trabalho na biblioteca e na marcenaria.

Por meio de suas histórias, Ilhéu relata que faz de tudo para priorizar a rede de pessoas que possibilitam a sua presença e sobrevivência. Para ele, a permanência no estacionamento está diretamente vinculada a um território sustentado através de seu trabalho como guarda de automóveis e como uma espécie de porteiro/ajudante nos estabelecimentos. Enquanto espaço público em relação com estabelecimentos privados, frequentado por um movimento intenso de transeuntes e clientes, podemos compreender que é o próprio esforço disponibilizado por Ilhéu que torna a ilha um território que abriga a sua existência. Como se o seu trabalho isolasse esse espaço e o configurasse como uma extensão do próprio corpo, circunscrevendo-o para habitar, trabalhar e sobreviver. Assim, o estacionamento-ilha possibilita sua permanência em um umbral suficientemente seguro, o que, de alguma forma, o torna dependente/preso à função de atender os proprietários dos veículos e dos estabelecimentos. Nesse sentido, na ilha, Ilhéu está cercado pelos seus afazeres.

A credibilidade construída por Ilhéu com os proprietários dos automóveis e dos estabelecimentos, que possibilita sua permanência há tanto tempo no estacionamento-ilha, nos fez refletir sobre a preocupação demonstrada a respeito da minha procura por conhecê-lo. Sempre que nos encontrávamos, ele referia, em tom de brincadeira, suspeitar das buscas por conversarmos, pois não confiava em dar entrevistas. Ao contrário dos encontros estabelecidos com Davi, o vínculo com Ilhéu foi se constituindo nessa tensão, sendo necessário o frequente reforço das intenções da pesquisa para o estabelecimento de um espaço minimamente seguro para conversarmos. É legítimo o fato dele ter estranhado que uma pessoa desconhecida passasse a buscá-lo para conversar. Essa sensação que atravessou nossos encontros pode refletir a desconfiança que atribuem a sua presença naquele espaço e, especialmente, do risco de ser dali novamente removido. Essa relação de implicação entre o habitar-rua, os espaços que se ocupa e os demais atores presentes nesses ambientes, indicam o empenho necessário por parte das pessoas

em situação de rua para serem aceitas e respeitadas. O habitante dos espaços públicos da cidade precisa conhecer as forças que possibilitam a sobrevivência e, no caso de Ilhéu, esses elementos estão intimamente relacionados ao trabalho e à construção de relações confiáveis com os atores nos espaços onde constitui sua convivência.

Nos encontros com Ilhéu, reforçamos a noção do corpo-território como expressão do cronotopo do umbral. Ao mesmo tempo que seu corpo coloca em questão a função do estacionamento público, sua vivência está expressa pelo trabalho desenvolvido aos estabelecimentos comerciais do entorno, demonstrando a duplicidade da função do espaço público ao ser ocupado pela pessoa em situação de rua. Além disso, associando também à experiência do corpo-território de Davi, podemos compreender que o habitar-rua se expressa em uma complexidade que vai além da falta de um domicílio privado para morar. A pluralidade dos usos e sentidos da rua (SCHUCH; GEHLEN, 2012) também envolve as relações necessárias para a promoção do sustento e as tensões relacionadas à possibilidade de permanecer nos espaços públicos e nas suas fronteiras com os espaços privados.

Ao longo do território da pesquisa, encontramos diversos espaços ocupados pelo tempo-espaço do parar-repousar. Assim como a configuração do umbral constituído por Davi na calçada em frente à instituição religiosa, observamos ocupações que revelam outros elementos tensionadores da dimensão pública e privada do espaço urbano. Dessa forma, traremos alguns fragmentos narrativos do diário de campo para evidenciarmos a heterogeneidade da situação de rua em relação à configuração dos umbrais e os consequentes conflitos estabelecidos: a ocupação da fachada de um imóvel privado em desuso, a proibição da ocupação de espaços públicos provocada pela arquitetura hostil e a ocupação dos terminais urbanos.

LOCALIZAÇÃO: Rua Voluntários da Pátria, Centro. Imóvel desocupado.

RELATO/CENA: Diversos objetos instalados na fachada do imóvel desocupado. Diversas tábuas estavam encostadas nas portas metálicas do imóvel, o que formava uma espécie de barraco/cabana

que abrigava aproximadamente 10 pessoas. Atrás das tábuas eram vistos cobertores, colchões e lonas. Há uma marquise que protege da chuva e a calçada é ampla.

Fragmento narrativo do diário de campo

Através do relato, é interessante observar o contraste entre a ocupação presente na calçada pública e o imóvel em desuso. A expressividade configurada pela ocupação evidencia um tensionamento entre o habitar-rua e o espaço privado, o que coloca em questão o abandono das propriedades que não cumprem sua função social. Segundo estudo de Sabadi (2017), ao percorrer a região central de Porto Alegre, foi possível contabilizar “49 imóveis que não exercem sua função social, estando ora subutilizados ou desocupados, com a construção pela metade ou até mesmo parcialmente destruídos, onde apenas as fachadas estão em parcial degradação” (p. 5).

Esses dados, somados à presença de pessoas em situação de rua na cidade, revelam um dissenso: a quantidade de imóveis privados e públicos sem uso denunciam a precarização da utilização dessas propriedades, as quais poderiam servir ao poder público para estabelecer políticas que as transformem em habitação popular. Inclusive, esse levantamento poderia servir de base ao Plano Municipal de Superação da Situação de Rua de Porto Alegre, o qual sequer cita como possibilidade a integração dessas propriedades para uso como moradia. Mesmo que essas propriedades em desuso não estejam cumprindo sua função social, que não estejam servindo como moradia, o habitar-rua estará configurando suas ocupações às margens desses imóveis. A compreensão do que queremos apresentar com as tensões que a população em situação de rua imprime na dimensão pública do espaço, passa por esse dissenso. As relações estabelecidas entre o corpo do habitar-rua e a fronteira de um imóvel desocupado em localizações centrais da cidade anunciam a performatividade política (BUTLER, 2019) do habitar-rua, que tem uma função expressa: questiona, cria um conflito no entendimento e nos usos possíveis dessas propriedades (sejam elas privados ou públicas). Nesse sentido, o cronotopo do umbral como espaço-tempo do parar e repousar revela esse tensionamento através da presença, da expressão do corpo-território da pessoa em situação de rua.

Localização: Praça Montevideo, Centro.

RELATO/CENA: Vejo um homem deitado em frente a uma farmácia. Ele usa calção, está sem camisa, um moletom cobre o tronco e a cabeça [...]. Ele está deitado diretamente na calçada, sem nada que revista o contato direto com o chão. Há uma grade de arquitetura hostil entre a parede do prédio e a calçada, o que não impede que o homem permaneça deitado ali.

Fragmento narrativo do diário de campo

Nesse relato podemos conferir uma prática arquitetônica bastante visualizada no Centro de Porto Alegre: a arquitetura hostil. Tal prática materializa no espaço público a intenção de restringir a ocupação e a permanência de pessoas. Esse modo de intervenção urbana é utilizado para restringir o comportamento das pessoas que utilizam o espaço público (ARQUITETURA..., 2014). Esses dispositivos vêm sendo instalados ao longo da cidade para afastar determinadas expressões e usos das áreas públicas. São exemplos: pinos metálicos no chão e no parapeito de janelas para impedir que pessoas sentem, assentos inclinados em pontos de ônibus deixando-os desconfortáveis para que se permaneça por muito tempo, bancos divididos por apoios de braço para impedir que pessoas deitem, áreas com pavimentação irregular (pedras pontiagudas, por exemplo) para impossibilitar aglomerações (ARQUITETURA..., 2014).

O homem deitado sobre o chão duro da calçada está posicionado praticamente no meio do passeio, fazendo com que os pedestres precisem contorná-lo para passar. O desviar dos transeuntes produz uma linha imaginária de separação entre o homem e o entorno. Essa linha formada pelo fluxo dos pedestres desenha uma grafia no chão: o próprio corpo delimita um espaço, era a barreira máxima desse território de repouso, um umbral expresso por um corpo deitado no chão.

No ponto onde a calçada encontra a parede do edifício está a grade de metal colocada em 45°, impedindo qualquer aproximação e presentificando a hostilidade arquitetônica urbana. Ela materializa no espaço público uma intervenção avessa à presença. Nesse relato temos uma

sobreposição configurada entre a intervenção hostil, a calçada pública e a pessoa em situação de rua. Sabendo que a arquitetura hostil busca estabelecer limites ao uso do espaço público, podemos relacioná-la como uma tentativa de criar consenso a respeito de quem pode estar/parar no espaço urbano. Dessa forma, pensando através do entendimento de Mouffe (2013) a respeito da dimensão agonística do público, essas intervenções urbanas se apresentam como uma maneira cruel e silenciosa de manter aqueles que causam dissenso fora de vista. Contudo, como verificado no relato, a grade não impediu a presença da pessoa deitada na calçada, revelando a tensão provocada no espaço pela presença do habitar-rua.



Imagem 19.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

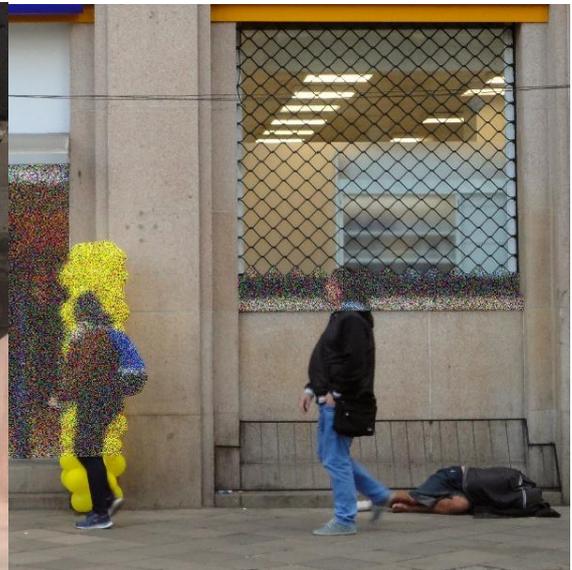


Imagem 20.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

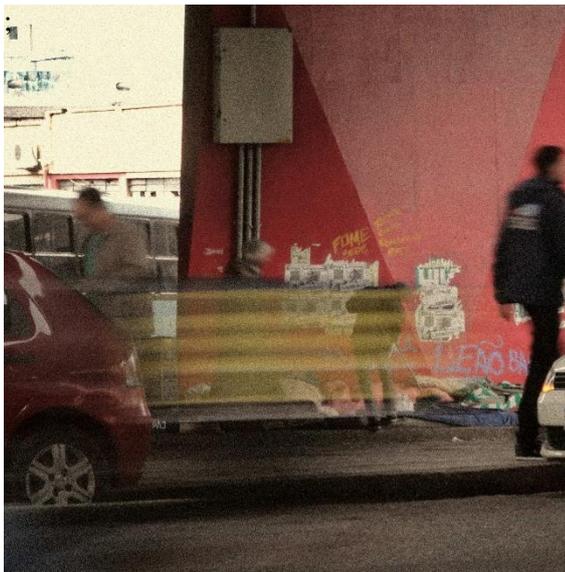


Imagem 21.

Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 22.

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Localização: Terminal Conceição, Centro.

RELATO/CENA: Muitos colchões nas voltas dos pilares. É um terminal rodoviário de ônibus intermunicipais. Avisto 3 homens conversando, um varre e organiza o entorno dos colchões. Em alguns dos locais ocupados estão barracos produzidos com madeira, o que cria uma separação entre a área do terminal e os dormitórios/camas. [...] Alguns não estão ocupados e parecem reservar os lugares para dormir.

Fragmento narrativo do diário de campo

Os terminais urbanos foram espaços acompanhados com bastante atenção no território da pesquisa, especialmente o Terminal Conceição. Buscando uma definição a esses espaços, encontramos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2010) o conceito de “centros de transbordo” (p. 21). Esses centros compreendem os “terminais de integração, de retorno ou de conexão, destinados às transferências modais e

intermodais das demandas de deslocamento de pessoas, equipados com comércio e serviços complementares” (idem, p. 21). Assim, compreendemos que são estruturas onde se concentram principalmente os passageiros dos transportes coletivos, em que se configuram tempos-espços de passagem, transferência e deslocamento.

O Terminal Conceição de ônibus metropolitanos está localizado embaixo do viaduto da Conceição e é delimitado pela Avenida Alberto Bins, Rua Voluntários da Pátria e lateralmente pela Rua da Conceição. Nele, diversos colchões definem pequenos espaços de repouso nos arredores dos grandes pilares, em alguns casos estão associados a tábuas posicionadas de modo a criar uma separação entre o terminal e os repartimentos que lembram cômodos de uma casa. Simultaneamente, o fluxo de transeuntes no terminal é grande, há pessoas que caminham nas calçadas próximas às avenidas, sem necessariamente entrar no terminal; há também aquelas que formam as filas nas plataformas, aguardando as respectivas linhas de transporte, além das que desembarcam dos ônibus. O comércio local e ambulante também contribui para o movimento. Ainda assim, verificamos que o habitar-rua estabelece um outro tempo-espço no terminal, em que a própria estrutura do viaduto possibilita abrigo e proteção às pessoas que permanecem embaixo do telhado concretado.

Através dos relatos e das ações expressivas do habitar-rua, podemos verificar que a dimensão do corpo-território da pessoa em situação de rua rompe a dicotomia público-privado, pois o seu habitar ultrapassa os limites da propriedade e passa a ser configurado em relações expressas no espaço do terminal, no público. Uma corpografia urbana (BRITTO; JACQUES, 2008) que tem a pele como separação última do fora amplia a possibilidade de compreender a diversidade dos modos de existir na cidade. O tensionamento desta dicotomia também pode ser visualizado através da heterogeneidade dos umbrais configurados, verificados na refiguração da ocupação de Davi ao transformar sua poltrona em cama, e na ocupação do Ilhéu, que se configura na complexidade do estacionamento-ilha (ao mesmo tempo que vive no espaço público, permanece em íntima relação com os estabelecimentos privados).

Esse dissenso é expresso também pela ocupação das fronteiras de imóveis sem uso, que denunciam a precarização da utilização dessas propriedades. Ainda, mesmo com a tentativa de impedir a permanência no espaço através da arquitetura hostil, tal intervenção não impede a presença da pessoa em situação de rua. Além disso, vemos que o habitar-rua transborda o tempo-espaço de passagem no terminal através de suas ocupações que criam um ambiente para permanecer.

O cronotopo do umbral é anunciado a partir da expressividade dos corpos-territórios de Davi e Ilhéu, que somados aos demais fragmentos narrativos registrados no território da pesquisa, demonstram indícios temporais e espaciais do parar, do repousar e do buscar pela sobrevivência. Para Davi, o parar-repousar na marquise da igreja se configura como um habitar efêmero que pode diluir-se de modo relativamente rápido nos diversos usos dados ao espaço da calçada, ao contrário do umbral de Ilhéu no estacionamento, constituído ao longo de 6 anos de trabalho na construção das suas redes de confiança. Associados às diversas ocupações relatadas, esses indícios tensionam os usos do espaço público e a relação de fronteira com o privado, principalmente por se tratar de um habitar que não acontece dentro de um espaço fechado e íntimo. Assim, o significado metafórico do cronotopo do umbral cria um substrato espacial para compreendermos o rompimento entre o dentro e o fora (o privado e o público): o habitar-rua estabelece uma espécie de dobra na dimensão pública do espaço urbano, um tensionamento que anuncia o dissenso causado pela existência na rua.

A ideia de denominar o tempo-espaço do habitar-rua parado como umbral, vem do significado do termo: “lugar através do qual se consegue entrar, ir para o interior de” (UMBRAL, 2019). O umbral, como espaço habitado, fala dessa fronteira entre o dentro e o fora que é ocupada e transformada pela presença da pessoa em situação de rua. Somado ao seu significado, esse cronotopo está relacionado com o caráter dialógico dos cronotopos da soleira e do encontro propostos por Bakhtin (1988). A soleira, como espaço, sintetiza os tempos de “mudança da vida, da crise e da decisão que muda a existência ou da indecisão” (BAKHTIN, 1988, p. 345), agenciando o pensamento a respeito do umbral como tempo-espaço que desestabiliza a fronteira

entre público e privado. Uma vez que as pessoas em situação de rua configuraram suas práticas de habitar fora da lógica da propriedade, criam um confronto por realizarem aquilo que é entendido como particular, individual, secreto e fechado (MOUFFE, 2013) no espaço público. Estabelece-se, assim, uma crise, uma mudança na dicotomia público-privado, configurando uma zona de confronto e dissenso na dimensão pública do espaço urbano.

O cronotopo do encontro, por sua vez, é vinculado aos valores emocionais e definido “como elemento constituinte da composição de uma história, como uma espécie de nó ou ponto culminante” (CARON et al., 2019, p.14), como metáfora de um espaço onde “predomina a matriz temporal” (BAKHTIN, 1988, p. 349). O cronotopo do umbral se caracterizou como o tempo-espaço onde se realizaram a maior parte dos encontros entre o pesquisador e os participantes. Nesse sentido, a composição das histórias refiguradas na cartografia dependeu desse tempo dialógico “de um para outro, de outro para um; para o diferente, para uma alteridade” (WANDALL JUNIOR, 2015, p. 155). É no umbral que se sucedeu a narração das experiências urbanas de Davi e Ilhéu, e esses encontros com suas práticas espaciais e temporais culminaram na zona de confronto que provoca um estranhamento a concepção do espaço público como consensual.

4.2 O cronotopo do carrinho: tempo-espço do movimentar-deslocar



Imagem 23. Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 24. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Em diversos momentos dos encontros com Davi na marquise da instituição religiosa, ele relatava a necessidade de se deslocar por outros espaços da cidade. Esse deslocamento estava relacionado tanto com o desejo de encontrar pessoas com as quais era vinculado, como pela restrição do uso do espaço da calçada da igreja, ou ainda pela busca por sobrevivência. No campo dos relacionamentos e vínculos, percebemos que a própria motivação que levou Davi a viver na rua foi influenciada por rompimentos familiares e comunitários, intensificados após a morte de seu pai. As frequentes discussões com a mãe fizeram com que os vizinhos intervissem pela proteção da mulher, deixando-o em juízo com a família e a comunidade. Esse conflito, conforme relatou, foi o motivo que o levou a sair de casa e passar a viver na rua. A lembrança da presença paterna na vida de Davi aparece em seus relatos como um indício importante na manutenção dos vínculos familiares.

Quando era garoto, ele acompanhava o pai na rotina de trabalho, vendendo mercadorias no antigo camelódromo existente no centro da cidade. Seu gosto por rádios provém deste período, pois, além de vendê-los, havia sempre um deles ligado como companhia na banca. No cotidiano de trabalho, Davi relembra que, enquanto seu pai saía para buscar marmitas para o almoço, ficava responsável pelas mercadorias. Nesse período, além da boa relação com o pai, eles sempre tinham dinheiro suficiente para comer. Dessa forma, podemos compreender a relação simbólica de Davi com o rádio que o acompanha durante os dias e as noites na rua.

É interessante considerar essa dimensão relativa aos vínculos fragilizados e rompidos quando pensamos a respeito da população em situação de rua. A pesquisa realizada em Porto Alegre (FASC et al., 2016), refere que 32,5% das motivações que levam as pessoas a viver na rua estão relacionadas à instabilidade, à ruptura e aos conflitos familiares, ou que envolvem pessoas próximas. Inclusive, os autores apontam “para a necessidade de pesquisas futuras para investigar de forma apropriada as correlações existentes entre as variáveis: instabilidade familiar, dependências e violência” (GEHLEN et al., 2017, p. 33).

Apesar do rompimento dos vínculos ter sido determinante na atual situação de Davi, ele também relata as relações constituídas na rua, que o fazem se deslocar por diversos pontos da

cidade, conformando o seu território-rede. Jônatas, por exemplo, é um companheiro também em situação de rua, referido como um ponto de referência na região da Avenida Farrapos. Além dele, Davi conta a respeito de mulheres com quem se relacionou ao longo do período de vida na rua. Com Lia, ele continuava mantendo relações esporádicas, e era um dos motivos que o fazia se deslocar até a região do Mercado Público, no Centro de Porto Alegre.

Somado a esses relatos que identificam um território configurado pelos vínculos, um fato que perpassa a necessidade pela mudança de espaço é a informação recebida pelo responsável da instituição religiosa. Com o término da atividade que acontecia durante um dos momentos que conversávamos, o responsável pela instituição se dirige até a calçada para fechar as portas metálicas e comunica que nos próximos dias ocorrerá um brechó nas dependências da instituição, e por isso pede que Davi não esteja ali. A perspectiva de que a circulação de pessoas aumente durante o evento, faz com que a presença de Davi não seja bem-vinda, ao contrário dos horários noturnos, quando ele assegurava uma proteção ao espaço. Nesse sentido, o pedido de saída expressa um conflito entre o corpo-território do habitar-rua e o espaço privado.

O contingenciamento do uso do espaço público nessa situação, passa por uma norma estabelecida pela instituição religiosa ao proibir a permanência e a circulação de Davi. Nesse sentido, compreendemos o que Palombini (2015) assinala como uma territorialidade paradoxal, na qual o espaço privado determina condições que possibilitam e, ao mesmo tempo, limitam a presença de pessoas em situação de rua. O aumento da circulação de pessoas na instituição em decorrência do brechó, cria um contexto em que o habitar-rua deixa de ser possível e passa a ser requerido como ausente. Esse paradoxo experienciado pelo corpo-território de Davi, perpassa pelas maneiras como se veste, como habita e como desenvolve suas atividades na cidade, as quais extrapolam as regras morais e sociais de ocupar o tempo e o espaço.

Na semana seguinte ao episódio vivenciado com o responsável pela instituição, o espaço da calçada não era mais ocupado por Davi e seus objetos-pertences, anunciando que o mesmo havia se deslocado. Sua ausência demonstra o permanente movimento do habitar-rua, que é tanto algo que possibilita a sobrevivência, como uma circunstância exigida pelos tensionamentos

privados e públicos à possibilidade de estar no espaço da rua. A relação da pessoa em situação de rua com o espaço, afirma uma territorialidade flexível que “forma-se e dissolve-se, constitui-se e dissipa-se de modo relativamente rápido” (SOUZA, 2000, p. 87), evidenciando que os limites do corpo-território dessas pessoas são móveis e acompanham a movimentação ao longo do espaço. A ocupação do espaço público passar a ter um significado que garante temporariamente a sua utilização (PALOMBINI, 2015), o que demonstra a existência de um território flutuante, em permanente deslocamento.

Passados alguns dias da saída de Davi, reencontro-o ocupando novamente a marquise da instituição religiosa. Ao conversarmos, ele relata que se deslocou para o Centro com a intenção de encontrar Lia, além de referir que não vinha conseguindo dinheiro suficiente para garantir sua alimentação na região da instituição religiosa. Quando pergunto a Davi como foi esse deslocamento, ele diz que “não é fácil a vida de trecheiro”, referindo-se à dificuldade em carregar e movimentar sua estrutura. Para que isso fosse possível, foi preciso descartar alguns de seus pertences, como foi o caso de diversas embalagens plásticas e um travesseiro, deixados com uma conhecida que também está em situação de rua. No momento em que Davi inicia seu deslocamento, o tempo-espaço no umbral – configurado e refigurado de poltrona à cama – passa a atuar como cronotopo do carrinho, do deslocar-se. Com seus pertences acoplados às costas, seu corpo-território inicia o trânsito por alguns pontos de referência que constituem o seu território móvel e flutuante. É interessante observarmos que a corpografia de Davi se difere entre o parar e o deslocar: o cronotopo do umbral, além de significar o tempo-espaço do repouso na marquise, é também onde configura a busca pela sobrevivência; já o cronotopo do carrinho, é prefigurado pela necessidade de encontrar-se com as pessoas com quem se relaciona, pela condição de não poder permanecer próximo à instituição religiosa e pela insuficiente arrecadação de dinheiro, o que o leva à itinerância pelo espaço urbano.

A representação do carrinho como um elemento associado ao deslocar-movimentar na cidade se refere à expressão do corpo-território da pessoa em situação de rua estabelecendo suas relações de sustento através da catação de materiais recicláveis, o que, por vezes, ocorre com o

auxílio desses veículos movimentados com a força do próprio corpo. Contudo, quando referimos o carrinho como metáfora do tempo-espaço do movimentar-deslocar, não restringimos a possibilidade dessa mobilidade se dar exclusivamente através do uso desse veículo de tração humana, nem mesmo como um movimento unicamente com a função de catação. Por mais que a atividade de sustento de Davi, o mendigar por moedas, aconteça no próprio umbral onde para e repousa, percebemos que o movimento também é realizado como necessidade de sobrevivência.

Davi narra, ainda, que não trabalha como catador por dois motivos: o primeiro deles está relacionado a um acidente que o faz ter dificuldade em caminhar por longas distâncias e carregando muito peso; o segundo, por referir que “os carrinheiros são complicados”. O relato indica uma disputa territorial pelos espaços da cidade onde são descartados materiais recicláveis, conflito que prefere não se envolver. Dessa forma, traremos fragmentos narrativos do diário de campo que anunciam outros indícios à configuração do cronotopo do carrinho como tempo-espaço do movimentar-deslocar no habitar-rua.

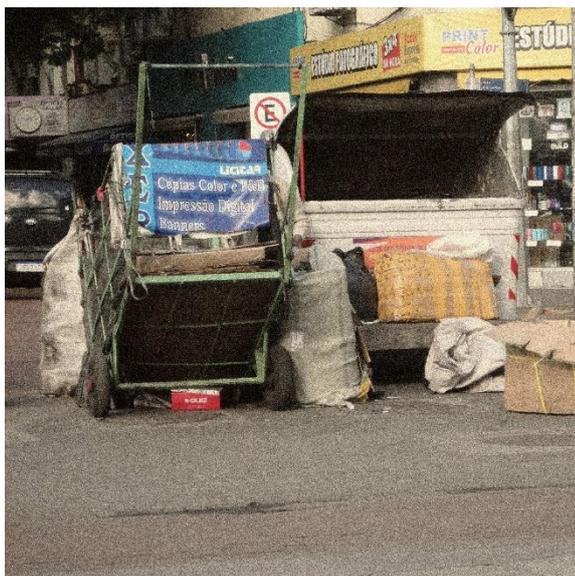


Imagem 25.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 26.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Localização: Praça XV de Novembro, Centro. Dois contêineres que ficam na Avenida Otávio Rocha, esquina com Rua Marechal Floriano Peixoto.

RELATO/CENA: Fico observando o movimento em torno de dois contêineres bem próximos à praça. Uma mulher separa o descarte que chega nos contêineres. Enquanto isso, uma criança carrega e brinca com uma caixa de papelão de um lado a outro [...]. O menino brinca ajudando a mulher, a qual parece ser sua mãe. [...] Venho percebendo que alguns pontos em específico são ocupados com carrinhos desde cedo, marcando um território que permanece durante o dia todo, aguardando o material reciclável a ser coletado [...]. Outros catadores não se aproximam dos contêineres reservados pela presença da mulher. [...]

Fragmento narrativo do diário de campo

Ao lado dos contêineres utilizados como depósitos de materiais recicláveis está estacionado um grande carrinho, feito de metal e pneus de carro, praticamente preenchido por papelões dobrados. Após algum tempo de observação, reparo que os comerciantes da área depositam ali diversas caixas de papelão e outros tipos de resíduos recicláveis, enquanto uma mulher organiza e faz a separação dos mesmos. As caixas são desmontadas e acomodadas no espaço de carga do carrinho, enquanto as latas e garrafas plásticas são colocadas em sacos pendurados no lado de fora do mesmo veículo.

Essa região do centro é muito movimentada, tanto pela presença de transeuntes como por vendedores ambulantes. Enquanto aguarda o recebimento de materiais nos contêineres, a mulher engendra uma das caixas de papelão como um fio de plástico na ponta; o menino entra na caixa e logo sai, puxando-a como um brinquedo. É interessante apontar que não houve outra cena como esta ao longo do território de pesquisa. A maioria das pessoas em situação de rua observadas eram homens – e mesmo os participantes diretos, todos do gênero masculino. Na maioria dessas situações não observamos a presença de crianças junto aos mesmos. A cena da mulher recolhendo os materiais juntamente com o menino é significativa para pensarmos a relação entre situação de rua e gênero.

O fato da maioria das pessoas observadas em situação de rua durante o campo de pesquisa serem homens, corrobora com o percentual de gênero levantado pelas pesquisas censitárias realizadas a nível nacional (BRASIL, 2009b) e municipal (FASC et al., 2016). Respectivamente, temos 18% e 13,8% de mulheres dos totais de pessoas em situação de rua registradas. Contudo, a vida das mulheres na rua exige que lidem “com uma diversidade de fatores e situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, a sexualidade e, algumas vezes, o cuidado dos filhos” (QUIROGA; NOVO, 2009, p. 157). As autoras referem que aproximadamente 20% do total de mulheres entrevistadas na pesquisa realizada no Brasil “declaram ser responsáveis por alguma criança e/ou adolescente nas ruas e/ou albergues, enquanto que dos homens, apenas 4,3% o fazem” (idem, p. 157).

Nesse sentido, embora o habitar-rua seja, por si só, uma situação social à margem, quando se trata das mulheres que vivenciam esse universo, elas se tornam ainda mais “vulneráveis às circunstâncias decorrentes da sua condição de gênero – abusos físicos, psicológicos e sexuais; doenças; gravidez não planejada e/ou indesejada; objetificação do corpo” (SCHULZE, 2018, p. 44). Tratar da construção dos gêneros perpassa a reflexão sobre as representações e papéis estereotipados de feminino e masculino. Por um lado, o circuito da rua se reveste pela masculinidade afirmada através da virilidade (FRANGELLA, 2004), ao mesmo tempo que esses homens “encontram-se em uma posição contrária àquela que é esperada deles – inclusive por parte deles mesmos – já que não correspondem ao papel de provedor” (idem, p. 196). Por outro lado, as mulheres são comumente valorizadas pelo papel dentro da família, idealizadas pelo cuidado com os filhos e cujo domínio é associado ao mundo doméstico e privado (FRANGELLA, 2004; QUIROGA; NOVO, 2009). O resultado desse processo que envolve a construção dos gêneros e a situação de rua frequentemente resulta em relações conflituosas e opressoras nas fronteiras entre os espaços masculino e feminino (FRANGELLA, 2004).

Observando a cena na praça, nos chama a atenção que outros recicladores não se aproximam do local em que a mulher recolhe o material descartado. Ao que parece, alguns pontos de recolhimento de materiais recicláveis são reservados pela presença dos carrinhos estacionados

e das pessoas selecionando o conteúdo que os interessa¹⁹. Assim, corroborando com as disputas territoriais indicadas por Davi, podemos compreender que há um processo de territorialização associado aos locais com alta concentração de materiais recicláveis descartados, onde a presença dos carrinhos indicam que o material a ser recolhido será de quem reserva o ponto. Nesse sentido, mesmo que os territórios do habitar-rua sejam flutuantes e móveis, não delimitados por fronteiras rígidas e determinados como propriedade, perpassam por disputas que os circunscrevem (SOUZA, 2000). Esse território temporário nos arredores dos contêineres permanece até que os recicladores retirem seus carrinhos com os materiais recolhidos. Abre-se assim, a possibilidade de que outra pessoa chegue e recolha os materiais ali depositados.

Uma das pessoas em situação de rua que perpassa a cena na praça carrega consigo alguns papelões em uma das mãos e na outra segura um cabo de vassoura que possui um gancho na ponta; ele analisa e recolhe materiais de outros contêineres e lixeiras que não estavam reservados. Ao sair da praça, o rapaz se aproxima da Avenida Borges de Medeiros, esquina com a Rua José Montauray, depositando os papelões e latinhas recolhidos em um carrinho que estava estacionado em outro ponto de coleta. Podemos evidenciar que a busca pela sobrevivência no cronotopo do carrinho está relacionada com um processo de territorialização itinerante, uma disputa pelos espaços de catação que conversa com a dimensão agonística do público referida por Mouffe (2013), no sentido de que o habitar-rua também se estabelece a partir de conflitos nos espaços de catação.

¹⁹ Percebemos em outros momentos do território da pesquisa que outros contêineres da região central da cidade pareciam estar reservados. Foi o caso do contêiner presente na Praça Conde de Porto Alegre, em que um carrinho também foi visto parado ao seu lado.

Localização: Rua Henrique Dias, bairro Bom Fim.

RELATO/CENA: Ao sair de casa para almoçar no Restaurante Universitário, encontro um homem que passa em frente ao portão do condomínio onde moro. Ele carrega um saco plástico nas costas, que, pelo barulho, estava cheio de latinhas. [...] Passamos a caminhar lado a lado na calçada, quando ele fala: "bá, me azarei!". O rapaz conta que estava em um condomínio próximo aguardando uma senhora que lhe prometera um prato de comida. Ele diz que esperou 40 minutos sem que ela retornasse, "minha barriga tá roncando de fome! Aí pensei, vou sair daqui e passar na lixeira, para ver se consigo alguma coisa!". [...] Ele conta que sempre faz esse caminho entre os contêineres e disk-entulhos da Rua Henrique Dias e da Rua Felipe Camarão, [...] "Espero que eu não tenha azar e que já tenham chegado no contêiner". Quando dobramos a esquina, vendo que não havia nada aproveitável para coletar, diz que sabe os melhores horários para conseguir o que procura, e a espera o fez perder o momento.

Fragmento narrativo do diário de campo



Imagem 27.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).



Imagem 28.
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Através desse relato percebemos que há um movimento através dos contêineres e lixeiras urbanas que pode acontecer em um ritmo temporalizado, associado aos períodos do dia em que são descartados materiais que servem à sobrevivência da população em situação de rua. Após reclamar do acontecido com a mulher que lhe fez aguardar, o homem conta que o tempo perdido poderia ter prejudicado o horário de passar nos contêineres dos arredores. Esse encontro, além de demonstrar que o habitar-rua depende do que é doado e descartado pelo habitar privado, demonstra o conhecimento espaço-temporal requerido para realizar a catação. Assim como, revela a relação de um território que se constitui através da rede onde são colocados os pontos de descarte, um percurso que está associado aos tempos singulares da catação para a sobrevivência.

Com os dois fragmentos narrativos apresentados, demonstramos indícios de que o território do habitar-rua em seu tempo-espaço do movimentar-deslocar se apresenta de forma descontínua, em rede (PALOMBINI, 2015). Tanto na situação acompanhada na Praça XV de Novembro, como na Rua Henrique Dias, percebemos que o transporte dos materiais recicláveis ao longo de diversos pontos na cidade dependerá de uma rotina estabelecida de acordo com o deslocamento através dos contêineres, lixeiras e disk-entulhos. Esses locais estão distribuídos, ao menos na região central de Porto Alegre, de acordo com a concentração de estabelecimentos, sejam comerciais ou residenciais. Dessa forma, a sobrevivência do habitar-rua acaba por depender das sobras e dos descartes do privado. Por mais móvel e flutuante que seja, o processo de territorialização desses espaços passa por disputas, configurando um campo de forças e conflitos que estão relacionados com o alcance de maiores quantidades e qualidades dos materiais.

Nesse sentido, o corpo-território da pessoa em situação de rua se compõe em um movimento que depende, em diferentes medidas, do habitar privado. Considerando as experiências relatadas por Davi, complexificamos o tempo-espaço do deslocamento do habitar-rua por considerar que a itinerância, que forma e ao mesmo tempo dissolve territórios, está intimamente relacionada à produção de vínculos e relacionamentos entre os próprios companheiros de vivência na rua. Além disso, esse corpo-território depende não só dos descartes do privado, mas também das condições que possibilitam e restringem os usos de suas fronteiras

com o público. Quanto à sobrevivência, nitidamente associada aos movimentos e temporalidades dos catadores de materiais recicláveis, podemos considerar que o deslocamento também se faz necessário por quem se sustenta através de doações, seja de alimentos (descarte) ou de dinheiro.

Assim, o cronotopo do carrinho nos dá indícios do tempo-espaço do movimento, uma mobilidade permanente que configura o habitar-rua. Nesse sentido, associamos o significado metafórico do cronotopo do carrinho ao cronotopo da estrada proposto por Bakhtin (1988), o qual representa os acontecimentos regidos pelo acaso, pelo transcurso do tempo, pelos encontros com as mais diferentes pessoas, onde se entrelaçam “diversos destinos” (p. 350). Para o autor, a estrada, como espaço, seria um ponto de enlace, o caminho da vida. Pensando na corpografia do corpo-território da pessoa que se expressa em movimento no espaço público, evidenciamos que o deslocamento pela estrada possibilita a busca por sobreviver, por ser um tempo-espaço em que se estabelecem as redes que buscam dar conta da existência na rua.

Ao mesmo tempo, estando o corpo-território em deslocamento, torna-se mais difícil localizá-lo. Através do cronotopo do carrinho, o habitar-rua tensiona o sentido atribuído ao espaço público por se configurar em territórios móveis, flexíveis, não localizados em pontos determinados do mapa. O habitar privado, estabelecido por fronteiras definidas e facilmente localizáveis, também faz do espaço público um espaço de trânsito; contudo, o deslocamento do habitar-rua dissipa-se ao longo da cidade transformando sua função de simples passagem pela necessidade de movimentar-se e deslocar-se para sobreviver.

O tensionamento da população em situação de rua à dimensão pública do espaço urbano, além de estar relacionado à transformação de sua função pela configuração do cronotopo do carrinho, também pode ser compreendido através da atividade de catação de materiais recicláveis. Não sendo uma atividade de trabalho regulamentada, essas pessoas são por vezes associadas à figura do vagabundo, termo que é utilizado para se referir à condição improdutiva “de diversas existências desadaptadas à ordem vigente” (CUNDA, 2018, p. 32). A ideia de improdutividade associada a essa população é questionada pelos fragmentos narrativos que compõem essa seção, justamente por demonstrarem que a catação é uma atividade que, além de garantir a

sobrevivência, tem uma função relacionada à separação e ao aproveitamento dos resíduos produzidos na cidade.

Assim, compreendemos a corpografia do movimento das pessoas em situação de rua como uma ação necessária ao habitar-rua. Esse deslocamento, como rompimento às normas que definem a formalidade do trabalho, como tensionamento à noção do habitar que depende de uma propriedade, como busca de sentido à cidade e às suas relações afetivas, estabelece o caminho (a estrada) como um modo dissensual de viver no espaço público urbano.

4.3 O tema-índice da (in)visibilidade: presença-ausência e remoções no espaço público

Em uma das saídas a campo, quando caminhava em direção à marquise da instituição religiosa onde Davi costumava permanecer, encontro-o em frente à loja de roupas masculinas, local em que nos conhecemos. Ele estava bastante apreensivo, com uma expressão de preocupação. Sua poltrona não estava organizada como em outros momentos, configurava-se de forma compacta pronta para ser movimentada. Muitas pessoas passavam por ali, enquanto Davi intervia persistentemente com os pedestres por moedas. Ele relata que a situação estava bastante difícil, pois não vinha conseguindo dinheiro suficiente para se alimentar, e por isso precisava partir para a região do supermercado Carrefour da Avenida Bento Gonçalves, no bairro Partenon (localidade onde moravam alguns familiares aos quais poderia recorrer por auxílio). Durante o encontro, duas situações incrementaram ainda mais na tensão preexistente: uma senhora que passava responde ao pedido de Davi repetindo suas palavras em tom irônico: “você quer um real para o almoço?”. Davi levanta os braços e balança a cabeça demonstrando indignação; a senhora, já de costas, nem o via mais. Em outro momento, um homem que carregava um carrinho com caixas de feira repletas de frutas e vegetais, diz: “levanta daí e vai trabalha!”. Ainda mais irritado,

Davi responde com palavras. O homem segue e entra em um restaurante. No seu retorno, já com o carrinho vazio, joga um sachê de sal que bate no peito de Davi. Foi a gota d'água.

Levantando-se rapidamente, recolhe seus pertences e os coloca nas costas. Seguimos andando por duas quadras em silêncio, até que Davi para e retira os objetos das costas para descansar. Buscando uma forma de retomar a conversa, ofereço auxílio para carregar os volumes; contudo Davi sinaliza que não. Em instantes, recoloca a estrutura nas costas e, demonstrando estar constrangido, me diz: “é isso aí meu amigo, agora você pode seguir o seu caminho!”. Afirmo que sim, respeitando sua decisão. Ao refletir sobre o ato realizado pelo homem, notamos uma ação violenta que desrespeita o modo como Davi busca seu sustento: o mendigar como uma atividade que foge à regulamentação do trabalho, uma existência desadaptada à norma (CUNDA, 2018). Essa perspectiva do não reconhecimento perpassa as regras de receptividade da comunidade para com a situação de rua, evidenciando a dimensão da invisibilidade que é provocada pela sociedade e, como veremos adiante, também reafirmada pelos agentes do poder público. A tentativa de intimidar Davi exhibe o dissenso existente no espaço público, ao qual se evita a possibilidade da presença de tudo aquilo que é diferente, daquilo que estabelece uma zona de confronto à ordem vigente.

O fato de Davi refigurar sua ocupação na calçada e iniciar o deslocamento, expressa uma performatividade configurada por uma experiência atravessada pelo maltrato e desprezo. Essa condição social atribuída ao corpo do habitar-rua anuncia a necessidade permanente de balancear a possibilidade de estar presente (ser/estar visível) e ausente (ser/estar invisibilizado) no espaço. Tanto o tempo-espaço do parar e repousar, como o do deslocar e movimentar, estão permanentemente prefigurados por esse processo. Essa corpografia entre visibilidade e invisibilidade, revela um indício para a reflexão a respeito das práticas de criminalização e interdição do espaço público como espaço possível à vida de quem habita a rua. Nesse sentido, para aprofundarmos o pensamento sobre o tema-índice da (in)visibilidade, traremos um fragmento narrativo dos encontros com Ilhéu.

Localização: estacionamento-ilha Alcatraz, bairro Bom Fim.

RELATO/CENA: [...] ao sentarmos para conversar, pergunto a Ilhéu onde ele costuma dormir, relembrando-o do seu comentário em nosso primeiro encontro, quando disse que a barraca construída no estacionamento-ilha era utilizada apenas por seus cachorros. Ilhéu responde que dorme junto a eles, dizendo que não fala sobre isso porque prefere "ficar invisível".

Fragmento narrativo do diário de campo

Percebemos que a configuração do seu habitar-rua no estacionamento-ilha está atravessada pelo tema-índice da (in)visibilidade. O fato dele ter ocultado que dormia na barraca junto aos cachorros revela a necessidade de não identificar que permanece durante a noite no mesmo espaço onde trabalha, o que indica também um elemento de segurança. Assim, compreendemos que em determinados momentos é necessário que o corpo-território do habitar-rua seja visível pelas demais pessoas que utilizam o espaço público, como é o caso de Davi quando necessita que os pedestres o vejam para auxiliar em seu sustento, e de Ilhéu enquanto trabalha no estacionamento-ilha. Ao mesmo tempo, quando esse corpo-território busca o tempo-espaço do repouso é preferível que esteja invisível, no sentido de preservar/proteger o momento de descanso. É válido lembrar que o fato deles não autorizarem a gravação dos encontros também está relacionado a uma forma de proteção. Essa agência performativa no tema-índice da (in)visibilidade remete a experiências urbanas que compõem a existência na rua, não sendo apenas uma questão de escolha, mas sim de sobrevivência.

Para além dessas ações expressivas agenciadas pela corpografia do habitar-rua envolvendo o processo de (in)visibilidade, abordaremos duas situações de remoção de pessoas em situação de rua do espaço público promovidas por agentes do poder público de Porto Alegre. A prática de remover esses corpos-territórios dos espaços onde habitam realimenta a discussão a respeito do maltrato e desprezo sofridos por Davi, como também problematizam ações desenvolvidas pelos agentes do Estado. Assim, a partir de fragmentos narrativos do diário de campo, apresentamos duas situações específicas: a primeira delas se manifesta pela ausência de

peças em situação de rua no Viaduto Otávio Rocha (espaço comumente ocupado por essa população), o que nos leva a uma reflexão sobre as remoções apoiadas na criminalização da presença do habitar-rua e no discurso de revitalização urbana. A segunda, discute a contemporânea política de concessão dos espaços públicos à iniciativa privada, baseada na remoção de um grupo de pessoas que habitavam a região da Usina do Gasômetro.

Localização: Viaduto Otávio Rocha, Centro.

RELATO/CENA: Caminhando pela Avenida Borges de Medeiros, próximo à Cinemateca Capitólio e em direção ao Mercado Público. Conforme me aproximo do Viaduto Otávio Rocha, me chama a atenção o fato de não visualizar pessoas em situação de rua ocupando o espaço. Caminho por um lado da rua, por baixo dos tradicionais arcos da ostensiva estrutura de concreto, onde vejo apenas pessoas que aguardam nas paradas de ônibus. Atravesso a rua e retorno pelo outro lado, o mesmo acontece. Esse local é frequentemente utilizado por pessoas em situação de rua [...].

Fragmento do diário de campo

O Viaduto da Borges, como é conhecido popularmente o Viaduto Otávio Rocha, é um emblemático cartão-postal porto-alegrense. Nos últimos anos, esse espaço vem sendo alvo de uma importante discussão urbana, tanto por sua arquitetura e relevância cultural, como por ser frequentemente ocupado pela população em situação de rua. Durante o campo de pesquisa estivemos por diversas vezes percorrendo sua estrutura, e conforme narrado no fragmento, a ausência do habitar-rua em seus tradicionais arcos de concreto se constituiu como um indício para nossa reflexão, pois anuncia a prática de remoção dessa população dos espaços públicos da cidade.

Conforme podemos verificar através de notícias veiculadas em jornais da capital (SANDER, 2016²⁰; GOMES, 2017²¹; COIMBRA, 2017²²; FOTOS, 2017²³; LOPES, 2019²⁴), o viaduto vem sendo associado ao discurso do abandono, necessitando de intervenções para sua revitalização e restauração. Dentre os elementos identificados como componentes que denunciam sua degradação está a presença de pessoas em situação de rua. Frente ao panorama que aponta para a necessidade de revitalização desse espaço público, em agosto de 2018, foi realizada uma operação articulada entre a Brigada Militar e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), ação que removeu as pessoas que habitavam o viaduto com o objetivo de liberar o espaço a um evento gastronômico com *food trucks* (GERMANO, 2018).

Segundo declarações do comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar à imprensa, tal ação teria sido movida “para evitar que o espaço ‘vire uma cracolândia no Centro de Porto Alegre’”, afirmando “que ‘ali não havia mais moradores de rua, mas ladrões, traficantes e usuários de drogas’” (MÜLLER, 2018). Em contrapartida, o relato de um guardador de carros a respeito da remoção, dá indícios da violência promovida durante a remoção realizada no viaduto:

Tinha muito pessoal que estava dormindo, eles foram bem agressivos. Só pediram para cada um sair do seu barraco e seguir seu rumo [...]. Não deixaram levar nenhum pertence. Não deixaram chegar nem perto do caminhão, ficaram os caras das Forças Especiais em volta. [...] Falaram para eu ficar quieto na minha, cuidando dos carros. [...] Todo mundo foi corrido, cada um para seu canto, cada um por si. (CANOFRE; FLECK; SANTOS, 2018).

Através desse contexto que envolve o Viaduto Otávio Rocha, percebemos que a presença do habitar-rua tensiona a dimensão pública desse espaço. Com o discurso da necessidade de revitalizá-lo, os agentes do Estado, por meio da segurança pública e do DMLU, realizam uma

²⁰ “Viaduto Otávio Rocha vive dias de abandono”, *Jornal do Comércio* (SANDER, 2016).

²¹ “Viaduto da Borges: sem recursos para revitalização. Local é alvo costumeiro de vandalismo, sofre com infiltrações e, mais recentemente, serve como ponto de moradia improvisada, consumo e venda de drogas”, *GaúchaZH* (GOMES, 2017).

²² “Viaduto da Borges é uma das vergonhas dos porto-alegrenses”, *GaúchaZH* (COIMBRA, 2017).

²³ “FOTOS: Viaduto Otávio Rocha tem aspecto de abandono”, *GaúchaZH* (FOTOS, 2017).

²⁴ “Cartão-postal de Porto Alegre, viaduto da Borges segue sem previsão de restauro”, *G1 RS* (LOPES, 2019).

ação que trata as pessoas em situação de rua como, além de indesejáveis, descartáveis, privando-os do uso do espaço e de seus pertences. A invisibilização acontece tanto pelo ato de remover, em si, como por associar essa população ao uso de drogas, criminalizando-a. A violência provocada passa também pela desconsideração dos objetos-pertences que são tratados como lixo, conforme relata o guardador de carros. É importante assinalar que, aproximadamente uma semana após a violenta ação no viaduto, o jornal *Correio do Povo* (ISAÍAS, 2018) reporta que algumas das pessoas que habitavam o umbral da escadaria passaram a ocupar a Praça da Matriz (local que fica a menos de 500 metros de distância do viaduto), demonstrando que a ação de remoção acaba por somente deslocar, despojar e oprimir essas pessoas.

A situação de rua, como uma experiência que ultrapassa a lógica normativa e consensual de ocupar e viver os espaços da cidade, excede as ações dos agentes do Estado realizadas na região central de Porto Alegre. Assim como nos aponta Rolnik (2019) a respeito do tratamento destinado aos territórios e vivências que transbordam as regras da legitimidade constituídas nas paisagens para a vida, o habitar-rua é foco de remoções realizadas com o emprego da violência e como instrumento de criminalização do uso de drogas. A necessidade de revitalizar o espaço urbano atua como uma maneira de selecionar quem pode ou não estar presente nos espaços públicos. Dessa forma, considerando a relevância cultural e urbana do Viaduto Otávio Rocha, é válido contextualizar historicamente o processo de construção desse cartão-postal, como forma de evidenciar um conflito social que, há décadas, invisibiliza a população negra²⁵ e pobre do centro da cidade.

A construção do viaduto é parte de uma série de modificações urbanas decorrentes do início do século XX. Tanto impulsionadas por transformações político-institucionais, como pela reestruturação econômico-produtiva²⁶, as modificações urbanas nesse período se relacionavam

²⁵ Conforme relatado na pesquisa realizada em Porto Alegre (FASC et al., 2016), 24,6% da população em situação de rua se autodeclara como negra. Somando os autodeclarados como pardos e outras categorias (como, por exemplo, moreno e misto), o percentual da população negra e parda passa de 47%.

²⁶ Entre elas a abolição da escravidão, a Proclamação da República, o crescimento das camadas econômicas médias e a imigração de trabalhadores para atender o emergente campo da indústria e da agricultura

com os desejos da burguesia, que ocupava lugares privilegiados na organização e administração dos projetos políticos no Brasil. Quando os projetos urbanos começaram a se consolidar, os processos de reorganização espacial estavam baseados em paradigmas de embelezamento e higienização, referenciados em modelos europeus (MONTEIRO, 2012). A beleza e a higiene desses padrões, por sua vez, representavam o discurso do “progresso” como tentativa de ordenar o espaço físico e social da cidade, apoiado no ideário positivista e cientificista (SOUZA, 2006).

A impressão no espaço urbano das mudanças político-sociais se caracterizou pela necessidade de legitimação do novo regime político que, em Porto Alegre, se delimitou a melhorias restritas à região central e urbana (VIEIRA, 2017). Em meio aos desejos por uma cidade moderna, estava a necessidade de superar “os modos de vida, hábitos e costumes populares, como o jogo, as tabernas, as habitações coletivas, que não condiziam com a nova ideologia urbana” (VIEIRA, 2017, p. 66). A precariedade material da época era associada não só aos espaços, mas também às pessoas que moravam no centro. A desordem e a imoralidade, os becos e os cortiços, eram frequentemente citados nas páginas de notícias como problemas a serem enfrentados pelo “saneamento moral” da cidade (MAUCH, 1994, p. 9). Nesse sentido, as mudanças urbanas previstas não eram

apenas na forma da cidade [...], mas uma alteração no padrão de ocupação do solo urbano. Os moradores dos cortiços se veem obrigados a deslocarem-se para outras regiões, enquanto que grupos de maior poder aquisitivo irão ocupar os novos prédios construídos no lugar das antigas habitações, sob o estímulo financeiro do poder público. Assim, tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construções, mas também de um novo padrão de moradores para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos. (VIEIRA, 2017, p. 70).

Em meio aos desejos de transformações e remodelações urbanas no Centro da cidade, o Plano Geral de Melhoramentos (1924)²⁷, previa obras iniciadas durante a gestão de Otávio Rocha,

(PESAVENTO, 1991; MONTEIRO, 1995). É importante frisar que a abolição da escravidão é um processo controverso na história do Brasil, a população negra permanece em situação de vulnerabilidade social mesmo após mais de cem anos da assinatura da Lei Áurea (1888).

²⁷ O primeiro plano urbanístico de Porto Alegre.

as quais “terminam de deslocar a população pobre e negra que ainda residia neste espaço” (VIEIRA, 2017, p. 72). Nesse período, a rua existente antes da construção do viaduto era um “estreito beco que subia desde a Rua Gen. Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno” (FRANCO, 2006, p. 77). A estreita via, oficialmente chamada Rua General Paranhos, era denominada popularmente como Beco do Poço, espaço social reconhecido pela presença da população negra (VIEIRA, 2017). O objetivo da abertura da Avenida Borges de Medeiros era amenizar a subida íngreme dos becos, o que reduziria o trajeto para os transportes em bondes e automóveis. Para isso, foi necessário realizar desapropriações nos entornos, o que resolveu o “antigo ‘problema’ estético e moral: o Beco e suas sociabilidades” (VIEIRA, 2017, p. 76).

Dessa forma, o período entre 1920 e 1940 foi marcado por modificações intensas na paisagem urbana do Centro de Porto Alegre, o que afirmava o progresso esperado em contrapartida da remoção e deslocamento de populações específicas. Após a conclusão da obra do viaduto em 1932, para afirmar sua importância arquitetônica e urbana, o mesmo foi reconhecido como patrimônio da cidade no ano de 1988, acrescentando uma gradual preocupação com a sua conservação ao estar associado a conceitos como memória, história e identidade. Como cartão-postal, a robusta e rígida construção histórica do viaduto carrega consigo uma certa nostalgia luxuosa. Contemporaneamente, o enorme umbral formado na calçada da Avenida Borges de Medeiros, é frequentemente configurado como abrigo pelas pessoas em situação de rua, as quais convivem junto aos comerciantes, transeuntes e residentes dos condomínios da região. A presença da população em situação de rua embaixo do viaduto parece incomodar tanto quanto a população que vivia no Beco do Poço. Quando a degradação desse patrimônio arquitetônico é associada à presença do habitar-rua, falamos também desse processo histórico de remoção da população negra e pobre do Centro da cidade.

Fica evidente que o discurso de revitalização urbana é sobrecarregado pelo preconceito associado aos corpos-territórios do habitar-rua, aos quais resta se deslocar até que encontrem outro espaço onde possam permanecer. Para compreendermos como as ações de remoção e o

discurso de revitalização urbana caminham lado a lado com a produção de imagens e discursos que desumanizam e criminalizam as pessoas em situação de rua, relembramos a postagem realizada pelo atual prefeito de Porto Alegre no seu perfil do *Facebook*. O cenário porto-alegrense utilizando na montagem, não por acaso, é o viaduto da Borges. Ao associar a imagem do personagem *zumbi* às pessoas em situação de rua, vincula essa população à imagem de quem não tem direito a possuir desejos próprios, que são corpos sem personalidade humana e que, consequentemente, representam uma ameaça aos cidadãos. Essa representação imagética retira a dimensão de vida da pessoa em situação de rua, pois minimiza sua agência política a um corpo que não sente, que não tem controle sobre si, justificando práticas que violam seus direitos e sua humanidade.

A partir do contemporâneo contexto no viaduto, envolvendo o discurso de degradação e necessária revitalização, somado a procedimentos urbanísticos históricos que provocam o afastamento de populações, práticas e territorialidades específicas do Centro de Porto Alegre, revela-se uma política urbana ainda focada no embelezamento e na higienização dos espaços públicos. As ações de remoção, que ocorrem desde as desapropriações ocorridas no Beco do Poço até a criminalização das pessoas em situação de rua, validam o processo de invisibilização e afirmam o tensionamento provocado por essa população na dimensão pública dos espaços urbanos. A partir da ausência do habitar-rua relatada no fragmento do diário de campo, passando pela ação de apagamento provocada pelo poder público, evidenciamos que esse corpo-território à margem do que é legal/normal atravessa e perpassa o Estado por dentro (ROSA, 2018), colocando em questão as próprias práticas de governo que buscam homogeneizar os dissensos existentes no espaço público.



Imagem 29. Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Localização: Usina do Gasômetro, Centro.

RELATO/CENA: [...] observo um homem que leva consigo um carrinho de supermercado carregado com diversos sacos de lixo e uma pequena caixa que aparenta ser de isopor. Há outro saco branco pendurado do lado de fora, o qual aparenta conter latinhas, além de outros objetos que não identifico. Dois policiais militares o abordam e iniciam uma conversa. [...] um dos policiais se posiciona de frente ao homem com os braços apoiados na cintura [...]. O outro agente de segurança pública que compõe a dupla se afasta e fala em seu rádio. Após alguns minutos de conversa, [...] o homem empurra seu carrinho em direção à calçada que dá acesso à Avenida Presidente João Goulart. Ele está sendo removido do espaço.

Fragmento narrativo do diário de campo

O fragmento narra a remoção de uma pessoa em situação de rua do Parque Urbano da Orla do Guaíba, próximo à Usina do Gasômetro, região da cidade que é bastante frequentada como espaço de lazer. As autoridades de segurança pública removem o homem que destoa daquilo que consideram que deva ser visto. Tal prática invisibiliza uma maneira de habitar a cidade que é preterida como ausente, assim como verificamos no Viaduto Otávio Rocha. Relacionamos a esse fragmento narrativo à ação noticiada pela GaúchaZH (PAGNO, 2018), a qual reporta que 23 pessoas em situação de rua tiveram seus pertences recolhidos em uma ação da Prefeitura ocorrida próxima à Usina do Gasômetro e também na Avenida Goethe.

Na presença da Brigada Militar e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) “dois caminhões foram utilizados para remover os entulhos e os objetos pessoais, que foram encaminhados para um depósito do Departamento Municipal de Limpeza Urbana” (PAGNO, 2018). O secretário responsável pela SMS na época, Erno Harzheim, comenta que “os moradores estavam sendo sondados há dois meses para saírem das ruas e viverem em albergues e também para se cadastrarem em programas sociais da Capital. Como não demonstraram interesse, eles tiveram seus objetos retirados” (PAGNO, 2018). Observamos, mais uma vez, que a remoção dessa população e o recolhimento de seus pertences configuram a ausência de consideração em relação

à sua agência política e cidadã. Fica nítido que a oferta de viver em albergues e o cadastro em programas sociais não são ações suficientes para atender a essas pessoas. A notícia evidencia que os desejos e necessidades de quem habita a rua vai para além do que é oferecido pelas estratégias ofertadas pelos agentes públicos municipais.

A notícia informa ainda que a ação realizada ocorreu “pouco menos de uma semana após a assinatura do contrato entre o poder público e a Uber para a adoção dos parques do trecho 1 da orla do Guaíba. De acordo com Harzheim, a remoção não tem relação com a concessão do espaço à iniciativa privada” (PAGNO, 2018). O secretário complementa dizendo que essa ação faz parte do projeto da prefeitura que prevê, também, “a revitalização dos espaços públicos. Buscamos, com a ação de hoje, reintegrar as praças para a população. A cidade é das pessoas, é de todos.” – diz o secretário sobre a remoção dos pertences dos sem-teto” (PAGNO, 2018). Nesses pontos referidos na reportagem, verificamos a relação do discurso de revitalização dos espaços públicos atravessado pela concessão privada com vistas à reintegração dos mesmos à população, com o descarte das pessoas em situação de rua. Se a cidade é todos, porque a remoção? A qual população se refere o secretário ao citar a reintegração das praças?

A estratégia de concessão de espaços públicos a empresas privadas evidencia o processo de financeirização da cidade vinculado à atuação do Estado (DARDOT; LAVAL, 2017). Tal processo se expressa através das paisagens para a renda (ROLNIK, 2019), que tomam os projetos de reestruturação urbana pela via das remoções e revitalizações como modo de operar na produção contemporânea do espaço. Tal estratégia vem sendo muito prestigiada em Porto Alegre, vide a aprovação da Lei 12.559/19 que autoriza “o poder executivo a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças e parques urbanos” (PORTO ALEGRE, 2019). Dentre outras atribuições prescritas na lei, as empresas que tiverem as concessões formalizadas ficarão responsáveis pela manutenção dos “serviços ambientais, suas funções ecológicas, estéticas e de equilíbrio ambiental” por até 35 anos (idem, 2019). A título de contrapartida, as empresas

concessionárias das praças e parques poderão explorá-los economicamente através da publicidade nos mobiliários e demais equipamentos, além de desenvolver atividade com fins comerciais.

A aprovação da lei passa a permitir, por exemplo, que as concessionárias instalem restaurantes, estacionamentos e outros tipos de atividade comercial, com vistas a explorar o espaço para que o recurso investido nos parques e praças seja recuperado. Conceder o uso de praças e parques às atividades comerciais desenvolvidas por empresas, torna a população que os utilizam em possíveis consumidores. A revitalização dita como reintegradora do espaço público à cidade passa a se interessar pelo perfil de pessoas que tenham poder aquisitivo para consumir, que sejam clientes de serviços oferecidos. Além disso, quando os agentes do poder público promovem remoções sistemáticas de populações específicas dos espaços públicos, está justamente agindo a serviço de empresas privadas que se interessam em administrar os parques e praças da cidade, selecionando quem usa e frequenta esses espaços. É por isso, também, que compreendemos que as pessoas em situação de rua vêm tensionando o sentido de público no espaço urbano. Além de significar a transformação de seus usos para permanecer e habitar, elas refletem a desigualdade social, a incapacidade e o desinteresse dos agentes do poder público em oferecer alternativas às suas necessidades.

Conforme referimos, os projetos de reestruturação urbana se utilizam das remoções e revitalizações como modo de tomar a produção contemporânea do espaço, especializando-se em paisagens para a renda (ROLNIK, 2019). A autora refere que as paisagens para a vida, em contrapartida, são os modos de viver na cidade que desafiam permanentemente o crescimento do mercado e os esforços do planejamento urbano excludente. Podemos compreender que é justamente tal processo que o habitar-rua evidencia, pois tensiona o projeto de transformar o público em espaço concedido ao privado. É importante assinalarmos que a reportagem que noticia a ação de remoção realizada no Orla do Gasômetro (PAGNO, 2018) foi realizada em setembro de 2018, quatro meses após o lançamento do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua em Porto Alegre. Os programas sociais referidos pelo secretário de saúde da época, recusados pelas pessoas removidas, dizem respeito às ações deste Plano. Lembramos que, conforme

abordamos na introdução, está dentre os eixos estratégicos do Plano a Revitalização do Espaço Urbano (PORTO ALEGRE, 2018b).

Em que medida as remoções atuam como uma forma de selecionar o público que poderá consumir e frequentar esses espaços privatizados? Ao associarmos o fragmento narrativo (que relata a remoção do homem que ocupava o parque público) e a notícia que informa o grupo de pessoas também removido ao discurso de revitalização e de concessão privada, fica evidente a existência de um projeto urbano que apaga a população em situação de rua dos espaços ocupados. As remoções, além de invisibilizar e realimentar o processo de estigmatização, provocam o apagamento das pessoas que fazem da rua um espaço de existência, desconsiderando as vozes e a experiência de um modo de vida que está à margem. O eixo de Revitalização Urbana do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua aparece, assim, como protagonista das práticas de planejamento que buscam homogeneizar o espaço público sob a lógica da renda. O habitar-rua, tanto em seu tempo-espaço do parar-repousar (referente à situação do viaduto Otávio Rocha) como no tempo-espaço do movimentar-deslocar (referente ao homem que estava na orla do Gasômetro), anunciam um modo de vida que experiencia a cidade de maneira dissensual. A presença desse corpo-território confronta o projeto urbano que se diz revitalizador e reintegrador dos espaços públicos.

Através do tema-índice da (in)visibilidade, compreendemos que o corpo-território do habitar-rua vivencia o espaço público balizando sua presença-ausência entre poder ser-estar visível, poder ser-estar invisível e ser invisibilizado. As duas primeiras situações, conforme verificamos a partir das vivências narradas por Davi e Ilhéu, anunciam a agência das pessoas em situação de rua quando é necessário que sejam visíveis no desenvolvimento de suas atividades de sustento. Quando Ilhéu opta por não referir que dorme na barraca configurada no espaço onde trabalha, revela-se a invisibilidade como forma de proteção. Contudo, a terceira situação, anuncia um processo provocado tanto pela sociedade como pelos próprios agentes do Estado. Através do momento vivenciado com Davi (em que um homem provoca sua permanência na calçada o constringendo e o agredindo), dos fragmentos narrativos que relatam a ausência no Viaduto

Otávio Rocha e da remoção na Usina do Gasômetro, ser invisibilizado aparece como uma prática associada às remoções, ao projeto de revitalização urbana e à concessão privada dos espaços públicos, processo que é atravessado pela criminalização desse modo de vida.

Especificamente relacionado à invisibilidade provocada, compreendemos que alguns agentes do poder público criminalizam a presença de pessoas em situação de rua por associá-los ao uso de drogas, tratando seus corpos e seus pertences como descartáveis. Além dessas ações reforçarem o estigma produzido a essa população, elas deslegitimam estas existências humanas na cidade ao renunciarem seus direitos como cidadãos. O habitar-rua, como um modo de viver que confronta o uso do espaço público e que questiona o projeto de revitalização urbana excludente e consensual, demonstra o processo histórico de remoção da população negra e pobre da região central de Porto Alegre. Além disso, as ofertas promovidas pelo Plano Municipal de Superação da Situação de Rua da capital se revelam insuficientes, tanto por estarem vinculadas às remoções sem a oferta de alternativas habitacionais²⁸, como por tratar dessa existência como algo a ser superado (conforme o próprio nome do Plano refere). Compreendendo o público como espaço dissensual, a performatividade política das pessoas que habitam a rua acaba por colocar em xeque o modelo político urbano vigente, excludente, neoliberal e consensual.

²⁸ Conforme verificado em notícias dos jornais Sul21 (GOMES, 2019) e Correio do Povo (BUELLER, 2019), as quais informam a respeito dos problemas enfrentados pelo Programa Moradia Primeiro (eixo estratégico 2 do Plano Municipal de Superação da Situação e Rua).



Imagem 30. Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

4.4 O tema-índice dos (des)encontros: tempos-espacos dissonantes

Ao longo do território de pesquisa, o (des)encontro tomou uma importância considerável na reflexão a respeito do habitar-rua. Essa relação espaço-temporal é determinada pelo próprio corpo-território da pessoa em situação de rua que, parado ou em movimento, está constantemente se refigurando. Nesse sentido, o (des)encontro foi um tema-índice decantado dos fragmentos narrativos, abrindo a possibilidade de discutir a respeito dessa dissonância, dessa diferença entre os modos de vida privado e os modos de vida e de expressão do habitar-rua.

Após o último encontro com Davi, em que acompanhei a situação provocada pelo homem que questiona sua presença na calçada, não o vi mais pelos espaços em que comumente ocupava. Dessa forma, partindo do bairro Bom Fim, decidi caminhar até o supermercado Carrefour da Avenida Bento Gonçalves (bairro Partenon), local indicado como uma referência do seu território-rede. Haviam muitos percursos possíveis de serem realizados entre esses pontos localizáveis no mapa, e nesse entre possibilidades, busquei possíveis umbrais pelos quais ele poderia estar parado, repousando ou intervindo com os pedestres por moedas.

Mesmo conhecendo um pouco a respeito de como Davi configurava o seu cronotopo do umbral, não o encontrei. Nessa oportunidade estávamos em movimento atuando no tempo-espaço do deslocar procurando pelo tempo-espaço do parar, na mesma medida em que sabíamos que Davi também poderia estar se movimentando. Durante o caminhar procurávamos nas marquises de lojas e condomínios, nas paradas e terminais de ônibus, nas passarelas, nos viadutos e nas calçadas. Esse desencontro produziu uma reflexão a respeito de quanto o habitar-rua não é localizável, do quanto essa corpografia pode ser efêmera e também expressa pela dimensão da ausência. Não havia endereços de referência e tempos cronológicos que pudessem determinar seu posicionamento.

A corpografia do habitar-rua vive um tempo-espaço que não opera sob as mesmas circunstâncias que o tempo-espaço de quem é domiciliado, revelando experiências urbanas

dissensuais: o corpo-território da pessoa em situação de rua e o corpo-território de quem possui uma residência privada como ponto de referência. Assim, traremos alguns atravessamentos de outros desencontros vivenciados no território da pesquisa, especificamente os acontecidos com Serrano.



Imagem 31. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Localização: bairro Bom Fim em direção à Avenida Farrapos.

RELATO/CENA: [...] É cedo da manhã (6h30) e pouco conheço da Avenida Farrapos (ao menos caminhando). [...] Muitos prédios comerciais/industriais, vários deles em desuso. Sinto um desconforto tremendo, há poucas pessoas na rua [...]. A calçada é estreita. [...] Chegando na agência bancária fico alguns instantes sentado do outro lado da rua, observando. [...] Não avisto Serrano. [...] Decido retomar a caminhada porque não me sinto confortável ali parado. Atravesso a rua e caminho em direção bairro-centro, procurando o Centro POP²⁹. [...]. Ao mesmo tempo que sei onde estou, me sinto perdido. [...] Com o auxílio do *Google Maps* encontro o endereço do Centro POP. Passando em frente, vejo muitas pessoas aguardando atendimento. Conforme caminho, mais devagar, muitas me olham desconfiadas [...]. Percorro a quadra da Rua Bento Martins até a Rua Voluntários da Pátria (e nada de Serrano). Dobro à esquerda e outro choque de estranhamento: "O que eu tô fazendo aqui?", penso. A rua estava ainda mais vazia, de um lado o muro de uma indústria/empresa, do outro uma estação de energia elétrica cercada por uma grade de concreto. [...]. Minha decisão foi retornar ao Centro da cidade, onde eu poderia me sentir melhor (mais seguro, onde conheço). [...]

Fragmento narrativo do diário de campo

Conheci Serrano durante uma reunião do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), onde conversamos pela primeira vez. Ele estava com seu carrinho de reciclagem, muito peculiar pela sua cor cinza-metálica e pelas duas rodas de bicicleta com tamanhos diferentes. Durante nossa conversa, Serrano demonstrou interesse em ser um participante da pesquisa, aceitando a possibilidade de acompanharmos seu trabalho como reciclador. Na oportunidade, ele comenta que costuma permanecer na região da Avenida Farrapos, onde dorme no umbral de uma agência bancária. Complementa que costuma levantar cedo para iniciar sua rotina de trabalho, indicando que, por vezes, antes de iniciar suas caminhadas, acessa o Centro POP para tomar banho e café da manhã. Assim, deixamos combinado que na próxima segunda-feira nos encontraríamos

²⁹ O Centro POP, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, é um serviço de Proteção Especial de média complexidade da Política Nacional de Assistência Social.

em frente à agência nas primeiras horas da manhã, para então acompanhar seu deslocamento pelos espaços em que faz a catação de materiais recicláveis.

Busquei por encontrar Serrano em duas oportunidades, nas quais me desloquei do bairro Bom Fim até a Avenida Cristóvão Colombo utilizando a linha de ônibus T5. Dali, segui a pé até a região da agência bancária indicada. Mesmo tendo delimitado uma localização aproximada onde poderíamos nos encontrar, a minha rotina regrada no tempo e no espaço não se sobrepôs à rotina de Serrano, indicando dissonâncias entre as nossas experiências na cidade. Essa dissonância acontece tanto pela não existência de um domicílio como referência habitacional, como pelas diferenças entre as nossas experiências urbanas, que se espacializam de modo diverso ao longo do espaço público. Ao desencontrar Serrano, compreendemos que a grafia do corpo de quem habita a rua vai além da lógica do corpo de quem experiencia a cidade tendo como ponto de referência uma residência fixa e localizável em um ponto específico no mapa: o corpo-território da pessoa que faz da rua seu espaço de existência, diluindo-se ao longo do espaço público.

Se tomarmos a residência privada (a casa) como símbolo do habitar, a corpografia das pessoas domiciliadas é delimitada a partir desse ponto que é central para qualquer distância (BOLLNOW, 2008). Com base nesse local fixo, desenvolvemos nossos territórios ao longo dos espaços públicos, sabemos facilmente as distâncias e a duração dos percursos a serem transitados. Contudo, considerando que o habitar-rua se configura em territórios móveis, flexíveis, esse ponto referencial será impermanente. É nesse sentido que sua corpografia se manifesta a partir de experiências que superam a perspectiva domiciliar como normativa das distâncias a serem percorridas. Para o território de pesquisa, os desencontros entre as nossas experiências anunciou o quanto seria necessário estar em campo, em ato, produzindo tempos e espaços possíveis aos encontros. Estes não seriam com horário marcado nem lugar definido, sempre no risco de acabar em desencontros, na inconstância do relógio e dos endereços marcados no mapa.

Localização: Avenida Farrapos, bairro Floresta.

RELATO/CENA: Novamente não avisto Serrano utilizando o umbral da agência bancária. [...] Início uma caminhada em direção centro-bairro. Em determinado momento saio da via principal (Avenida Farrapos) e adentro o bairro. Há muitos imóveis de empresas/indústrias, longos e demorados muros, portões altos, sistemas de segurança. [...] Poucas pessoas se locomovem a pé nesta região. Em determinado momento avisto um homem carregando um carrinho, e decido ser levado por ele. Chego na Vila dos Papeleiros, na Rua Voluntários da Pátria. Há uma grande concentração de materiais recicláveis, lixos e restos de eletrodomésticos, uma organização espacial não comum aos espaços que venho acompanhando no campo de pesquisa. [...] Algumas pessoas dormem no chão da rua, em cima de papelões e em barracos construídos dos mais diversos materiais. Elas me olham desconfiadas. [...] Caminho pela Voluntários da Pátria em direção ao Centro. Me deixa curioso o nome "Voluntários da Pátria": Porque voluntários? Quem eram os voluntários da Pátria?

Fragmento narrativo do diário de campo

Ao desencontrar Serrano pela segunda vez, decidi realizar uma deriva pelo bairro Floresta. Saindo da densidade existente na Avenida Farrapos, provocada pelo ritmo dos automóveis e pelo caminhar apressado dos transeuntes, adentro ao bairro. Parte da insegurança sentida ao caminhar nessa região é causada pelos longos muros das empresas e indústrias, o que cria um obstáculo à segurança dos pedestres. As guaritas, grades, arames farpados, câmeras de segurança e cercas elétricas protegem o privado, reforçando suas fronteiras com os espaços públicos. Passando algum tempo da caminhada praticamente solitária pelas ruas, sou levado pelo homem até a Vila dos Papeleiros na Rua Voluntários da Pátria, região marcada pela ocupação de pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.



Imagem 32. Fonte: Arquivo pessoal (2019).

O atravessamento experienciado no percurso pela Rua Voluntários da Pátria advém da contrastante configuração socioespacial referente ao seu percurso ao longo do bairro Floresta, quando comparado ao seu trecho pertencente ao Centro da cidade (próximo do Terminal Conceição). No primeiro caso, diversas pessoas sobrevivem da catação, habitando na rua e em barracos construídos com os mais diversos materiais. Também me chama a atenção os olhares desconfiados das pessoas, dando a sensação de que eu era alguém que os vigiava (imagino que seja consequência de quem tem sua presença sempre em risco). Em contrapartida, no percurso da Rua Voluntários da Pátria pertencente ao Centro, as cenas são compostas por comerciantes, ambulantes, falas tumultuadas, pontos de ônibus, edifícios comerciais, também entremeados pelo habitar-rua – nesse caso, a sensação é de estar diluído em meio à multidão. Tendo percebido os ritmos díspares ao percorrer esta rua, realizamos uma pesquisa a respeito da origem do seu nome, conforme a pergunta que emergiu no desencontro com Serrano.

O termo Voluntários da Pátria foi designado por um Decreto Imperial durante a Guerra do Paraguai, ocorrida no final do século XIX (1864 – 1870), o qual buscava reforçar o corpo efetivo das forças militares do Exército Brasileiro. Na época, o Exército Imperial apresentava uma difícil condição para a guerra na fronteira sul do país, devido à fragilidade de suas forças armadas. “O envio do Corpo de Polícia, dos Esquadrões de Infantaria, Cavalaria e das Tropas de 1ª Linha requisitadas [...] não foram suficientes para combater o exército do Paraguai” (RODRIGUES, 2001, p. 70), havendo a necessidade de criar forças complementares ao Exército.

O despreparo para a guerra no Brasil era de homens-soldados e de materiais de toda espécie, que pudessem auxiliar na sustentação de uma guerra. Diante das dificuldades, o governo Imperial encontrou como solução o envio para as fronteiras do sul, dos contingentes da Guarda Nacional, dos Voluntários da Pátria e do recrutamento forçado. A primeira tratava-se de uma corporação existente desde o período da Regência e disperso por todo o território brasileiro, o segundo, criado especificamente para a guerra que ora enfrentava o Brasil e, por último, o recrutamento o qual sempre recorreu o Império para completar os quadros de suas forças militares. (RODRIGUES, 2001, p. 70-71).

Diante das dificuldades, o decreto apelava para o sentimento patriótico do povo brasileiro que, com a imagem daqueles que voltavam feridos e mutilados da guerra (quando voltavam), foi

desencorajado. A partir daí, as novas levas de voluntários se formaram “à corda, caçados a cachorro, ao passo que muitos ‘de peitos largos’ eram isentos” (RODRIGUES, 2001, p. 10). As ameaças das autoridades diante da convocação forçada de indivíduos que tivessem como única opção as filas de voluntários, lhes garantia algumas vantagens³⁰ ao contraponto do recrutamento – o qual não oferecia privilégio algum. A questão, como trazida por Rodrigues (2001), é que a guerra se voltou “contra os escravos que podiam ser vendidos para a guerra ou libertados com o mesmo fim” (p. 11). Em nome de uma suposta liberação das pessoas escravizadas recrutadas de forma não voluntária, uma estratégia racista, violenta e pouco exposta, esteve envolvida na guerra: “entre outros tantos interesses, há um acordo tácito dos exércitos e dos governantes de colocarem negros e índios a enfrentarem-se no campo de batalha, como implementação de uma política étnica em nome de um branqueamento colonizador” (BITTENCOURT, 2016, p. 96).

Percebemos que o voluntariado esteve muito associado a ações forçadas pelo Império brasileiro em relação a um contingente específico da população. Ainda assim, com o passar do tempo, o termo voluntários da Pátria passou a ser utilizado como uma maneira de homenagear o contingente de pessoas que lutaram na guerra. Em Porto Alegre, conforme podemos verificar nas tradicionais placas azuis em ferro esmaltado que indicam o nome de algumas ruas porto-alegrenses, encontramos a inscrição: “Rua Voluntários da Pátria. Homenagem feita, em 1870, aos heroicos batalhões de voluntários que marcharam para a guerra contra o Paraguai” (PASSOS, 2019, p. 204).

Na deriva entre a Avenida Farrapos e a Rua Voluntários da Pátria, guiado pelo catador de materiais recicláveis, podemos verificar a configuração de uma área praticamente deserta de pedestres, hostilizada pelos longos muros em um ambiente constituído pelos antigos galpões e atualizado pelas câmeras de segurança que protegem as propriedades. Próximo à Vila dos Papeleiros, as ruas se misturam com uma margem urbana ocupada por pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, assim como pelo acúmulo de materiais que configuram os

³⁰ Aos voluntários eram oferecidos 300 réis por dia, além de uma quantia para as famílias dos soldados que morressem em combate (RODRIGUES, 2001).

barracos construídos por papelões e restos de eletrodomésticos. Ao direcionar a caminhada em direção ao Centro, podemos ver um espaço onde estão presentes diversas pessoas com carrinhos, utilizando os antigos sobrados como ponto de recolhimento dos materiais catados na cidade. Compreendendo que as corpografias que compõem esse território estão à margem da produção formal e das lógicas de planejamento, nos perguntamos: são eles os contemporâneos voluntários da Pátria?

Considerando que habitar-rua vivencia o espaço público como uma forma de sobreviver, compreendemos que essas pessoas não são voluntárias de Pátria alguma, tal como os combatentes homenageados da Guerra do Paraguai. Estendendo o entendimento de Pátria a um Estado contemporâneo que invisibiliza as pessoas em situação de rua através de remoções, esses corpos permanecem à margem, sem o direito de acesso a outras possibilidades (a habitação, a saúde, a assistência social, ao lazer, ao trabalho, por exemplo). As pessoas em situação de rua que ocupam a atual Rua Voluntários da Pátria, são recrutadas pela invisibilização de suas necessidades mais básicas, são os (in)voluntários de um contexto público urbano focado em interesses privados. A guerra, no momento presente, não é por um território-nação, mas sim por um território de sobrevivência associado a uma lógica de planejamento que busca apagar determinados corpos-territórios da dimensão pública do espaço urbano. Esse processo de apagamento, espelhado na formação dos exércitos de involuntários, faz parte de um processo histórico e político de desigualdade social, atravessado pelo racismo e pela violência.

O desencontro com o corpo-território das pessoas em situação de rua reafirmou que sua vivência é acima de tudo corporal, sendo o suporte que lhe resta, “sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade” (FRANGELLA, 2004, p. 61). Em certo sentido, essa população permanece contingenciada a viver nos espaços públicos da cidade, fadados ao deslocamento permanente “pela cidade olhando para esta como se estivesse de fora e a apreender a grande escala de seus projetos arquitetônicos a partir das grades que o obstruem” (FRANGELLA, 2004, p. 64).

O índice do (des)encontro se manifesta na medida em que os encontros com os participantes não aconteceram, mesmo que eles fossem previamente combinados. Essa transversalidade decantada dos fragmentos narrativos, pode ser também inspirada no significado metafórico dos cronotopos do encontro e da estrada. No cronotopo do encontro predomina a matriz temporal (BAKHTIN, 1988), é onde acontece uma espécie de nó ou ponto culminante da história (CARON et al., 2019). Por sua vez, na estrada “cruzam-se num único ponto espacial e temporal os caminhos espaço-temporais das mais diferentes pessoas [...] podem se encontrar por acaso, as pessoas normalmente separadas pela hierarquia social e pelo espaço, podem surgir contrastes de toda a espécie” (BAKHTIN, 1988, p. 349-350).

Considerando o caráter dialético do encontro, o ponto culminante nesta cartografia é justamente o desencontro com as temporalidades e espacialidades das pessoas em situação de rua. Esse tema-índice anuncia que a confrontação agonística estabelecida pelo habitar-rua reverbera por um desencontro que é dado em diversas instâncias: com o eu-pesquisador, com a dicotomia público-privado e com as ações excludentes do planejamento. O desencontro nos fez dar-se conta da própria corporalidade do pesquisador, como algo que tensiona o modo de fazer pesquisa. Como produzir uma reflexão com pessoas que se quer encontramos? Graças às características relacionais e de acesso aos fluxos processuais da narrativa e à atitude da lógica de hódos-metá da cartografia, podemos refigurar a experimentação no território da pesquisa como uma atitude que parte do princípio de considerar o dissenso, de validar a complexidade do habitar-rua.



Imagem 33 – Cartografias narrativas em cronotopos e temas-índice.
Fonte: Elaborada pelo autor em parceria com Letícia Durlo (2020).

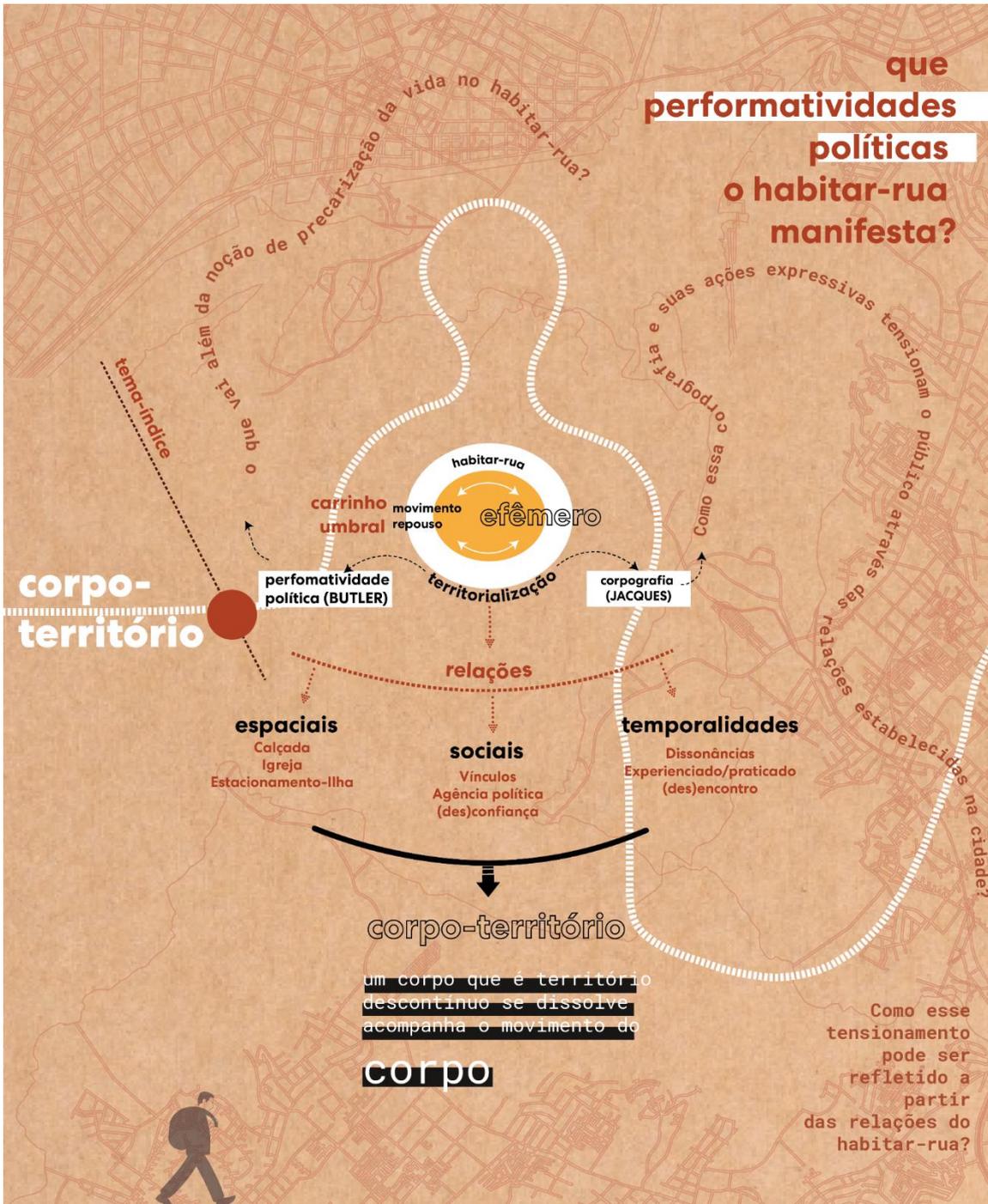


Imagem 34 – Cartografias narrativas na dimensão do corpo-território.
 Fonte: Elaborada pelo autor em parceria com Leticia Durlo (2020).



5. CONSIDERAÇÕES À DIFERENÇA

Imagem 35. Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

O período decorrido no território de pesquisa, prefigurado a partir da narrativa como perspectiva teórico-metodológica (CARON, 2017) e da cartografia como pesquisa intervenção (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), possibilitou uma experiência de imersão no espaço público e na relação com as pessoas em situação de rua. O processo se caracterizou pela intensidade das trocas de forças produzidas no (des)encontro, no compartilhamento de mundos, entre o eu e o outro. Tal intensidade foi percebida quando a pesquisa e a minha vida particular não mais se separavam: todas as vezes que saía de casa, fosse para realizar qualquer atividade cotidiana, o olhar de pesquisador-cartógrafo tomava o meu corpo, um modo de estar e experienciar o espaço urbano que passou a compor as minhas vivências. Um exemplo disso, foi a situação relatada sobre o homem removido do Parque Urbano da Orla do Guaíba (seção 4.3). Enquanto eu aproveitava o momento de repouso em um domingo no parque, acompanhei a abordagem dos policiais à pessoa em situação de rua. Ao passo que o meu descanso era permitido, a presença do outro era requerida como ausente, um desencontro anunciado pela remoção da corpografia e da temporalidade de alguém que tensiona quais corpos e práticas são possíveis nos espaços públicos.

Conforme os encontros com os participantes foram se constituindo, o território de pesquisa se expandiu do Centro para outros bairros (Bom Fim, Floresta e Partenon), o que aconteceu conforme a necessidade de acompanhar o movimento dos tempos-espacos habitados da rua. Os vínculos estabelecidos com Davi e Ilhéu demandaram uma abertura à escuta, às trocas e conversas, sendo requisitado o aprendizado de lidar com os desencontros, com as ausências e com as dissonantes temporalidades apresentadas pelo habitar-rua. Assim, a narrativa intermediou a produção de conhecimento pelo acesso à narração de histórias e memórias que envolviam relacionamentos, desconfianças, ausências e presenças; pelo acesso à percepção das corpografias (BRITTO; JACQUES, 2008) desses corpos em contato direto com o chão das calçadas, na busca

incansável por constituir redes confiáveis de vínculos e em deslocamentos ao longo da cidade; e, ainda, pela legitimação da performatividade política (BUTLER, 2019) das pessoas em situação de rua³¹, estabelecida nas cenas em que sua presença contrasta com os imóveis em desusos e com as ações de remoção promovida pelos agentes do Estado. Dessa forma, a experiência cartográfica associada à narrativa nos conectou com o espaço urbano através de uma experimentação no plano coletivo e público, nos levando a considerar a situação de rua como um modo possível de (re)existir na cidade.

O processo de pesquisa ocorreu através das três mímeses de Ricoeur (1994; 2002), sendo prefigurado pela experimentação no espaço público, configurado nos registros do diário de campo, e refigurado nas escritas das cartografias narrativas. Esse processo em espiral nos fez conviver com as corpografias do habitar-rua, o que possibilitou anunciar as expressões das pessoas em situação de rua como uma prática constituída de sentidos que agenciam o tempo e o espaço de forma intrínseca, visibilizando-as como dissonantes e, ao mesmo tempo, constituintes da cidade.

A leitura do *corpus* narrativo revelou a intriga expressa pelas mensagens polifônicas de cada situação vivenciada. Para exemplificar, podemos citar a pouca receptividade dos participantes à presença do pesquisador interessado em conversar sobre as condições cotidianas do habitar-rua. Especificamente com Ilhéu, que sempre questionava a razão da procura por conversarmos, compreendemos que a dialética da desconfiança referia ao seu processo de constituir as redes que permitiam o habitar no estacionamento-ilha e, principalmente, da fragilidade desta estabilidade. Uma vez que as relações territoriais das pessoas em situação de rua são atravessadas por temporalidades distintas da lógica normativa de disciplinamento espacial e temporal, a síntese do heterogêneo (a intriga) significou reunir as tramas de acontecimentos em concordâncias e discordâncias. Nosso desafio foi configurar a inteligibilidade e a

³¹ Vale referenciar os movimentos e coletivos que desenvolvem ações políticas e sociais que partem da agência da população em situação de rua: o Movimento Nacional da População de Rua/RS e o Jornal Boca de Rua.

intertextualidade dos fragmentos narrativos, aproximando a experiência no território e a pergunta de pesquisa: como as narratividades das pessoas em situação de rua, em seus aspectos temporais e espaciais, revelam o tensionamento da dimensão pública do espaço urbano? Para isso, foi necessário um distanciamento do período em campo.

O processo de escrita das cartografias foi realizado, praticamente em sua totalidade, durante a pandemia do novo Coronavírus. Esse fato influenciou toda a leitura do diário de campo, fazendo com que a produção das cartografias narrativas fosse atravessada por uma sensação de aflição. Pelo fato de reconhecer que a população em situação de rua estava submetida a mais um elemento de vulnerabilidade: proteger-se em casa ou ter acesso à água e sabão não são possibilidades. O caminho para ressignificar a escrita, levando em consideração o momento presente, passa pela intenção de visibilizar a rua como possibilidade à existência, no sentido de sensibilizar o campo acadêmico do Planejamento Urbano para que se considere o habitar-rua como agente político ativo no entendimento e no desenvolvimento de ações na (para a) cidade.

Nosso exercício se deu na busca de elementos e relações emergidos do *corpus* narrativo através dos cronotopos (BAKHTIN, 1988) e dos temas-índice (BARTHES, 2011; CARON, 2017). Para que isso fosse possível, foi necessária a produção de conexões entre as histórias narradas, os lugares e os personagens, abrindo-se “às ambiguidades próprias das relações entre o sujeito e seu entorno por meio da experiência vivida” (CARON, 2017, p. 141, tradução nossa). Assim, utilizamos os substratos metafóricos dos cronotopos do umbral e do carrinho, como também dos temas-índice da (in)visibilidade e do (des)encontro. Ainda, a dimensão do corpo-território atuou como um atravessador de toda a reflexão, anunciando que o território do habitar-rua se estabelece através do próprio corpo da pessoa em situação de rua em permanente deslocamento, e sem a prerrogativa de fronteiras estabelecidas pela propriedade (do espaço privado e íntimo).

O cronotopo do umbral pôde ser visualizado através da heterogeneidade de ocupações do espaço público no tempo-espaço do parar-repousar: na ocupação de Davi na marquise da instituição religiosa, na ocupação de Ilhéu configurada ao longo de 6 anos de trabalho no

estacionamento-ilha, nos fragmentos narrativos da fachada do imóvel desocupado na Rua Voluntários da Pátria, na cena da calçada composta pela pessoa que dormia próximo às grades de arquitetura hostil e das ocupações no Terminal Conceição. Uma vez que o habitar-rua configura práticas expressivas que são íntimas e individuais fora da propriedade como referência domiciliar, verificamos aquilo que seria destinado ao espaço privado – particular, individual, secreto e fechado (MOUFFE, 2013) – acontecendo no espaço público. O habitar-rua rompe com a casa (o privado) por desenvolver modos de habitar os espaços da rua, atribuir sentidos, criar relações e aprofundamentos na espacialidade pública.

Através das corpografias no cronotopo do umbral se estabelece uma crise, uma ruptura, um desdobramento nas dicotomias público-privado, aberto-fechado, dentro-fora, visível-invisível, manifesto-íntimo. Nesse sentido, a ocupação de Davi na marquise da instituição religiosa, a barraca de Ilhéu no estacionamento-ilha e a cena do homem que dormia na calçada próximo a grade de arquitetura hostil, evidenciam a configuração de relações expressas no espaço da rua através de territórios efêmeros caracterizados pela criação de sentidos, denotando ao espaço público uma ideia de abrigo, refúgio, mesmo sem garantir a segurança e a privacidade. A temporalidade dessas ocupações asseguram a presença do habitar-rua até serem avisados que não são bem-vindos, ou até serem removidos, despojados.

Além disso, é no umbral habitado pelas pessoas em situação de rua que sucederam a maior parte dos encontros entre nós (o eu-pesquisador, os participantes e suas experiências urbanas), convocando a essa zona de confronto e dissenso a possibilidade das relações de alteridade, em que a existência do outro provoca um estranhamento as normas dicotômicas pela via da narrativa.

O cronotopo do carrinho, por sua vez, demonstra indícios de que o território do habitar-rua se apresenta de forma descontínua, em rede, formando-se e dissolvendo-se permanentemente. Nesse sentido, o corpo-território da pessoa em situação de rua se compõe em movimento, o que está relacionado tanto ao sustento, aos vínculos e rompimentos entre os próprios companheiros de vivência, como também das condicionalidades estabelecidas pelos espaços privados, as quais possibilitam e restringem os usos de suas fronteiras com o público. O deslocamento é uma

circunstância que ocorre nos processos de territorializações e disputas pelos espaços onde se depositam os materiais recicláveis, o que remete a uma temporalidade em rede relacionada à catação da sobrevivência. Além disso, a catação de materiais recicláveis tensiona a norma estabelecida pela regulamentação do trabalho, rompendo com a ideia de improdutividade associada a essa população. Quando trabalhamos a narratividade do habitar-rua através do tempo-espaço do carrinho, colocamos em questão a circunscrição estabelecida pela propriedade privada, anunciando que pessoas em situação de rua fazem da temporalidade do caminho o seu modo de habitar o mundo, a cidade.

Foi a partir da cartografia do cronotopo do carrinho que presenciamos a cena que nos remeteu ao atravessamento relacionado às construções dos gêneros masculino e feminino, temática que permanece como provocação a pesquisas futuras. Na referida cena, o espaço territorializado pela mulher que realizava a separação dos materiais recicláveis no contêiner era respeitado pelos demais catadores que passavam pelo local. Ainda assim, vemos como necessária a problematização da relação entre gênero, situação de rua e espaço público, principalmente por sabermos que as mulheres em situação de rua precisam produzir táticas específicas (e diversas em relação aos homens cisgênero) para sobreviver às situações e violências que estão diretamente relacionadas ao corpo, à sexualidade e ao cuidado dos filhos (QUIROGA; NOVO, 2009; FRANGELLA, 2004).

O tema-índice da (in)visibilidade permite compreender que o corpo-território das pessoas em situação de rua ocupa o espaço público balizando sua presença-ausência entre poder ser-estar visível, poder ser-estar invisível e ser invisibilizado. As duas primeiras situações anunciam a agência dessa população quando é necessário que estejam visíveis no desenvolvimento de suas atividades de sustento, o que é realizado por Davi nas tentativas por conseguir dinheiro dos transeuntes e por Ilhéu no desenvolvimento do seu trabalho no estacionamento-ilha. No momento em que Ilhéu escolhe não referenciar que dorme na barraca configurada no espaço do estacionamento, nos é indicado a invisibilidade como forma de garantir proteção, não sendo apenas uma questão de escolha, mas sim de sobrevivência. No entanto, a terceira situação, fala de

um processo causado tanto pela sociedade como pelos agentes do Estado. Ser invisibilizado aparece como uma prática associada ao constrangimento da presença do habitar-rua (como aconteceu na cena com Davi enquanto mendigava), como também através das ações de remoção, dos projetos de revitalização urbana e da concessão privada dos espaços públicos (conforme verificamos nos fragmentos narrativos que relatam a ausência no Viaduto Otávio Rocha e a remoção do homem na Usina do Gasômetro). Essas ações promovidas pelo Estado, além de reforçarem o estigma relacionado a quem habita na rua, deslegitimam estas existências humanas e destituem seus direitos da condição de cidadãos.

Nesse sentido, o habitar-rua confronta o uso do espaço público e questiona os projetos urbanos, os quais se constituem historicamente pela remoção da população negra e pobre da região central de Porto Alegre. Os projetos urbanos e os agentes do Estado estabelecem as normas de ocupação do espaço público, criam a referência de quem e como se pode viver na cidade. Todas aquelas existências que extrapolam a norma, são apagadas, desconsideradas. A invisibilidade se coloca como uma forma de precarização da vida (BUTLER, 2019), por tornar a população em situação de rua sujeita às ações de remoção. O apagamento desse modo de habitar a cidade à margem das normas, invisibiliza a performatividade política (BUTLER, 2019) do habitar-rua, o que expressa que sua (re)existência tensiona o modelo político urbano excludente. O governo municipal, por meio do eixo de Revitalização Urbana do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, da aprovação da lei que concede a administração de espaços públicos à iniciativa privada e das ações de remoção, desenvolve práticas que favorecem a lógica da renda (ROLNIK, 2019). A lógica da vida, em contrapartida, representa algo a ser superada, homogeneizada e removida do espaço público.

A partir da (in)visibilidade, identificamos outras duas temáticas que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras. A primeira delas, é sobre a correlação histórica entre as práticas de reestruturação urbana e a remoção da população negra e pobre das áreas centrais da cidade. Esse modo de operar, racista e estruturante, evidencia a necessidade de problematizar a relação entre políticas urbanas, raça e população em situação de rua. A segunda, seria uma análise

aprofundada do Plano Municipal de Superação da Situação de Rua, principalmente os seus eixos estratégicos relacionados à Qualificação da Abordagem, ao Moradia Primeiro e à Revitalização do Espaço Urbano. Os materiais encontrados que o descrevem, duas apresentações em formato *PowerPoint*, apresentam sua proposta através de tabelas e diagramas, não contendo textos descritivos que contextualizam suas referências conceituais, nem mesmo que caracterizam de forma aprofundada a população em questão. Nesse sentido, tanto pela carência de informações, como pelo fato do nosso trabalho se dedicar a uma leitura narrativa sobre o espaço urbano (e não pela via da análise de planos e políticas públicas), consideramos relevante que estudos futuros possam ampliar ainda mais a problematização do Plano e das ações que visam a sua implementação.

Através do tema-índice do (des)encontro reforçamos que o corpo-território do habitar-rua confronta as rotinas temporalizadas pelo relógio e espacializadas em pontos localizados no mapa. Também, traçamos uma relação entre os atuais habitantes da Rua Voluntários da Pátria e o processo de recrutamento de (in)voluntários à Guerra do Paraguai, o que reafirmou um processo histórico e político de desigualdade social e espacial atravessado pelo racismo. O (des)encontro revela o ponto culminante em nossas reflexões cartográficas: os contrastes temporais e espaciais apontados tanto pela diferença entre o habitar-rua e o eu-pesquisador, como nos dissensos anunciados a dicotomia público-privado e nas ações do planejamento urbano excludente. Nesse sentido, os relatos dos desencontros com Davi e com Serrano, configuraram um dos principais impasses vivenciados no território da pesquisa, o que esteve relacionado com a dificuldade em criar situações em que pudéssemos nos encontrar com as pessoas em situação de rua. Esse impasse ocorrido no momento de se encontrar com o outro, de constituir um espaço de escuta das histórias e experiências, se conecta à desconfiança apresentada por Ilhéu quando iniciamos as tentativas de vinculação. Essas dificuldades encontradas na vinculação com os participantes podem falar da própria desconfiança que atribuem à presença dessa população nos espaços públicos, o que indica o empenho requisitado para que sejam aceitas e respeitadas.

Partindo dos tensionamentos provocados pelo habitar-rua, revelados pelas cartografias narrativas, compreendemos que a experiência urbana das pessoas em situação de rua se apresenta de modo dissensual e revela a dimensão agonística do público (MOUFFE, 2013). Concomitantemente, também reconhecemos que a natureza hegemônica do planejamento urbano, como disciplina responsável por “constituir uma administração territorial do conjunto da cidade sob a signo da ordem, da racionalidade e da eficiência” (ROLNIK, 2019, p. 24), acaba por direcionar seu campo prático sob lentes normativas e dominantes. Suas ações, desenvolvidas pelos agentes públicos (principalmente quando associadas à Brigada Militar e ao Departamento de Limpeza Urbana), não dão conta da complexidade vivenciada pelo habitar-rua no espaço urbano. Como vimos, as experiências que excedem o foco regulador do planejamento são deslegitimadas e criminalizadas, configurando um modelo de política urbana que atravessa as cidades, captura territórios, coloniza espaços, pensamentos e formas de saber.

O habitar-rua se configura como uma margem por estabelecer relações simbólicas e materiais complexas no espaço público, implicando uma “ambiguidade em relação às fronteiras” (ROSA, 2018, p. 185), territorializando o espaço público em zonas móveis, flexíveis, baseados na busca pela sobrevivência. O transbordamento da dicotomia público-privado estabelece uma zona de tensão onde o planejamento urbano, através dos agentes do Estado, impõe suas regulamentações.

A população em situação de rua, pensada a partir de seus corpos, práticas e territórios, atravessa por dentro os interesses reguladores do Estado, tornando-se alvo de gestões e práticas de planejamento, policiamento, controle e “suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão” (ROSA, 2018, p. 188). Nesse sentido, o planejamento urbano, sobre o signo da ordem e da eficiência, provoca a invisibilização da diferença ao remover essa população do espaço público. Compreendemos, assim, que as ações baseadas na normalização e na resolutividade não alcançam as dissensuais temporalidades e espacialidades do habitar-rua, anunciando um novo desencontro.

A reflexão proposta neste estudo, a partir da narratividade do habitar-rua, apresenta o desafio provocado pelos desencontros que revelam a necessidade urgente de reconhecer a diferença, o dissenso constituinte dos espaços e tempos vivenciados pelas pessoas em situação de rua na cidade. Habitar o território da pesquisa ressignificou a normatividade estabelecida pelas fronteiras e pelas portas: delas é que nascem o dentro e o fora, o público e o privado; elas que são o seu vazio (MARQUES, 2009). Ao atravessá-las, ao estabelecer um entre, um corpo a corpo, somos tensionados pelas zonas cinzas e dissensuais provocadas pelo encontro com o outro. Essa dissonância entre os mundos solicita a configuração de um entre que é o próprio (des)encontro. Reconhecer a diferença não passa por apresentar soluções ao que consideramos que esteja faltando a essas pessoas. Se nos referirmos pela ótica da falta, podemos citar a falta de políticas públicas e ações que se responsabilizem pelas pessoas, que reforcem suas existências políticas, suas agências performativas e seus direitos humanos. É sobre configurar uma prática que convoque um agir comum como princípio político (DARDOT; LAVAL, 2017), é sobre um mergulho no convívio com a diferença até o momento em que as decisões a serem tomadas emergem no encontro com o outro.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luis. **Espaço público**: do urbano ao político. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ALCATRAZ, fuga impossível. Produção de Don Siegel e Robert Daley. San Francisco, Estados Unidos: The Malpas Company; Paramount Pictures, 1979. *Online* (112 min).

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP; Virgínia; ESCÓCIA, Liliana. (Orgas.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARFUCH, Leonor. **La vida narrada**. Memoria, subjetividad y política. Buenos Aires: Poliedros; Zona de Crítica, 2018.

ARQUITETURA hostil: a cidade contra seres humanos. **Outras Palavras**, São Paulo, 10 jul. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. *In*: BACHELARD, Gaston. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 187-354

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP; HUCITEC, 1988.

BAPTISTA, Luis Antônio. Dispositivos residenciais e as máquinas do morar. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREMO, Antônio Carlos; RODRIGUES Heliana de Barros Conde. (orgs.). **Anais do IV Encontro Clio-Psyché**: História e memória, Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2005. p. 130-137. Disponível em: <http://www.ufjf.br/clioedel/files/2009/10/COD05001.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP; Virgínia; ESCÓCIA, Liliana. (Orgas.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. *In*: BARTHES, Roland; GREIMAS, A. L.; BREMOND, Claude; ECO, Umberto; GRITTI, Jules; MORIN, Violette; METZ, Christian; TODOROV, Tzvetan; GENETTE, Gérard. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas. Guerra em deriva: poéticas de fronteira. **Nau Literária**: crítica e teoria da literatura em língua portuguesa, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 84-98, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/76274>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009b. Disponível em: <https://analiticaterritorial.files.wordpress.com/2016/03/pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-de-rua-2009-pdf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. **Cadernos PPG-AU/UFBA – Paisagens do Corpo**, Salvador, v. 7, p. 79-86, 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2648>. Acesso em: 7 abr. 2020.

BUELLER, Christian. Programa Moradia Primeiro completa um ano e esbarra na escassez de interessados. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/programa-moradia-primeiro-completa-um-ano-e-esbarra-na-escassez-de-interessados-1.338483>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANOFRE, Fernanda; FLECK, Giovana; SANTOS, Guilherme. 'Não deixaram levar nenhum pertence', diz homem em situação de rua sobre ação da BM no Viaduto da Borges. **Sul21**, Porto Alegre, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/08/nao-deixaram-levar-nenhum-pertence-diz-homem-em-situacao-de-rua-sobre-acao-da-bm-no-viaduto-da-borges/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CARON, Daniele. **El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial**. 2017. Tese (Doctorado en Urbanismo). – Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universidad Politècnica de Catalunya. Paraty, Rio de Janeiro, Brasil. 2017.

CARON, Daniele; CARRERO, Renata; HYPOLITO, Bárbara; VAZ, Diogo. Visibilizar as narrativas de rua – A dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. *In: Anais XVIII ENANPUR 2019*, Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1367>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARON; Daniele; REYES, Paulo Edison Belo. Proyecto por narrativas: aportaciones conceptuales y metodológicas para los territorios contemporáneos. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 83-90, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2018.141.08>. Acesso em: 23 mar. 2019.

COIMBRA, David. Viaduto da Borges é uma das vergonhas dos porto-alegrenses. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 25 dez. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/david-coimbra/noticia/2017/12/viaduto-da-borges-e-uma-das-vergonhas-dos-porto-alegrenses-cjbmsx0vf030i01p9i1hzs125.html>. Acesso em: 26 mai. 2020.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 7, n.2, p. 65-76, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CUNDA, Mateus Freitas. **Me chamam de rua, população, uma situação**: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FASC; UFRGS; FAURGS; IFCH/UFRGS. **Cadastro e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre/RS**, relatório quali quantitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre. Contrato entre Fundação de Assistência Social e Cidadania, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, executado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, 2016. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120. Acesso em: 12 abr. 2020.

FOTOS: Viaduto Otávio Rocha tem aspecto de abandono. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/12/fotos-viaduto-otavio-rocha-tem-aspecto-de-abandono-cjbnz6vi1039901lseomzfduu.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo. 2004. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua**: uma abordagem crítica. 1. ed. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 1989.

GEHLEN, Ivaldo; SCHUCH, Patrice; VIRGÍNIO, Alexandre Silva; PIMENTA, Melissa de Mattos; MEIRELLES, Mauro. Dinâmicas, estratégias e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre. *In*: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta (orgs.). **População de rua**: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: CirKula, 2017. p. 17-44.

GERMANO, Paulo. Após retirada de moradores de rua, viaduto da Borges terá food trucks. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 02 ago. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/paulo-germano/noticia/2018/08/apos-retirada-de->

moradores-de-rua-viaduto-da-borges-tera-food-trucks-cjkczfjz6005j01pi0gg0sz3d.html. Acesso em: 02 abr. 2019.

GOMES, Fernando. Viaduto da Borges: sem recursos para revitalização. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 13 out. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/10/viaduto-da-borges-sem-recursos-para-revitalizacao-cj8qepje502j901qnaai58toa.html>. Acesso em: 26 mai. 2020.

GOMES, Luís Eduardo. Plano da Prefeitura para moradores de rua ainda esbarra em problemas antigos. **Sul21**, Porto Alegre, 27 abr. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2019/04/plano-da-prefeitura-para-moradores-de-rua-ainda-esbarra-em-problemas-antigos/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HESS, Remi; WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. **Revista Reflexões e Debates**, São Paulo, p. 14-25, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/175482469/A-Escrita-Implicada-Remi-Hess-e-Gabriele-Weigand>. Acesso em: 15 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Panorama Porto Alegre**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ISAÍAS, Cláudio. Moradores de rua retirados do viaduto Otávio Rocha dormem na praça da Matriz. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 09 ago. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-de-rua-retirados-do-viaduto-ot%C3%A1vio-rocha-dormem-na-pra%C3%A7a-da-matriz-1.269108>. Acesso em: 12 fev. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (orgs.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 47-94.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2006. Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2019.

LONGO, Ivan. Enquanto morador de rua de Porto Alegre morre de frio, prefeito faz piada com ‘zumbi’. **Fórum**, Santos, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/enquanto-morador-de-rua-de-porto-alegre-morre-de-frio-prefeito-faz-piada-com-zumbi/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

LOPES, Janaína. Cartão postal de Porto Alegre, viaduto da Borges segue sem previsão de restauro. **G1**, Rio Grande do Sul, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/03/23/cartao-postal-de-porto-alegre-viaduto-da-borges-segue-sem-previsao-de-restauro.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MARQUES, Ana Martins. **A vida submarina**. Belo Horizonte: Scriptum, 2009.

MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre. *In*: MAUCH, Claudia (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Canoas: Ed. ULBRA; São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 9-24.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Rede Sistema Único de Assistência Social. **Plano Municipal de Superação da Situação de Rua**. 2019. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/09/Projeto_Moradia_Primeiro-Plano-Municipal-de-Supera%C3%A7%C3%A3o-Da-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

MNPR. Movimento Nacional da População de Rua. **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. 2010. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2012.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 181-199, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/20752>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MÜLLER, Ananda. Após retirada de moradores de rua, food trucks são instalados no viaduto Otávio Rocha. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 ago. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ap%C3%B3s-retirada-de-moradores-de-rua-food-trucks-s%C3%A3o-instalados-no-viaduto-ot%C3%A1vio-rocha-1.268655>. Acesso em: 12 fev. 2020.

“NÃO VAMOS admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua”, diz Comandante Nádia. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 11 mai. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/nao-vamos-admitir-uma-praca-que-esteja-cheia-de-morador-de-rua-diz-comandante-nadia-cjvk2cots03d201ma6gurgykc.html>. Acesso em: 15 de abr. 2020.

PAGNO, Marina. Moradores de rua da orla do Guaíba e da Avenida Goethe têm seus pertences recolhidos. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 05 set. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/moradores-de-rua-da-orla-do-guaiba-e-da-avenida-goethe-tem-seus-pertences-recolhidos-cjlp511300zs01mn3zh0buc7.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; PMPA, 1991.

PASSOS, Diego. **100 ruas de Pôrto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 150-171.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana de. (orgs.). **Pistas sobre o método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 109-130.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana de. (orgas.). **Pistas sobre o método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PIGLIA, Ricardo. ¿Qué es un lector? *In*: PIGLIA, Ricardo. **El último lector**. 2. ed. Barcelona: Editora Anagrama, 2015. p. 11-38.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em Situação de Rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas**, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/civitas/v19n1/1984-7289-civitas-19-01-0082.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Prefeitura apresenta Plano de Superação da Situação de Rua**. 03 mai. 2018a. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=999196120&PREFEITURA+APRESENTA+PLANO+DE+SUPERACAO+DA+SITUACAO+DE+RUA. Acesso em: 03 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Superação da Situação de Rua**. 2018b. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/poprua18.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 12.559, de 2 de Julho de 2019**. Autoriza o Executivo Municipal a conceder o uso e os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos do Município de Porto Alegre. Porto Alegre: Câmara Municipal, [2019]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2019/1256/12559/lei-ordinaria-n-12559-2019-autoriza-o-executivo-municipal-a-conceder-o-uso-e-os-servicos-de-operacao-administracao-conservacao-manutencao-implantacao-reforma-ampliacao-ou-melhoramento-de-pracas-e-parques-urbanos-do-municipio-de-porto-alegre>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf. Acesso em: 29 jan. 2020.

QUIROGA, Júnia; NOVO, Marina. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua**:

aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Brasília, 2009. p. 157-172. Disponível em:
<https://analiticaterritorial.files.wordpress.com/2016/03/pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-de-rua-2009-pdf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

QUIROGA, Júnia; RODRIGUES, Monica. Introdução. *In:* BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Brasília, 2009. p. 11-13. Disponível em:
<https://analiticaterritorial.files.wordpress.com/2016/03/pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-de-rua-2009-pdf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai** (a participação da Bahia no conflito). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa: a tríplice mimese. *In:* RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** – A tríplice mimese. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994. p. 85-132.

RICOEUR, Paul. Arquitectura y narratividad. *In:* MUNTAÑOLA, Josep. Arquitectura y hermenêutica. **Arquitectonics:..mind, land & Society**, Barcelona: Edicions UPC, p. 9-29, 2002. Disponível em:
<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099.3/36737/9788498800104.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA**. 2020. Disponível em:
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>. Acesso em 14 abr. 2020.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41955452/Paisagens_para_renda_paisagens_para_vida. Acesso em: 01 abr. 2020.

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. *In:* JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. (Orgas.). **Nebulosas do pensamento urbanístico:** Tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 176-205. Disponível em:

<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/Nebulosas-do-Pensamento-Urbanistico-Tomo-I-Modos-de-pensar.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SABADI, Adriana Luz. **Morar no centro, viver na cidade**: habitação, mistura social e funcional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANDER, Isabella. Viaduto Otávio Rocha vive dias de abandono. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 10 out. 2016. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/09/geral/521595-viaduto-otavio-rocha-vive-dias-de-abandono.html. Acesso em: 27 mai. 2020.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadorias e cultura urbana. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2014.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: DORNELES, Aline Espindola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-26, 2012. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

SCHULZE, Carolina Datria. **Quando a rua se torna lar**: narrativas de moradoras de rua de Porto Alegre/RS. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SILVA JUNIOR, Diogo Vaz da; BELLOC, Márcio Mariath. Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1065-1075, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832018005010102&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILVA JUNIOR, Diogo Vaz da; CARON, Daniele. O cartógrafo e as narrativas do habitar-rua: caminho metodológico de uma pesquisa de mestrado. *In*: **Anais do 5º Fórum Habitar 2010**: Habitação e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019/197665-o-cartografo-e-as-narrativas-do-habitar-rua/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, Célia Ferraz de. Entre o saber e o poder: a implantação do urbanismo e as especificidades locais no início do século XX, em Porto Alegre. *In*: **Simpósio A arquitetura da cidade nas Américas**: Diálogos contemporâneos entre o local e o global. Florianópolis: PGAU UFSC, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

UMBRAL. *In*: DICIO. Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/umbral/>. Acesso em: 10 set. 2019.

VAZ, Diogo. **Habitar invisível**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/saude-em-imagens/habitar-invisivel>. Acesso em: 09 ago. 2020.

VIECELI, Ana Paula. **Lugares da Loucura**: arquitetura e cidade no encontro com a diferença. 2014. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (100-1970)**: geografia-histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WAN-DALL JUNIOR, Osnilo Adão. Somos todos outros. Tradução recepção e traição da experiência – Anotações de uma articulação entre memória, narração e história. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (org.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 152-163.

ZUMBI. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zumbi>. Acesso em: 02 abr. 2019.